

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Ministério da Educação

Relatório de Gestão do exercício de 2013

Brasília, 2014.

Relatório de Gestão do exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nºs 127 e 129/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e da Portaria CGU nº 133/2013.

SUMÁRIO

1. A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC	7
1.1. Competências da SETEC	8
1.2. Estrutura e organograma da SETEC	10
1.3. Macroprocessos e objetivos estratégicos da SETEC.....	13
1.4. Principais Parceiros.....	19
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA SETEC	21
2.1. Objetivo Estratégico 1: Expandir a oferta de vagas em cursos de EPT, para ampliar oportunidades de inclusão social e produtiva a estudantes e trabalhadores.....	22
2.1.1. Ofertantes e Demandantes da Bolsa-Formação.....	22
2.1.2. Recursos repassados pela Bolsa-Formação	25
2.1.3. Cursos ofertados pela Bolsa-Formação	26
2.1.4. Inclusão dos cursos técnicos subsequentes na Bolsa-Formação: o SISUTEC	27
2.1.5. Continuidade das ações do PROEP.....	28
2.2. Objetivo Estratégico 2: Garantir a progressiva expansão da gratuidade na oferta de cursos, programas e ações educacionais pelo Sistema S, para atender a públicos de baixa renda e trabalhadores	29
2.3. Objetivo Estratégico 3: Promover a expansão e a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para interiorizar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita	30
2.3.1. Expansão e Reestruturação da Rede Federal.....	30
2.3.2. Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT	31
2.3.3. Gestão e desenvolvimento de pessoas da Rede Federal	32
2.4. Objetivo Estratégico 4: Fomentar a expansão das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, para contribuir com a melhoria da educação básica pública e ampliar as oportunidades formação profissional.....	35
2.5. Objetivo Estratégico 5: Ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, para atender, prioritariamente, a públicos com dificuldade de acesso a cursos presenciais	38
2.6. Objetivo Estratégico 6: Promover o desenvolvimento da inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão para ampliar os impactos sociais e produtivos da educação profissional.....	41
2.7. Objetivo Estratégico 7: Realizar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da educação profissional e tecnológica para aperfeiçoar e ampliar as políticas e subsidiar os processos de tomada de decisão	42
2.7.1. Elaboração do Mapa da EPT	42
2.7.2. Avaliação da EPT.....	43
2.7.3. Manutenção e atualização dos Catálogos Nacionais de Cursos de EPT	45
2.8. Objetivo Estratégico 8: Ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional para possibilitar a (re)inserção socioprofissional de jovens e trabalhadores	48
2.8.1. Articulação da EPT com Políticas de EJA e Trabalho	48
2.8.2. Rede CERTIFIC.....	49
2.8.3. Programa Mulheres Mil	50
2.9. Objetivo Estratégico 9: Organizar e normatizar processos, procedimentos e ações para promover o desenvolvimento institucional.....	52
3. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	53
3.1. Objetivos do PPA de responsabilidade da SETEC.....	53
3.2. Ações Orçamentárias Executadas pela SETEC.....	55
3.2.1. Ações/Subtítulos - OFSS.....	57
3.2.2. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	61
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA SETEC	62
4.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	64
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SETEC	67
5.1. Execução das despesas e Movimentação de Créditos Interna e Externa	67
5.2. Realização da Despesa	68
5.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	68
5.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	68
5.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	69
5.4. Transferências de Recursos.....	70

5.4.1.	Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	70
5.4.2.	Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	70
5.4.3.	Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	71
6.	ESTRUTURA DE PESSOAL DA SETEC	72
7.	TRATAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	76
7.1.	Deliberações de Acórdãos do TCU	76
7.2.	Recomendações da CGU	82
7.2.1.	Recomendações da CGU atendidas no exercício	82
7.2.2.	Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício	87
8.	RELACIONAMENTO DA SETEC COM A SOCIEDADE.....	96
9.	CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	98
10.	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE PRODUTO.....	99
	ANEXO I – Organograma administrativo da SETEC.....	118
	ANEXO II - Detalhamento dos repasses realizados em 2013 para as instituições privadas, por mantenedora, em R\$. .	119
	ANEXO III –Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício.....	125
	ANEXO IV – Custos de pessoal da SETEC	130

LISTA DE QUADROS OBRIGATÓRIOS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	7
Quadro A.2.2.2 – Objetivo 0582 - Expandir, Interiorizar, Democratizar e Qualificar a Oferta de Cursos de EPT	53
Quadro A.2.2.2 – Objetivo 0588 – Ofertar vagas de EJA.....	54
Quadro A.2.2.3.1 – Ação 20rw	55
Quadro A.2.2.3.1 – Ação 8252	56
Quadro A.2.2.3.1 – Ação 8652	57
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos 20RG.....	58
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos 6380	59
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos 6358	60
Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – 1H10	61
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	65
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	72
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	73
Quadro A.5.1.2.2 – servidores da UJ por faixa etária em 31/12	73
Quadro A.5.1.2.3 – servidores da UJ por nível de escolaridade em 31/12.....	74
Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	76
Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	82
Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	87
Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	98
Quadro B.15.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.....	100
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	130

INTRODUÇÃO

A atuação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC é marcada pelo fortalecimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. O Pronatec representa o esforço do governo federal em articular um conjunto de políticas de educação profissional e tecnológica pré-existentes, como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com novas iniciativas, como a Bolsa Formação.

Neste Relatório de Gestão serão tratados os temas definidos nas orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Preliminarmente, informamos que os temas elencados a seguir não serão abordados, tendo em vista a estrutura regimental do Ministério da Educação – MEC:

- 3.3 Remuneração Paga a Administradores: não há pagamento a administradores, tendo em vista que a SETEC é órgão da administração direta;
- 3.4 e 3.5 Sistema de Correição e Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU: o sistema é coordenado pela Assessoria Especial de Controle Interno do Gabinete do Ministro, conforme previsto no Decreto nº 7.690/2012;
- 4.1.1 Programação e Despesas relacionados a Créditos Originários: a SETEC não é unidade originária;
- 4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos. Não se aplica à SETEC;
- 4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse. A SETEC não gere convênios nem contratos de repasse;
- 4.5 Suprimento de Fundos: A SETEC não realizou, nos últimos três exercícios, despesas por meio da utilização suprimento de fundos;
- 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ: A SETEC não realizou renúncias de receitas geridas pela UJ;
- 4.7 Gestão de Precatórios: A SETEC não é responsável pela gestão de precatórios;
- 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada: Todos os servidores cedidos pelo MEC são computados nos quantitativos informados pela SAA/SE/MEC. Quanto às demais situações, não houve ocorrência no exercício de 2013;
- 7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento. Tais atividades são de responsabilidade da DTI/SE/MEC. A Diretoria de Tecnologia da Informação, órgão específico singular, diretamente subordinado à Secretaria Executiva do MEC, tem suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 6.320/2007;
- 9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna: a SETEC não possui unidade de auditoria interna;
- 9.6 Alimentação SIASG E SICONV: A SETEC não mantém convênios ou instrumentos similares, sendo de responsabilidade do FNDE efetuar e acompanhar os repasses;

Quanto aos itens a seguir, todos são de responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, que é subordinada à Secretaria Executiva e tem suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 7.690/2012:

- 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas;
- 5.1.5 Cadastramento no Sisac;
- 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos;
- 5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos;
- 5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos;
- 6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário;
- 8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental;
- 9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93; e
- 11. Informações Contábeis.

Nesse contexto, este Relatório apresenta as ações realizadas pela SETEC em 2013, cuja análise, além de garantir o cumprimento do dever constitucional de os agentes prestarem contas, pode contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão da Secretaria e para o aumento da compreensão da política de educação profissional e tecnológica por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

1. A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 0244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			
Denominação Abreviada: SETEC			
Código SIORG: 1977	Código LOA: 26101		Código SIAFI: 150016
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta Federal			CNPJ: Não se aplica
Principal Atividade:			Código CNAE: 80.9
Telefones/Fax de contato:	(61) 2022-8582	(61) 2022-8581	
Endereço Eletrônico: setec@mec.gov.br			
Página na Internet: http://www.mec.gov.br/setec . http://pronatec.mec.gov.br .			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 4º andar, sala 400, Brasília/DF, CEP 70647-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012 – Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada Portaria SETEC nº 18/2012, que instituiu o Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno – CPG Portaria SETEC nº 24/2012, que instituiu o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal – CPPG;			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Guia Pronatec de Cursos Fic . Manual para produção e análise de indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Portaria nº 05/2012 .			

1.1. Competências da SETEC

As competências da SETEC estão estabelecidas no art. 13 do Anexo I do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012:

- I - planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da política de educação profissional e tecnológica;
- II - promover o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos;
- III - definir e implantar política de financiamento permanente para a educação profissional e tecnológica;
- IV - promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica;
- V - instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à educação profissional e tecnológica;
- VI - fortalecer a rede pública federal de educação profissional e tecnológica, buscando a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;
- VII - promover e realizar pesquisas e estudos de políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica;
- VIII - desenvolver novos modelos de gestão e de parceria público-privada, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;
- IX - estabelecer estratégias que possibilitem maior visibilidade e reconhecimento social da educação profissional e tecnológica;
- X - apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica dos sistemas de ensino, nos diferentes níveis de governo;
- XI - estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da educação profissional e tecnológica;
- XII - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela rede federal de educação profissional e tecnológica;
- XIII - elaborar, manter e atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da educação profissional e tecnológica; e
- XIV - estabelecer diretrizes para as ações de expansão e avaliação da educação profissional e tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE.

Com a criação do Pronatec, pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, a atuação da SETEC se tornou mais abrangente. Nesse contexto, os objetivos do Pronatec são:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com

a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

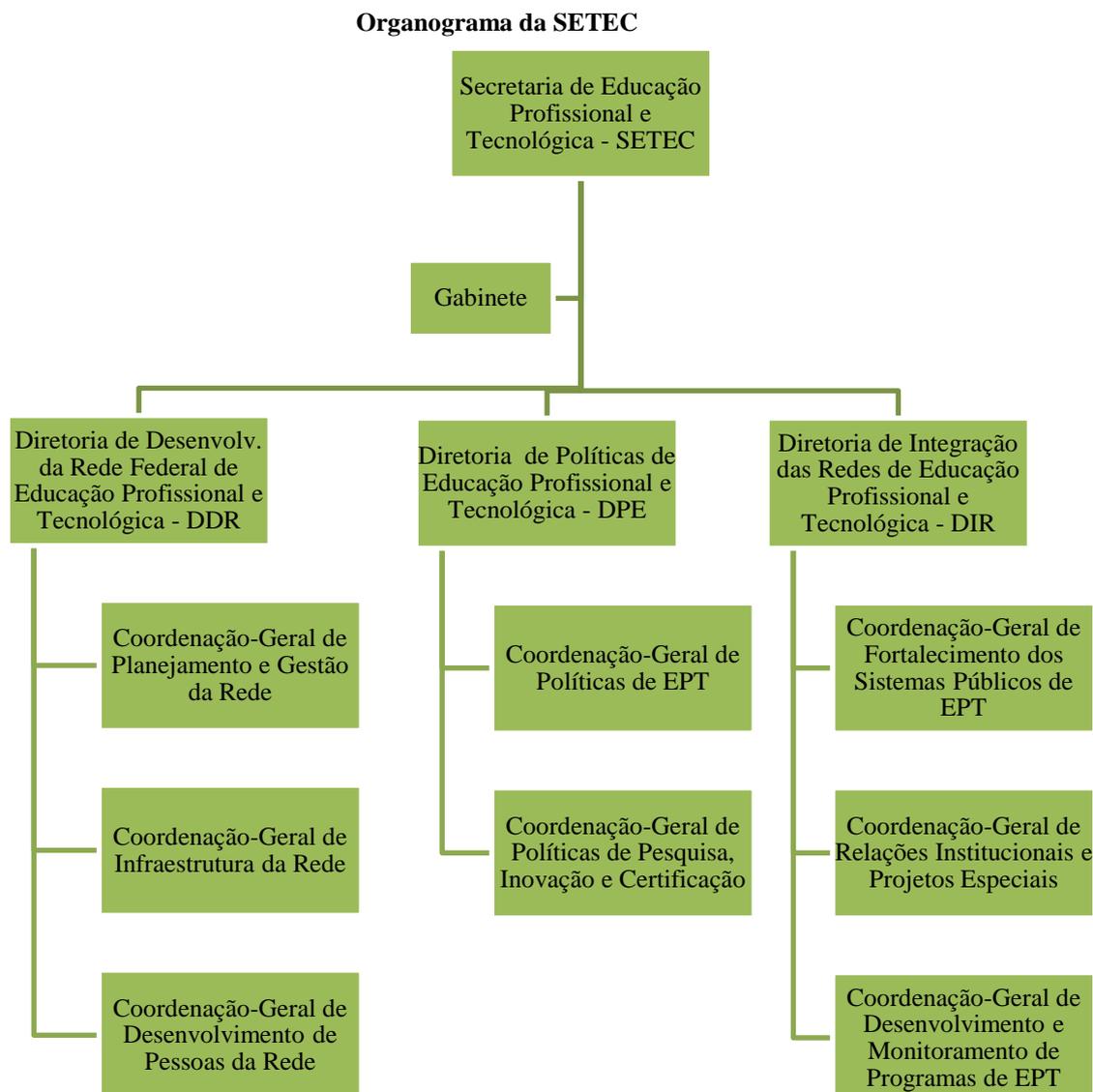
Para o cumprimento de seus objetivos, o Programa atua por meio das seguintes iniciativas: i) Expansão da Rede Federal; ii) Programa Brasil Profissionalizado; iii) Rede e-Tec Brasil; iv) Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; e v) Bolsa-Formação.

Para fortalecer o Programa e garantir a coordenação de suas iniciativas com outras ações do governo federal, a Lei de criação do Pronatec previu a criação do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, composto por todos os ministérios signatários da lei que instituiu o Programa, e do Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional.

O Conselho tem por objetivo a promoção da articulação e da avaliação dos programas voltados à formação e qualificação profissional no âmbito da administração pública federal e foi regulamentado pelo Decreto nº 7855/2012. O Fórum, por sua vez, visa subsidiar a atuação do Conselho Deliberativo no cumprimento de suas competências e estimular a instituição de fóruns estaduais e distrital de apoio à formação e qualificação profissional. Ele foi instituído pela Portaria MEC nº 471, de 03 de junho de 2013. Ambos os colegiados foram instalados em novembro de 2013 e, ao longo de 2014, terão seus regimentos aprovados e seus trabalhos iniciados.

1.2. Estrutura e organograma da SETEC

A SETEC conta com três Diretorias, cujas competências estão estabelecidas no Anexo I do Decreto nº 7.690/2012, arts. 14 a 16. A figura a seguir apresenta o organograma funcional da Secretaria. No Anexo I deste Relatório consta o detalhamento dos cargos comissionados de que a unidade dispõe, incluindo as Coordenações-Gerais de cada Diretoria.



À Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – DDR compete:

I - propor critérios para a implementação de políticas e estratégias para o planejamento, a organização e o acompanhamento da gestão das instituições que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - promover, coordenar e supervisionar, em conjunto com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, as ações de melhoria da educação profissional e tecnológica no que diz respeito à gestão operacional e técnico-pedagógica nas instituições federais de educação profissional e tecnológica;

III - apoiar as atividades das escolas técnicas vinculadas às universidades federais;

IV - zelar, acompanhar e promover o cumprimento das normas e a adoção de práticas de gestão democrática no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

V - realizar estudos com vistas à proposição de indicadores para avaliação de gestão no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

VI - realizar estudos e orientações técnicas, com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, visando à promoção de ações de otimização e definição de indicadores para avaliação da capacidade instalada das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

VII - promover estudos sobre metodologias, instrumentos e indicadores para avaliação da infraestrutura dos cursos das instituições de educação profissional e tecnológica;

VIII - promover as ações necessárias ao desenvolvimento de planos, programas e projetos nas instituições federais de educação profissional e tecnológica e ao acompanhamento e à avaliação dos seus resultados;

IX - organizar e manter atualizado o sistema de informações relativo à avaliação da educação profissional e tecnológica; e

X - conceber, fomentar e apoiar programas de incentivo a pós-graduações, pesquisas e extensões nas áreas tecnológicas.

À Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica – DPE compete:

I - propor diretrizes para a execução dos programas voltados à expansão e ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, em articulação com as demais Diretorias;

II - estabelecer estratégias de implementação das diretrizes nacionais da educação profissional e tecnológica aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação;

III - propor e atualizar os referenciais curriculares da educação profissional e tecnológica;

IV - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis de ensino;

V - elaborar estudos que visem estimular e apoiar a oferta de cursos de formação inicial e continuada, de educação profissional integrada com o ensino médio e de cursos superiores de tecnologia nos diferentes sistemas de ensino;

VI - estimular a parceria entre instituições de educação profissional e tecnológica e o setor produtivo, para a oferta de cursos e programas, em atendimento à demanda dos jovens e adultos;

VII - coordenar e monitorar as ações de financiamento e oferecer apoio técnico à implantação de cursos integrados da educação profissional e tecnológica à educação básica na modalidade de jovens e adultos;

VIII - planejar e coordenar o processo de certificação profissional, no âmbito da educação profissional e tecnológica;

IX - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento de projetos e programas de qualificação de recursos humanos para atuarem na educação profissional e tecnológica;

X - propor normas, instruções e publicações técnicas atinentes aos programas e projetos no âmbito da educação profissional e tecnológica;

XI - apoiar as atividades dos fóruns que atuam na educação profissional e tecnológica;

XII - propor, manter e subsidiar as ações de concepção e atualização tecnológica do catálogo nacional dos cursos técnicos e do catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da educação profissional e tecnológica, e propor indicadores para sua avaliação;

XIII - planejar e implementar o sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica; e

XIV - propor metodologias para o planejamento e monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica, observadas as demandas laborais e a sintonia da oferta com os indicadores socioeconômico-culturais, locais e regionais.

À Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica – DIR compete:

I - coordenar as ações de articulação e integração da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia junto aos diferentes sistemas de ensino e organismos públicos e privados;

II - propor e acompanhar as ações de cooperação técnica no âmbito da educação profissional e tecnológica;

III - articular e propor programas e projetos de cooperação com organismos e instituições governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, em conformidade com as políticas da educação profissional e tecnológica;

IV - articular a participação da Secretaria na formulação de programas e projetos envolvendo os diferentes sistemas de ensino, sintonizados com as políticas públicas e diretrizes nacionais;

V - promover o fortalecimento das diferentes redes de educação profissional e tecnológica, por meio de assistência técnica e fontes de financiamento nacionais e internacionais para as ações de educação profissional e tecnológica;

VI - promover articulações com os setores sociais, econômicos e culturais visando ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica;

VII - desenvolver parceria com os setores públicos e privados, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;

VIII - apoiar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nas modalidades presencial e a distância;

IX - desenvolver programas e projetos especiais de educação profissional e tecnológica; e

X - propor normas e procedimentos de avaliação de cursos técnicos de nível médio, ofertados por instituições de ensino, habilitadas em programa nacional de educação profissional.

1.3. Macroprocessos e objetivos estratégicos da SETEC

Em 2012, foram propostos os macroprocessos finalísticos e de apoio da Secretaria, bem como os processos organizacionais de cada unidade subordinada. Tal definição se deu a partir da consolidação das atribuições e competências praticadas no âmbito da SETEC, estabelecendo-se correlações com o Plano Plurianual - PPA 2012-2015 e com os objetivos consolidados no alinhamento estratégico do MEC, iniciativa coordenada pelo Gabinete do Ministro para a revisão dos processos internos de planejamento e gestão desta pasta.

Macroprocessos finalísticos e de apoio e processos organizacionais da SETEC

UNIDADE SUBORDINADA	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE APOIO	PROCESSOS ORGANIZACIONAIS
Gabinete	Desenvolvimento institucional	Gestão de pessoas da SETEC Organização da SETEC Gestão do atendimento e da informação da SETEC Prestação de contas da SETEC Controle primário da SETEC Conformidade e Normatização Monitoramento e implementação da agenda internacional da SETEC Gestão orçamentário-financeira da SETEC
Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	Desenvolvimento da Rede Federal de EPT Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT	Acompanhamento e supervisão das instituições da Rede Federal de EPT Desenvolvimento de ações de fomento à EPT na Rede Federal de EPT Fomento à inovação e pesquisa aplicada na EPT
Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica	Articulação e indução da oferta de EPT Monitoramento do acordo de gratuidade do Sistema S Desenvolvimento das redes estaduais de EPT Desenvolvimento de EPT a distância Desenvolvimento do Pronatec	Implementação e monitoramento de programas e ações de articulação entre as redes de EPT Acompanhamento e supervisão das instituições dos SNA Acompanhamento das redes estaduais e municipais de EPT Desenvolvimento de ações de fomento à EPT a distância Desenvolvimento de ações de fomento à EPT nas redes estaduais e nos SNA
Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica	Planejamento e avaliação da EPT Formulação e articulação de políticas Organização da EPT Articulação da EPT com políticas de EJA e trabalho	Supervisão, regulação e avaliação da EPT Diretrizes e parâmetros curriculares e referenciais da EPT Catálogos nacionais de cursos de EPT Certificação profissional e articulação EPT e EJA

O Quadro 2 apresenta a correlação entre os macroprocessos, os objetivos estratégicos da unidade e o planejamento governamental. Com essa correlação explicitada para toda a equipe da SETEC, pretendeu-se demonstrar a sinergia entre a definição e a regulamentação de processos de gestão ministerial e os objetivos estratégicos estabelecidos para a educação profissional no Brasil.

Correspondência entre objetivos e iniciativas do Programa 2031 do PPA, objetivos estratégicos e macroprocessos finalísticos da SETEC

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
<p>0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.</p>	<p>02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.</p>	<p>Expandir a oferta de vagas em cursos de educação profissional e tecnológica, para ampliar oportunidades de inclusão social e produtiva a estudantes e trabalhadores</p>	<p>Articulação e indução da oferta de EPT</p>	<p>I - coordenar as ações de articulação e integração da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia junto aos diferentes sistemas de ensino e organismos públicos e privados; II - propor e acompanhar as ações de cooperação técnica no âmbito da educação profissional e tecnológica; III - articular e propor programas e projetos de cooperação com organismos e instituições governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, em conformidade com as políticas da educação profissional e tecnológica; IV- articular a participação da Secretaria na formulação de programas e projetos envolvendo os diferentes sistemas de ensino, sintonizados com as políticas públicas e diretrizes nacionais; VI - promover articulações com os setores sociais, econômicos e culturais visando ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica; IX - desenvolver programas e projetos especiais de educação profissional e tecnológica; VII - desenvolver parceria com os setores públicos e privados, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;</p>
	<p>02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a</p>	<p>Garantir a progressiva expansão da gratuidade na oferta de cursos, programas e ações educacionais pelo Sistema S, para atender a públicos de baixa renda e trabalhadores</p> <p>Promover a expansão e a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para interiorizar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita</p>	<p>Desenvolvimento do acordo de gratuidade do Sistema S</p> <p>Desenvolvimento da Rede Federal de EPT</p>	

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
	<p>otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.</p>		<p>Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT</p>	<p>operacional e técnico-pedagógica nas instituições federais de educação profissional e tecnológica; III - apoiar as atividades das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; IV - zelar, acompanhar e promover o cumprimento das normas e a adoção de práticas de gestão democrática no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica; V - realizar estudos com vistas à proposição de indicadores para avaliação de gestão no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica; VI - realizar estudos e orientações técnicas, com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, visando à promoção de ações de otimização e definição de indicadores para avaliação da capacidade instalada das instituições federais de educação profissional e tecnológica; VIII - promover as ações necessárias ao desenvolvimento de planos, programas e projetos nas instituições federais de educação profissional e tecnológica e ao acompanhamento e à avaliação dos seus resultados;</p>
	<p>02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica.</p>	<p>Fomentar a expansão das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, para contribuir com a melhoria da educação básica pública e ampliar as oportunidades formação profissional</p>	<p>Desenvolvimento das redes estaduais de EPT</p>	<p>V - promover o fortalecimento das diferentes redes de educação profissional e tecnológica, por meio de assistência técnica e fontes de financiamento nacionais e internacionais para as ações de educação profissional e tecnológica;</p>
	<p>029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.</p>	<p>Ampliar a oferta de EPT na modalidade a distância, para atender, prioritariamente, a públicos com dificuldade de acesso a cursos presenciais</p>	<p>Desenvolvimento de EPT a distância</p>	<p>VIII – apoiar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nas modalidades presencial e a distância;</p>

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
	<p>02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.</p>	<p>Promover o desenvolvimento da inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão para ampliar os impactos sociais e produtivos da educação profissional</p>	<p>Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT</p>	<p>X - conceber, fomentar e apoiar programas de incentivo a pós-graduações, pesquisas e extensões nas áreas tecnológicas.</p>
	<p>02A6 - Realização de estudos, avaliações de impacto e análise do papel do Estado na promoção da educação profissional e tecnológica, levantamentos estatístico-educacionais e habilitação de instituições privadas para fins de expansão da oferta gratuita de cursos de educação profissional e acesso a programa de financiamento estudantil.</p>	<p>Realizar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da educação profissional e tecnológica para aperfeiçoar e ampliar as políticas e subsidiar os processos de tomada de decisão</p>	<p>Planejamento e avaliação da EPT</p>	<p>XIII – planejar e implementar o sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica; XIV – propor metodologias para o planejamento e monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica, observadas as demandas laborais e a sintonia da oferta com os indicadores socioeconômico-culturais, locais e regionais. DDR VII – promover estudos sobre metodologias, instrumentos e indicadores para avaliação da infraestrutura dos cursos das instituições de educação profissional e tecnológica; DDR IX – organizar e manter atualizado o sistema de informações relativo à avaliação da educação profissional e tecnológica; DIR X – propor normas e procedimentos de avaliação de cursos técnicos de nível médio, ofertados por instituições de ensino, habilitadas em programa nacional de educação profissional.</p>

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
			Formulação de políticas e organização da EPT	<p>I - propor diretrizes para a execução dos programas voltados à expansão e ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, em articulação com as demais Diretorias;</p> <p>II - estabelecer estratégias de implementação das diretrizes nacionais da educação profissional e tecnológica aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação;</p> <p>III - propor e atualizar os referenciais curriculares da educação profissional e tecnológica;</p> <p>IV - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis de ensino;</p> <p>V - elaborar estudos que visem estimular e apoiar a oferta de cursos de formação inicial e continuada, de educação profissional integrada com o ensino médio e de cursos superiores de tecnologia nos diferentes sistemas de ensino;</p> <p>IX - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento de projetos e programas de qualificação de recursos humanos para atuarem na educação profissional e tecnológica;</p> <p>X - propor normas, instruções e publicações técnicas atinentes aos programas e projetos no âmbito da educação profissional e tecnológica;</p> <p>XI - apoiar as atividades dos fóruns que atuam na educação profissional e tecnológica;</p> <p>XII - propor, manter e subsidiar as ações de concepção e atualização tecnológica do catálogo nacional dos cursos técnicos e do catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da educação profissional e tecnológica, e propor indicadores para sua avaliação;</p>

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
<p>0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.</p>	<p>02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.</p>	<p>Ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, para possibilitar a (re)inserção socioprofissional de jovens e trabalhadores</p>	<p>Articulação da EPT com políticas de EJA e trabalho</p>	<p>VI - estimular a parceria entre instituições de educação profissional e tecnológica e o setor produtivo, para a oferta de cursos e programas, em atendimento à demanda dos jovens e adultos;</p> <p>VII - coordenar e monitorar as ações de financiamento e oferecer apoio técnico à implantação de cursos integrados da educação profissional e tecnológica à educação básica na modalidade de jovens e adultos;</p> <p>VIII - planejar e coordenar o processo de certificação profissional, no âmbito da educação profissional e tecnológica;</p>

1.4. Principais Parceiros

Estão listados a seguir os principais parceiros de cada macroprocessos finalísticos da SETEC e as instituições quem compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Quadro principais parceiros de cada macroprocesso finalístico da SETEC

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
Articulação e indução da oferta de EPT	MDS, MTE, MTUR, MDA, SDH, MD, MC, MDIC, MJ, MPAS, MinC, MPA, SEP, SECADI/MEC, FNDE, Secretarias Estaduais de Educação Redes públicas e privadas de educação profissional e tecnológica e SNA
Desenvolvimento do acordo de gratuidade do Sistema S	SNA, órgãos de controle, FGV
Desenvolvimento da Rede Federal de EPT	Prefeituras municipais, governos estaduais, CONIF, Rede Federal de EPCT
Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT	CONIF, CONDETUF, Rede Federal, FNDE e RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa)
Desenvolvimento das redes estaduais de EPT	CONSED, CONSECTI, redes estaduais de EPT e FNDE
Desenvolvimento de EPT a distância	Redes públicas de educação profissional e tecnológica, SNA e FNDE
Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT	CNPq, CAPES, INPI, FINEP, Embrapa, SEBRAE, BB, MAPA, MDIC, MCTI, Embrapii, CNI, Rede Federal de EPCT
Planejamento e avaliação da EPT	DTI/MEC, INEP, CGEE, IPEA, redes públicas e privadas de EPT, SNA
Formulação de políticas e organização da EPT	MTE, SECADI/MEC, SEB/MEC, SESU/MEC, SERES/MEC, CNE, conselhos estaduais de educação, CONSED, CONSECTI, CONIF, CONDETUF, redes públicas e privadas de EPT, SNA
Articulação da EPT com políticas de EJA e trabalho	MTE, SECADI/MEC, CONSED, CONSECTI, CONIF, CONDETUF, redes públicas e privadas de EPT, SNA

Quadro Instituições quem compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

UO	INSTITUIÇÃO
26201	Colégio Pedro II
26256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
26257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
26402	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
26403	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
26404	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
26405	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
26406	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
26407	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
26408	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
26409	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
26410	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
26411	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
26412	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
26413	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
26414	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
26415	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
26416	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
26417	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
26418	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
26419	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
26420	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
26421	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
26423	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

UO	INSTITUIÇÃO
26424	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
26401	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
26426	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
26427	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
26428	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
26429	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
26430	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
26431	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
26432	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
26433	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
26434	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Fluminense
26435	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
26436	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul-rio-grandense
26437	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
26438	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
26439	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS PELA SETEC

Em consonância com as competências da SETEC, foram estabelecidos, em 2012, objetivos estratégicos para a Secretaria, para os anos de 2013 e 2014. Tais objetivos estão detalhados no item 1.3 deste Relatório.

Em relação à oferta de vagas, as metas definidas para a SETEC estão detalhadas no quadro abaixo. Cada uma das iniciativas do Pronatec possui metas específicas, que serão tratadas nos capítulos seguintes deste Relatório. É importante ressaltar que alguns ajustes operacionais no SISTEC farão com que as matrículas realizadas até o momento sejam revisadas em 2014. Haverá, provavelmente, um acréscimo de matrículas em algumas ações.

VAGAS OFERTADAS POR MEIO DO PRONATEC DE 2011 A 2014						
CURSOS TÉCNICOS		2011	2012	2013	2014	TOTAL
Bolsa-Formação	Previsto	9.415	99.149	151.313	151.313	411.190
	Realizado	0	101.541	304.966		406.507
Brasil Profissionalizado	Previsto	33.295	90.563	172.321	233.781	529.960
	Realizado	82.823	79.770	70.355		232.948
E-TEC	Previsto	74.000	150.000	200.000	250.000	674.000
	Realizado	75.364	134.341	137.012		346.717
Acordo Sistema S	Previsto	56.416	76.119	110.545	161.389	404.469
	Realizado	85.357	102.807	132.289		320.453
Rede Federal de EPCT	Previsto	72.000	79.560	90.360	101.160	343.080
	Realizado	117.621	119.274	121.958		358.853
CURSOS FIC		2011	2012	2013	2014	TOTAL
Bolsa-Formação	Previsto	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102
	Realizado	22.876	531.101	1.243.047		1.797.024
Acordo Sistema S	Previsto	421.723	570.020	821.965	1.194.266	3.007.974
	Realizado	582.931	733.223	844.581		2.160.735
TOTAL DE VAGAS OFERTADAS TÉCNICO + FIC		966.972	1.802.057	2.854.208	3.104.936	5.922.869

A seguir, cada objetivo estratégico será analisado individualmente, com a descrição das metas estabelecidas para os exercícios de 2013 e 2014 e com a apresentação das ações realizadas ao longo de 2013.

2.1. Objetivo Estratégico 1: Expandir a oferta de vagas em cursos de EPT, para ampliar oportunidades de inclusão social e produtiva a estudantes e trabalhadores

Diretoria de vinculação: DIR

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Oferta de vagas pelas iniciativas do PRONATEC	Fortalecer e ampliar articulação com parceiros demandantes atuais e novos Fortalecer e ampliar articulação com parceiros ofertantes atuais e novos Acelerar a habilitação e adesão de escolas privadas de EPT e do Sistema S, para oferta do FIES Técnico e FIES Empresa Implantar Conselho Deliberativo e fóruns do PRONATEC Promover divulgação nacional das iniciativas do PRONATEC Implementar ações integradas com a educação de jovens e adultos, certificação e aprendizagem profissional

Indicadores e Metas:

A principal ação deste objetivo estratégico é a Bolsa-Formação. O quadro a seguir contém as metas de vagas a serem ofertadas por essa ação, divididas entre o número de vagas previsto na meta e o número de vagas efetivamente ofertadas.

Quadro Vagas ofertadas por meio do Pronatec de 2011 a 2014.						
CURSOS TÉCNICOS		2011	2012	2013	2014	TOTAL
Bolsa-Formação	Previsto	9.415	99.149	151.313	151.313	411.190
	Realizado	0	101.541	304.966		406.507
CURSOS FIC						
Bolsa-Formação	Previsto	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102
	Realizado	22.876	531.101	1.243.047		1.797.024

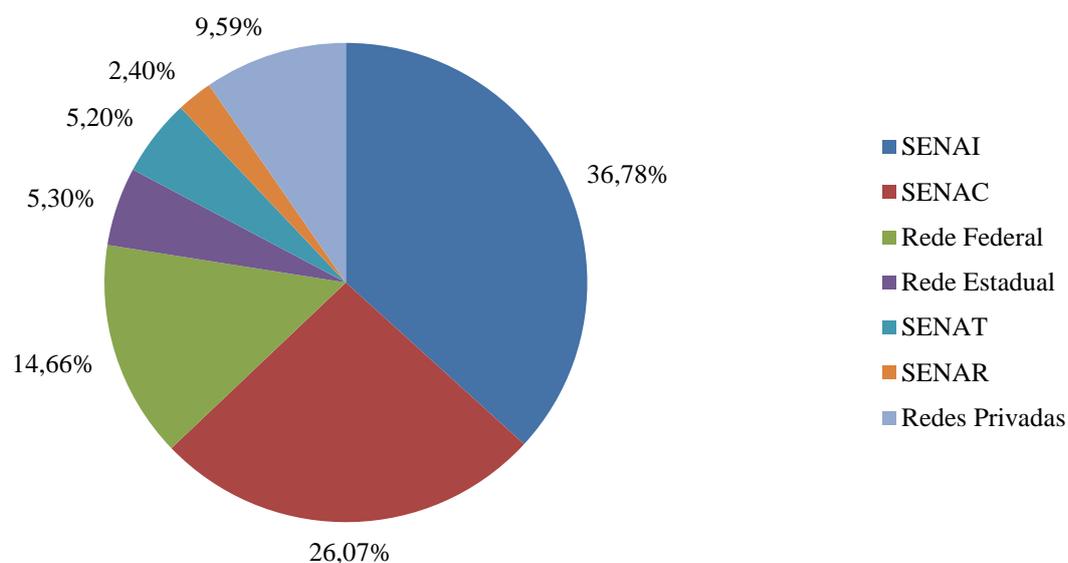
Por meio da Bolsa-Formação são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. As ações da Bolsa-Formação respeitam os seguintes atos normativos, todos disponíveis do [Portal do Pronatec, menu Base Legal](#).

2.1.1. Ofertantes e Demandantes da Bolsa-Formação

Em 2013, participaram do Pronatec/Bolsa-Formação, na condição de ofertantes, os Institutos Federais, 24 Escolas Técnicas vinculadas às Universidade Federais, 17 Escolas Técnicas Estaduais, uma escola vinculada à universidade estadual e três fundações públicas vinculadas à administração indireta de estados ou municípios, Senai, Senac, Senar e Senat e instituições privadas de ensino superior e de ensino técnico habilitadas pelo SISUTEC. As instituições ofertantes recebem os recursos do Ministério da Educação para ofertar tão somente as vagas pactuadas com os demandantes.

A participação de cada rede ofertante, em matrículas realizadas, foi a seguinte:

Participação relativa de cada rede ofertante na Bolsa-Formação em 2013

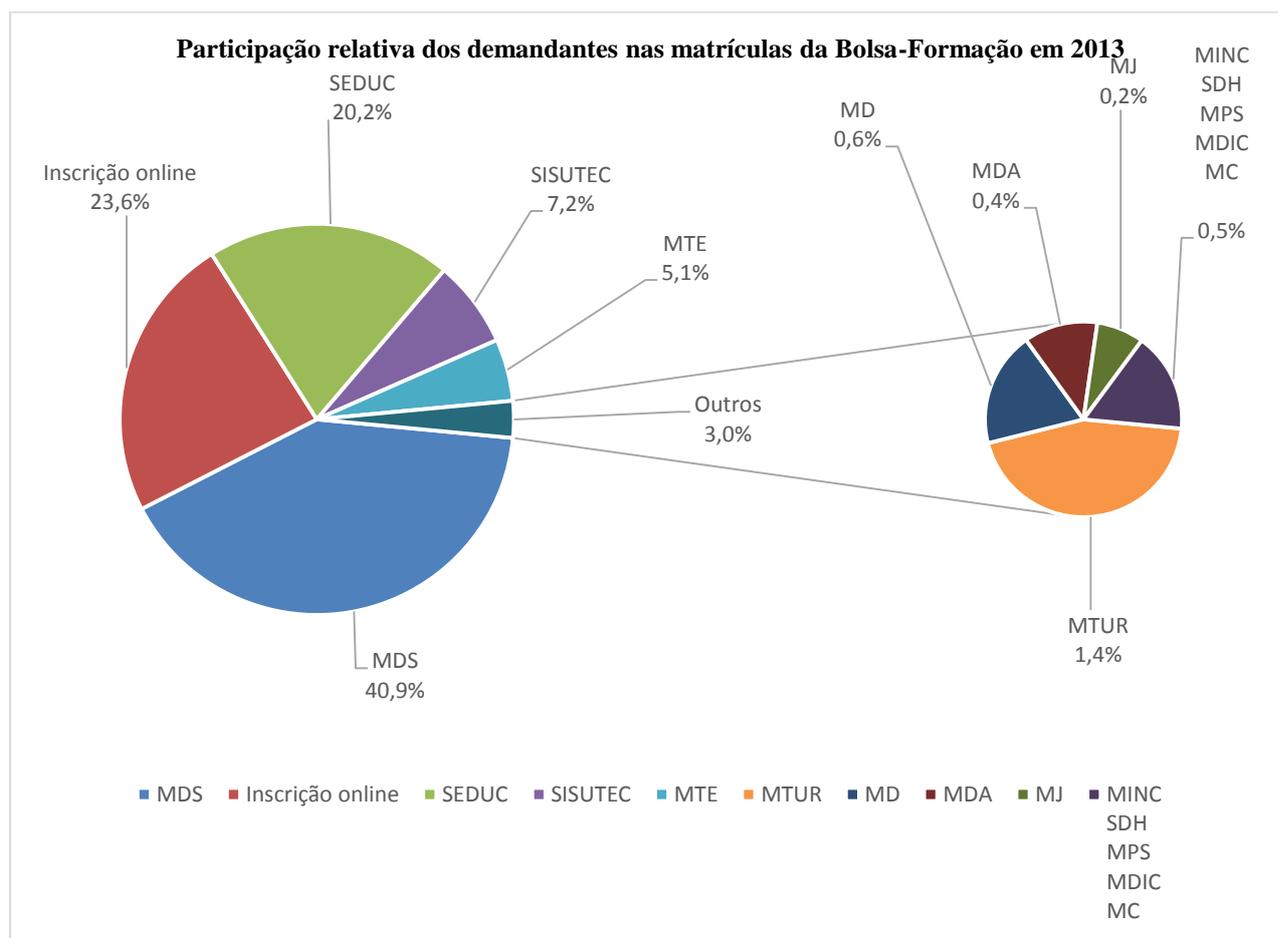


A participação de parceiros demandantes é um diferencial na execução do Pronatec/Bolsa-Formação. Os demandantes apresentam suas demandas específicas por formação profissional, fazem a mobilização dos potenciais beneficiários, o processo de seleção e a pré-matrícula dos beneficiários nos cursos. Em 2013, atuaram como demandantes secretarias de educação de todos os estados e do Distrito Federal e 13 ministérios que mantêm Acordos de Cooperação específicos com o MEC, conforme detalha o quadro a seguir:

Quadro Demandantes do Pronatec e seus públicos beneficiários específicos.	
DEMANDANTES	PÚBLICO BENEFICIÁRIO
Ministério da Cultura	Trabalhadores para atender as demandas do mercado cultural
Ministério da Defesa	Praças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em prestação de Serviço Militar; praças que deram baixa; e atiradores de tiro de guerra
Ministério da Justiça	Privados de liberdade em regime aberto e semiaberto e egressos de estabelecimentos penais
Ministério da Pesca e Aquicultura	Pescadores e aquicultores que atuam ou pretendem atuar nos setor pesqueiro e aquícola
Ministério da Previdência Social	Trabalhadores em processo de reabilitação profissional
Ministério das Comunicações	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nas áreas de produção, programação e distribuição de informações e dados sobre plataformas de radiodifusão ou telecomunicações
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Público da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da reforma agrária
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Pessoas incluídas no CadÚnico
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Trabalhadores para os setores relacionados ao Plano Brasil Maior
Ministério do Trabalho e Emprego	Beneficiários do Seguro-Desemprego; jovens desempregados de 18 a 29 anos de famílias com renda por pessoa de até um salário mínimo; adolescentes e jovens de 14 a 24 anos na condição de aprendiz; trabalhadores
Ministério do Turismo	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer
Secadi/MEC	Jovens que participam do ProJovem Urbano e estudantes da Educação de Jovens e Adultos
Secretaria de Direitos Humanos	Jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e pessoas

Quadro Demandantes do Pronatec e seus públicos beneficiários específicos.	
DEMANDANTES	PÚBLICO BENEFICIÁRIO
da Presidência da República	com deficiência
Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação	Estudantes de Ensino Médio de rede pública

A seguir está detalhado o percentual de participação de cada demandante, considerando o número de matrículas realizadas a partir do seu esforço de pré-matrículas, ou seja, o encaminhamento de beneficiários para os cursos.



O resultado dos demandantes deve levar em conta o esforço compartilhado entre mais de um demandante. Muitas vezes o esforço de um demandante no processo de pré-matrícula muitas vezes alcança estudantes que possuem perfis que também atendem a outros demandantes, como por exemplo a mobilização de uma pessoa com deficiência em um curso na área de turismo em uma cidade que será sede da Copa do Mundo pelo CRAS, pode gerar uma matrícula que, embora seja contabilizada pelo demandante MDS, estará alcançando também o público da SDH – Viver sem limite e ainda o Pronatec Copa.

Além da mobilização por meio dos demandantes, outra possibilidade de acesso a vagas do Pronatec é o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica – SISUTEC, que será detalhado no item 2.1.4 deste Relatório. Após o preenchimento das vagas por candidatos que realizaram o ENEM, as vagas remanescentes são ocupadas por meio de *on line*. Nesse caso, o próprio interessado realiza sua inscrição no portal do SISUTEC e comprova seu perfil no ato de confirmação de matrícula, na instituição de ensino ofertante.

2.1.2. Recursos repassados pela Bolsa-Formação

Em 2013, o investimento no Pronatec/Bolsa-Formação foi da ordem de R\$ 2,7 bilhões, oriundos da Ação Orçamentária 20RW. Em função da alteração da Lei nº 12.513/2011 pela Lei 12.816/2013, foram incorporadas à rede ofertante instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica de nível médio, devidamente habilitadas, e a oferta de cursos foi ampliada com os cursos técnicos na forma subsequente, o que levou à superação das metas previstas para o ano de 2013 e à elevação do investimento na Ação 20RW.

O repasse às redes públicas de EPT e aos SNA corresponde ao custo total do curso por estudante e ao custeio da assistência estudantil e dos insumos necessários para a participação nos cursos da Bolsa-Formação, incluindo materiais didáticos, materiais escolares gerais e específicos e uniformes, quando adotados pela instituição ofertante e, por opção do ofertante, seguro contra acidentes pessoais para os beneficiários. A assistência estudantil é prestada aos beneficiários da Bolsa-Formação de forma a subsidiar alimentação e transporte, mediante o próprio serviço ou em pecúnia. O valor repassado aos ofertantes abrange, inclusive, os custos com os profissionais envolvidos nas atividades da Bolsa-Formação. Para efeito do cálculo do valor da hora-aluno ofertada, é considerado o valor da hora-aluno vigente na data do início de cada turma, que em 2013 foi de R\$10,00.

O montante dos recursos a ser repassado para as redes públicas de EPT e para os SNA, anualmente, no âmbito da Bolsa-Formação, corresponde ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante, convertidas em horas-aluno. Cada novo repasse é calculado tomando por base a comparação entre vagas pactuadas e matrículas confirmadas em turmas ofertadas, de acordo com o registrado pela instituição no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional – SISTEC.

O repasse de recursos financeiros é efetuado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, a partir de solicitação da SETEC/MEC, em conformidade com as resoluções mencionadas anteriormente.

É importante destacar que, para os cursos técnicos, o valor de repasse não é feito integralmente dentro do ano do início da oferta. Considera-se, no cálculo do repasse, a carga-horária de 800 horas para cursos iniciados no primeiro semestre e de 400 horas para cursos iniciados no segundo semestre de cada ano. O restante da carga-horária do curso é pago no ano subsequente.

Especificamente para a oferta de cursos subsequentes, que envolve instituições privadas habilitadas pelo MEC e que participaram do SISUTEC, conforme será detalhado no item 2.1.4 deste Relatório, o repasse corresponde a uma bolsa de estudo integral, com o valor necessário para o pagamento de mensalidades, diretamente para a instituição ofertante. Em 2013, de acordo com Portaria MEC nº 168/2013, não houve previsão de recursos para assistência estudantil na oferta de cursos técnicos na forma subsequente pelas instituições privadas. A partir de 2014, tal orientação passou a vigorar para os cursos subsequentes ofertados por todas as redes.

No caso das instituições privadas, ao apresentar suas propostas de oferta de vagas, elas informaram o curso, a carga horária, a data de início e fim do curso, a quantidade de horas semanais e a proposta de valor da hora-aluno, que foi submetida à aprovação da SETEC/MEC. Com base nesses dados, foi calculada a mensalidade referente a cada proposta.

No segundo semestre de 2013, foram ofertadas por meio do SISUTEC 239.792 vagas, com a participação de 586 unidades de ensino das redes pública e privada, e foram realizadas 185.014 matrículas. Com base nesse número de matrículas foi estimado o montante de recursos para pagamento das mensalidades dos estudantes atendidos. O cálculo dos valores destinados a cada instituição está condicionado à ação eletrônica de confirmação mensal de frequência. Ao término

de cada mês, inicia-se o período de dez dias para as instituições lançarem as frequências dos seus estudantes no SISTEC. A partir do décimo primeiro dia de cada mês, os estudantes devem confirmar a frequência informada pelas instituições, no prazo máximo de 15 dias. As mensalidades dos estudantes que confirmaram suas matrículas são computadas e informadas pela SETEC ao FNDE, para que se proceda o repasse dos recursos diretamente às mantenedoras das instituições de ensino.

Em virtude de ajustes operacionais no sistema, em 2013 foi realizado apenas um pagamento, no mês de dezembro, referente aos três primeiros meses de execução dos cursos – agosto, setembro e outubro. Com base nas confirmações de frequência dos estudantes nesses três meses, realizada de maneira parcial, também em decorrência de ajustes operacionais necessários no sistema, foi repassado para as instituições privadas o montante de R\$ 51.951.486,10. O detalhamento desse montante está apresentado no Anexo II deste Relatório.

Em razão das regras de pagamento descritas anteriormente, os repasses referentes a novembro e dezembro de 2013 foram programados para os meses de janeiro e fevereiro de 2014, respectivamente.

2.1.3. Cursos ofertados pela Bolsa-Formação

Por intermédio da Bolsa-Formação são ofertados dois tipos de cursos: os cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional, cuja carga horária varia de 160 a 400 horas, e os cursos técnicos, cuja carga horária varia de 800 a 1400 horas. Tais cursos estão detalhados no Guia Pronatec de Cursos FIC, que apresenta 646 cursos em sua 4ª edição, e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que apresenta 220 cursos. Tais documentos estão disponíveis em <http://pronatec.mec.gov.br/fic/> e <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>, respectivamente.

Em 2013 foram realizadas 1,5 milhão de matrículas, das quais mais de 1,2 milhão em cursos FIC e 291 mil em cursos técnicos de nível médio, com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, em mais de 3.200 municípios. Entre as vagas ofertadas, os cursos que tiveram maior quantidade de matrículas em 2013 foram:

Quadro Cursos da Bolsa-Formação com mais matrículas em 2013	
Cursos Técnicos	Cursos de Formação Inicial e Continuada
Técnico em Segurança do Trabalho	Auxiliar Administrativo
Técnico em Informática	Operador de Computador
Técnico em Administração	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão
Técnico em Logística	Auxiliar de Recursos Humanos
Técnico em Enfermagem	Recepcionista
Técnico em Mecânica	Inglês Básico
Técnico em Eletrotécnica	Auxiliar de Pessoal
Técnico em Redes De Computadores	Almoxarife
Técnico em Contabilidade	Manicure e Pedicure
Técnico em Edificações	Costureiro

A definição de cursos e vagas a serem ofertados no âmbito do Pronatec/Bolsa-Formação realiza-se mediante dois procedimentos básicos:

- No caso dos cursos FIC e técnicos na forma concomitante, as ofertas são pactuadas pelos ofertantes com os parceiros demandantes e registradas no SISTEC, considerando o perfil socioeconômico do público a que se destinam e as oportunidades de trabalho em cada setor de atividade econômica ou segmento profissional.
- No caso dos cursos técnicos na forma subsequente, as ofertas são propostas pelo ofertante e aprovadas pela SETEC/MEC, com base em critérios estabelecidos em edital específico do SISUTEC, Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica.

No primeiro caso, o processo de ocupação das vagas ofertadas é de responsabilidade dos parceiros demandantes, que utilizam o SISTEC para realizar o procedimento de pré-matrícula dos estudantes por eles selecionados. No segundo caso, o processo de ocupação das vagas se dá mediante aprovação no processo de seleção unificada – SISUTEC. Em ambos os casos, as vagas remanescentes podem ser ocupadas diretamente pelo interessado, por meio de inscrição direta nos cursos, via internet, por meio de inscrição *on line*.

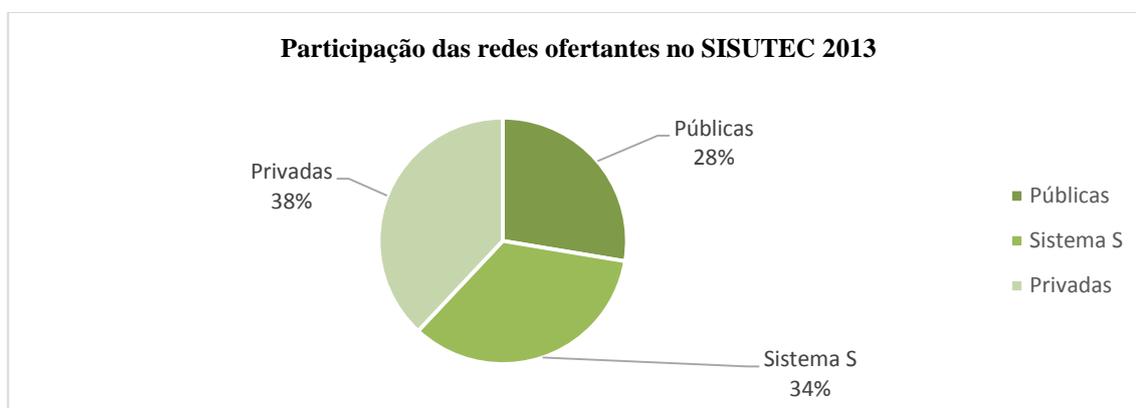
2.1.4. Inclusão dos cursos técnicos subsequentes na Bolsa-Formação: o SISUTEC

Com a Lei nº 12.816/2013, além da incorporação de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio como parceiras ofertantes do Pronatec/Bolsa-Formação, foram ampliadas as oportunidades de acesso aos cursos técnicos de nível médio para aqueles que tenham concluído o ensino médio por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica – SISUTEC, utilizando-se, prioritariamente, resultados do ENEM.

Já na sua primeira edição, o SISUTEC contou com 456,1 mil inscritos e matriculou mais de 180 mil brasileiros em 117 cursos técnicos, ofertados em 296 municípios de 26 estados.

Tendo como prioridade o atendimento aos estudantes que cursaram o ensino médio na rede pública ou na rede privada na condição de bolsista integral, 85% das vagas do SISUTEC são destinadas a esses candidatos. No caso de vagas em instituições federais, aplica-se, ainda, a Lei de Cotas – Lei nº 12.711/2012, que estabelece a reserva de 50% das vagas relativas à escola pública para candidatos com renda *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo e o percentual de vagas correspondente ao percentual dessas populações na UF do município de oferta das vagas, conforme Censo IBGE 2010, para negros, pardos e indígenas.

Percentualmente, a participação de cada rede ofertante ficou assim distribuída:



Além da base legal já mencionada, aplica-se especificamente à oferta dos cursos técnicos na forma subsequente a Portaria MEC nº 671/2013, que instituiu o SISUTEC, a Portaria SETEC/MEC nº 20/2013, que definiu os eixos tecnológicos prioritários e a correlação dos cursos técnicos com os

cursos de graduação para o edital 2013, e o Edital SISUTEC nº 01, de 02 de agosto de 2013, que estabeleceu cronograma e demais procedimentos do processo seletivo por meio do SISUTEC.

Especificamente sobre a participação das instituições privadas, é importante esclarecer que sua participação no Programa está condicionada ao processo de habilitação previsto na Portaria MEC nº 160/2013 e alterações. Para a habilitação são considerados, basicamente, os seguintes critérios:

Para Instituições de Ensino Superior:

- Ofertar cursos técnicos correlatos aos cursos superiores ofertados regularmente pela instituição, nos termos da Portaria MEC nº 20/2013;
- Possuir Conceito Preliminar de Curso (CPC) igual ou superior a 3 e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) igual ou superior a 3.

Para Escolas Técnicas de Nível Médio:

- Estar devidamente autorizada pelo Conselho Estadual e/ou Distrital de Educação; e
- Estar habilitada por avaliação *in loco* realizada pela Rede Federal.

2.1.5. Continuidade das ações do PROEP

O Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP foi instituído pela Portaria MEC nº 1.005, de 10 de setembro de 1997, e pela Resolução nº 112/1997. A operação de crédito externo visou a expansão da educação profissional e foi concretizada pelo contrato de empréstimo BID 1052/OC, firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a União. O PROEP teve por objetivo o financiamento para construção de espaços, compra de equipamentos e oferta de gratuidade a alunos carentes, tendo beneficiado redes estaduais e federais e instituições comunitárias de educação profissional.

Atualmente existem 37 instituições de ensino do segmento comunitário em supervisão continuada pelo Ministério da Educação, ou seja, são acompanhadas em relação à oferta de 50% de gratuidade de seus cursos oferecidos. Este acompanhamento é realizado a partir do SISTEC. Dessas 37, 10 escolas são de responsabilidade do SENAI.

No âmbito do PROEP, em 2013, a principal ação para equacionar esse passivo foi o desenvolvimento da metodologia de análise contábil para acerto financeiro entre as instituições conveniadas, visando encontro de contas para a extinção da obrigatoriedade de gratuidade pelas instituições.

Além disso, foram realizadas as seguintes ações:

- Monitoramento da oferta de gratuidade pelo SISTEC;
- Elaboração de acervo técnico na ferramenta eletrônica Redmine, no qual estão as informações de cada instituição conveniada do segmento comunitário, bem como o resumo das atividades realizadas;
- Emissão de Pareceres Técnicos e Notas Técnicas de Ajustes de Convênios;
- Apresentação da metodologia à Controladoria Geral de União - CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU;
- Realização de reunião com as instituições do segmento comunitário para apresentação da metodologia.

2.2. Objetivo Estratégico 2: Garantir a progressiva expansão da gratuidade na oferta de cursos, programas e ações educacionais pelo Sistema S, para atender a públicos de baixa renda e trabalhadores

Diretoria de vinculação: DIR

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Oferta de vagas pelo acordo de gratuidade do Sistema S	Desenvolvimento de metodologias, estratégias e ferramentas para subsidiar o cumprimento do acordo de gratuidade Reestruturação e expansão do SISTEC para monitoramento do acordo de gratuidade do Sistema S

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013	Meta 2014
Receita líquida da contribuição compulsória do SENAI	62%	66,66%
Receita líquida da contribuição compulsória do SENAC	55%	66,67%

O Acordo de Gratuidade do Sistema S consiste em Protocolos de Compromisso celebrados entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e da Fazenda, Confederação Nacional do Comércio – CNC e Confederação Nacional da Indústria – CNI, em 22 de julho de 2008. Tais protocolos preveem a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores, até 2014.

Atualmente, o Acordo de Gratuidade compõe uma das iniciativas do Pronatec e objetiva ampliar a aplicação de recursos ao Sistema S, com fins de financiar e expandir a oferta gratuita de vagas por essas instituições. De 2011 a 2013, o Acordo de Gratuidade ultrapassou o número de 2 milhões de vagas ofertadas.

Para melhor acompanhamento das metas e dos resultados do Acordo de Gratuidade, está em desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas uma metodologia que permitirá ao MEC o monitoramento detalhado dessa ação, que consiste no acompanhamento da alocação dos recursos e da oferta gratuita de vagas, a partir dos dados obtidos por meio do SISTEC. Embora o acompanhamento já venha sendo feito quanto à oferta de matrículas gratuitas, se faz necessário compatibilizar a relação entre as matrículas e seus custos, uma vez que o acordo foi realizado com base em aplicação de percentual de recursos em matrículas gratuitas. Durante o ano de 2013, diversas reuniões foram realizadas entre a SETEC, as instituições do Sistema S envolvidas no acordo e a Fundação Getúlio Vargas, para que fosse possível estabelecer uma metodologia de acompanhamento do acordo que fosse factível e eficaz. Em 2014, as ações a serem realizadas envolvem a capacitação da equipe da SETEC e a automatização da metodologia por parte do MEC, de forma a garantir o efetivo acompanhamento do cumprimento do acordo.

2.3. Objetivo Estratégico 3: Promover a expansão e a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para interiorizar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita

Diretoria de vinculação: DDR

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Expansão e reestruturação da Rede Federal Matrículas da Rede Federal	Desenvolver Plano de Expansão da Rede Federal, Desenvolver o Plano de Reestruturação da Rede Federal, mediante pactuação de metas entre as Instituições da Rede Federal e a SETEC
Gestão e desenvolvimento de pessoas da Rede Federal	Realizar provimento de cargos, funções e códigos de vagas para contratação de servidores da Rede Federal, associado a Programa de Qualificação

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta (2013/2014)
Unidades implantadas no plano de expansão da Rede Federal	178
Unidades atendidas no plano de reestruturação da Rede Federal	350
Unidades de polos/unidades de educação profissional da Rede Federal	40

A Lei nº 11.892/2008 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Rede Federal de EPCT, por meio da transformação de autarquias existentes, como os CEFETs, as escolas técnicas e as escolas agrotécnicas federais, em uma nova institucionalidade. Como dimensões da atuação da SETEC em relação à Rede Federal, destacam-se as ações de: i) apoio à expansão e à reestruturação; ii) gestão e supervisão; e iii) gestão e desenvolvimento de pessoas da Rede Federal. Tais pontos serão abordados a seguir:

2.3.1. Expansão e Reestruturação da Rede Federal

A SETEC tem executado seu planejamento a partir do diagnóstico realizado das necessidades de consolidação dos *campi* criados até 2010, visando normatizar o processo de descentralização de créditos orçamentários para a reestruturação da Rede Federal. O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF também tem contribuído com o planejamento articulado com as instituições por meio do Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal – CPPG, criado por meio da Portaria SETEC nº 24/2012. Foram realizadas reuniões bimestrais do CPPG, com discussões relacionadas à gestão da Rede Federal, tais como o modelo de distribuição de vagas e funções, a Estrutura Organizacional dos Institutos Federais e o Plano de Formação Continuada para os servidores da Rede – PLAFOR.

O planejamento da Rede Federal contou, ainda, com reuniões trimestrais de alinhamento estratégico da SETEC com cada Reitor e respectiva equipe. Os principais temas abordados nessas reuniões foram:

- Planejamento e expansão da oferta dos cursos da Bolsa-Formação;
- Planejamento e expansão da oferta dos cursos do Rede e-Tec Brasil;
- Planejamento e acompanhamento das obras dos campi da expansão;
- Planejamento e acompanhamento da entrada em funcionamento das novas unidades;
- Planejamento da reestruturação dos *campi* existentes;
- Planejamento e distribuição dos cargos e funções, bem como atualização do banco de professores e técnicos-administrativos;
- Planejamento orçamentário e financeiro;
- Temas de interesse de cada Instituto Federal.

Em relação à Expansão de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, das 208 novas unidades previstas para o período de 2011 a 2014, já estavam em funcionamento 116 no final de 2013. Ao final da expansão, serão 562 unidades em mais de 500 municípios. Em 2013, 40 unidades da Rede Federal de 16 Estados e do Distrito Federal iniciaram suas atividades e, quando em pleno funcionamento, totalizarão 48 mil novas vagas.

Até dezembro de 2013, foi atingido o seguinte resultado operacional na expansão:

- 116 unidades em funcionamento, das quais 39 foram inauguradas e 15 foram concluídas e não inauguradas; e
- 106 unidades em obra, sendo que 26 unidades estavam em fase de licitação e 22 estavam em fase de planejamento e elaboração de projeto.

Visando organizar e definir parâmetros e normas para a Expansão dos Institutos Federais, ao longo do exercício de 2013, a SETEC fez uma ampla discussão com o CONIF, que resultou na publicação da Portaria nº 1.291, de 30/12/2013. A partir dessa Portaria, ficou definido que a expansão dos Institutos Federais ocorrerá mediante a implantação de Campus, Campus Avançados, Polos de Inovação e Polos de Educação a Distância, além da possibilidade dos Institutos Federais implantarem Centros de Referência para temáticas específicas.

Ainda no âmbito da expansão e reestruturação da Rede Federal, o Programa de Modernização da Rede Federal para uso de Tecnologias Educacionais – PMTE objetiva incorporar o uso de tecnologias educacionais à prática pedagógica dos docentes da Rede Federal, por meio da aquisição e utilização de computadores pessoais tipo *tablet* e de Computadores Interativos com Solução Integrada de Lousa Digital – CISILD. A aquisição dos equipamentos foi iniciada em 2012, finalizando com a entrega de 30.718 *tablets* e 5.870 CISILDs em 2013.

2.3.2. Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT

A Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal – DDR possui, dentre outras, a atribuição de supervisão operacional e técnico-pedagógica das instituições federais de educação profissional e tecnológica, conforme o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, inciso II, art. 13. No cumprimento dessa atribuição, a DDR monitora os indicadores acadêmicos instituídos para a Rede Federal e realiza a gestão de demandas por supervisão administrativa, motivadas especialmente por denúncias de cidadãos e pela ação do Ministério Público.

O monitoramento dos indicadores acadêmicos permite à SETEC visualizar o desempenho das instituições da Rede, de forma a formular ações e ajustar políticas. Além dos indicadores já estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União por meio dos Acórdãos nº 2.267/2005 – TCU/Plenário, nº 104/2011 – TCU/Plenário e nº 2.508/2011 – TCU – 1ª Câmara, em 2012 foi instituído um Grupo de Trabalho pela Portaria SETEC nº 25/2012, com os seguintes objetivos: i) propor um novo conjunto de indicadores de gestão, com base nas orientações e conceitos contidos no Acórdão 2.267/2005 - TCU - Plenário, no Termo de Acordo de Metas e na Matriz Orçamentária da Rede Federal; e ii) elaborar um Manual de Produção e Análise dos Indicadores de Gestão da Rede. O grupo já entregou o relatório consolidado de seus trabalhos, que está em análise pela SETEC. Após análise e validação da proposta, será necessária a Regulamentação pelo Ministério da Educação do conceito de Aluno-equivalente e da relação aluno/professor (RAP).

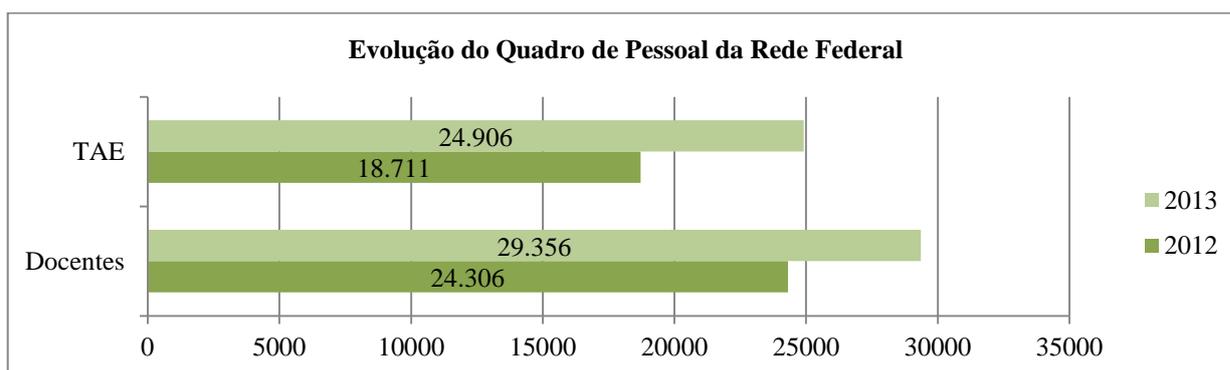
A supervisão administrativa se dá por comunicação da SETEC com as instituições para averiguação de informações ou, quando necessário, pela supervisão *in loco*. Entre as motivações mais recorrentes para supervisão *in loco* estão as acusações de supostas irregularidades praticadas por gestores às vésperas de processos eleitorais para escolha de reitores e diretores gerais de unidades e denúncias por problemas de ordem técnica ou de contratação em obras da expansão da rede. Além

dos processos finalísticos de gestão, diversas demandas por supervisão administrativa foram conduzidas pela DDR em 2013, resultando na realização de comissões de supervisão *in loco*. Em 2013, foram instituídos dois os processos de supervisão *in loco*, sendo um no Instituto Federal de Sergipe e outro no Instituto Federal do Acre. O primeiro resultou na Portaria de Comissão de PAD nº 1.024, publicada no Diário Oficial da União de 18/10/2013 – Processo: 23000.016858/2012-33, e o segundo na Ordem de Serviço nº 04/2013 – Processo: 23000.004387/2013-00.

2.3.3. Gestão e desenvolvimento de pessoas da Rede Federal

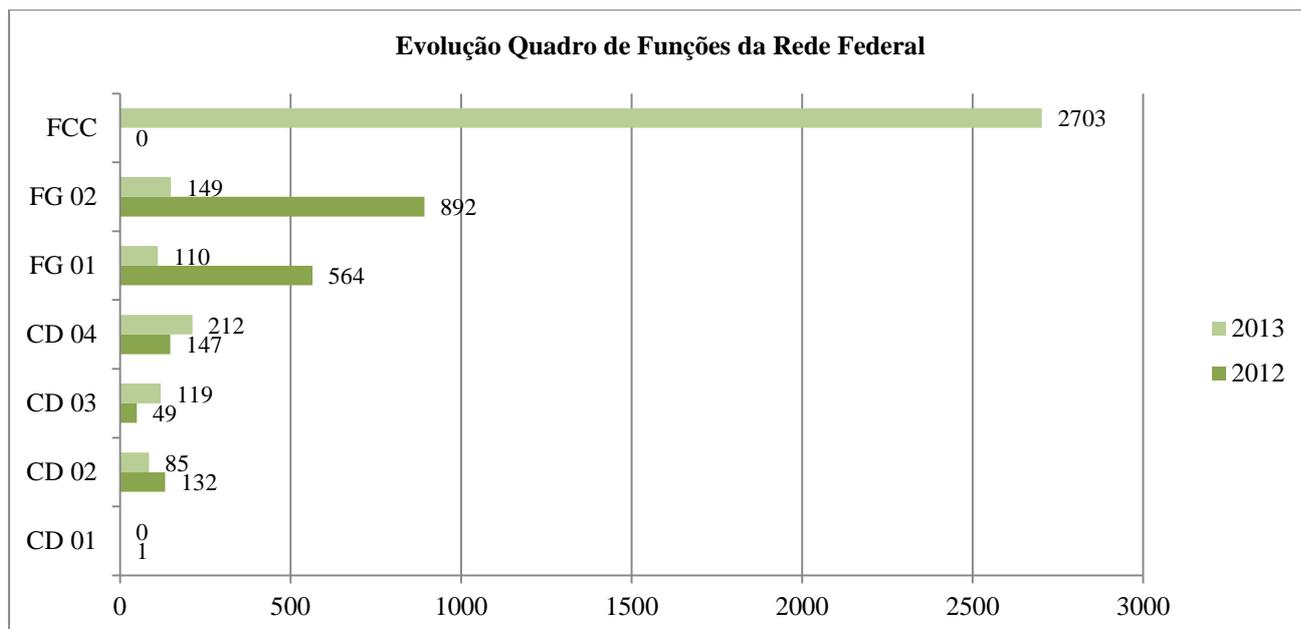
A Lei nº 12.677, de 25 de julho de 2012, aprovou a criação de 24.306 cargos da carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de 18.223 cargos de servidores técnicos administrativos para a Rede Federal. Esse quantitativo teve como objetivo atender as demandas de instalação de novas unidades, a consolidação da Rede Federal e a expansão das ações de EPT impulsionadas pelo Pronatec. A criação de códigos de vagas serviu, ainda, para a operacionalização do Banco de Professor Equivalente – BPEq e do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos – QRSTAE.

Em 2013, foram redistribuídos 5.050 códigos de vagas da Carreira EBTT e 6.195 códigos de vagas da carreira do PCCTAE, da SETEC para as instituições da Rede Federal, totalizando os seguintes quantitativos na Rede Federal:



Quanto à reorganização da força de trabalho, em 2013 foram realizadas pelo MEC 575 redistribuições entre instituições federais de ensino. No mesmo sentido, visando suprir demandas imediatas decorrentes da expansão, foi autorizado o repasse de 963 cargos de professores temporários.

A autorização e a distribuição de novas CDs, FGs e FCCs, conforme quadro a seguir, permitiu o início das atividades das novos *campi*:



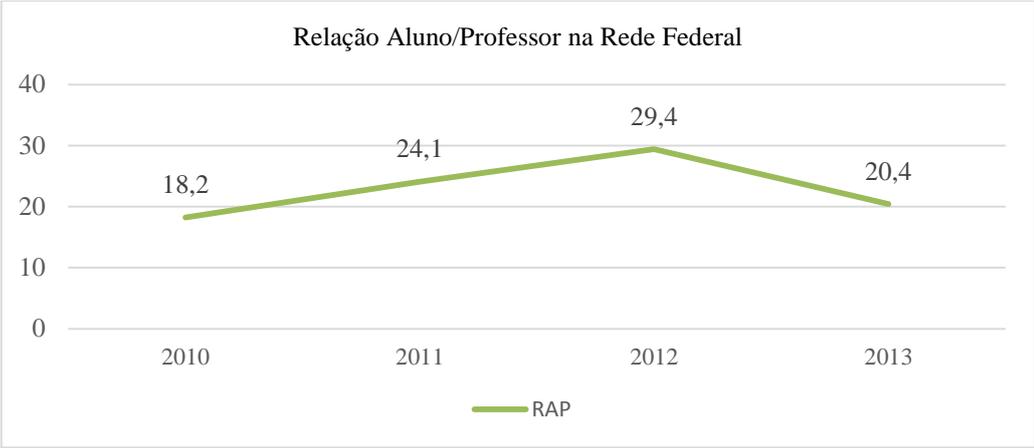
Ainda em 2013, foram efetuadas nove nomeações de reitores eleitos, considerando a previsão legal disposta no Decreto nº 6.986/2009.

No âmbito da capacitação dos servidores da Rede Federal, foram apoiados cinco projetos, que serão executados em 2014, conforme detalhamento a seguir:

Quadro Termos de Cooperação celebrados para capacitação de servidores da Rede Federal		
TERMO DE COOPERAÇÃO	PARCEIRO	OBJETIVO
640/2013	UnB	Selecionar 25 servidores da Rede Federal para Mestrado Profissional em Educação na UnB, com previsão de início no primeiro semestre de 2014.
824/2013	MCTI – Programa Brasil Mais TI	Capacitar profissionais de Tecnologia de Informação da Rede Federal.
967/2013	UFPE	Selecionar 123 servidores da Rede Federal para Mestrado Profissional em Tecnologia da Informação na UFPE, com previsão de início no primeiro semestre de 2014.
1063/2013	CAPES	Capacitar de 43 docentes da Rede Federal nos <i>colleges</i> canadenses, com início em fevereiro de 2014.
1078/2013	UnB	Selecionar 20 servidores da Rede Federal para o Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública da UNB, com previsão de início no primeiro semestre de 2014.

O indicador do PPA que envolve a área de desenvolvimento de pessoas da Rede Federal é a Relação Aluno/Professor, obtida pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições que compõem a Rede Federal.

Ao analisar a evolução anual da relação, detalhada no quadro abaixo, constata-se que as instituições da Rede Federal têm cumprido o objetivo pactuado nos Termos de Acordo e Metas, otimizando a capacidade institucional e garantindo o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à atuação docente: ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga. Somente em 2013, foram contratados 3.471 novos docentes, o que explica a redução do valor da relação no último exercício.



2.4. Objetivo Estratégico 4: Fomentar a expansão das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, para contribuir com a melhoria da educação básica pública e ampliar as oportunidades formação profissional

Diretoria de vinculação: DIR

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Construções, reformas e laboratórios do Brasil Profissionalizado Matrículas das redes estaduais de EPT e Brasil Profissionalizado	Realizar expansão das redes estaduais de EPT, por meio do Brasil Profissionalizado Realizar articulação com as Secretarias Estaduais para inserção de todas as unidades da federação no Brasil Profissionalizado

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta (2013/2014)
Unidades do Brasil Profissionalizado construídas, ampliadas ou reformadas	204
Laboratórios educacionais instalados pelo Brasil Profissionalizado	2.006
Unidades da federação participantes do Brasil Profissionalizado	27

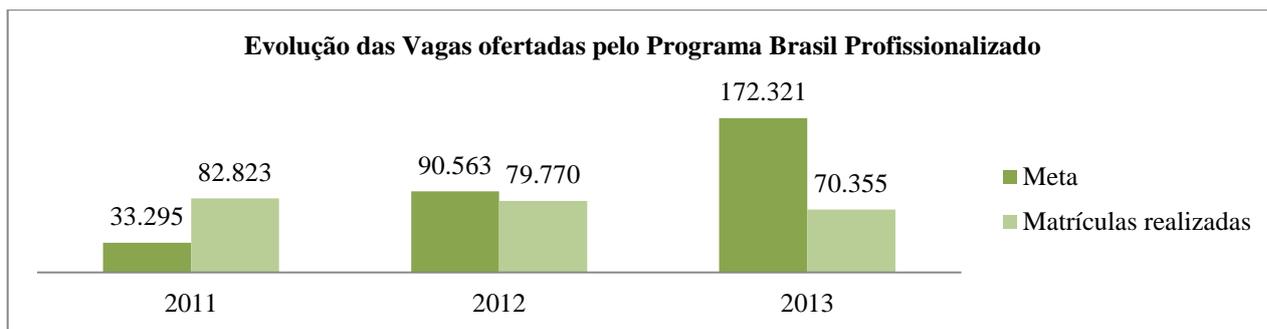
Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por ações de infraestrutura física e pedagógica. Tais ações compreendem construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais, provimento de laboratórios e de recursos pedagógicos, além de cursos de formação para gestores e professores. Conforme o [Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007](#), o Programa visa estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e vocações locais e regionais.

Em 2013, a gestão do Programa foi aprimorada com a efetiva migração de suas ações para o Plano de Ações Articuladas do Ministério da Educação – PAR, em consonância com o disposto na Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, extinguindo-se os convênios como instrumentos formais de repasse de recursos aos estados e ao Distrito Federal. Com essa mudança, todas as solicitações necessárias à expansão e à modernização das redes estaduais de educação passaram a ser inseridas no Sistema de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, propiciando um acompanhamento mais efetivo das ações do programa.

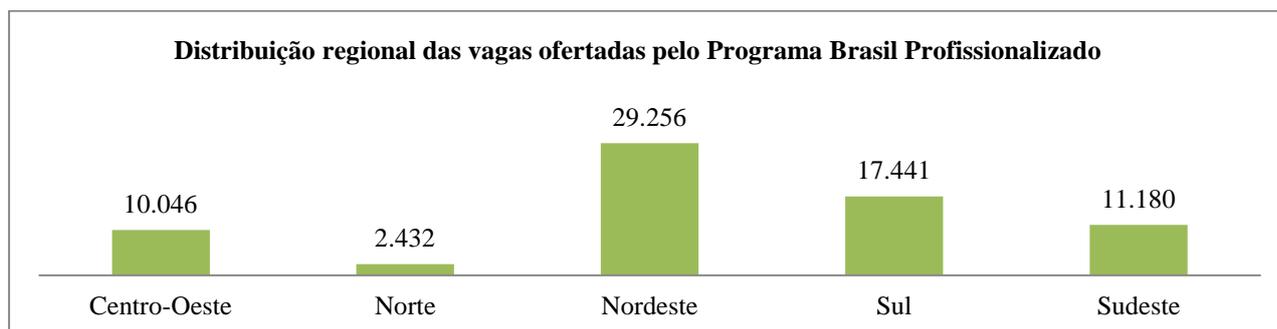
Os recursos são repassados por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme dispõe a Resolução/CD/FNDE nº 62, de 12 de dezembro de 2007, no que couber, após análise e parecer de mérito da SETEC sobre as propostas inseridas pelos estados e pelo Distrito Federal no SIMEC. Somente são aptos a inserirem propostas os entes da federação que estiverem com as ações pactuadas no âmbito do PAR devidamente atualizadas, com o cumprimento das obrigações educacionais nele fixadas.

Visando fortalecer a execução nos estados e no Distrito Federal, a SETEC contratou cinco consultores especialistas em convênios para desenvolver estudos relativos à execução dos convênios e termos de compromisso firmados entre 2008 e 2013, contemplando: i) a execução física e financeira das ações de infraestrutura e de aquisição de recursos pedagógicos; ii) a análise da oferta de cursos e matrículas previstos quando da celebração da parceria; iii) lançamento das vagas ofertadas e das matrículas realizadas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC; e iv) análise das solicitações de cursos de formação solicitados pelas unidades federativas em 2014. Esses estudos servirão como subsídios para melhoria na execução do programa, com diagnóstico das principais dificuldades encontradas por estado e por região do país, de maneira a se desenvolver instrumentos capazes de mitigá-las a médio e longo prazos.

Em 2013, o Programa permitiu que mais de 70 mil jovens ingressassem em cursos técnicos.



Regionalmente, a distribuição de matrículas é a seguinte:



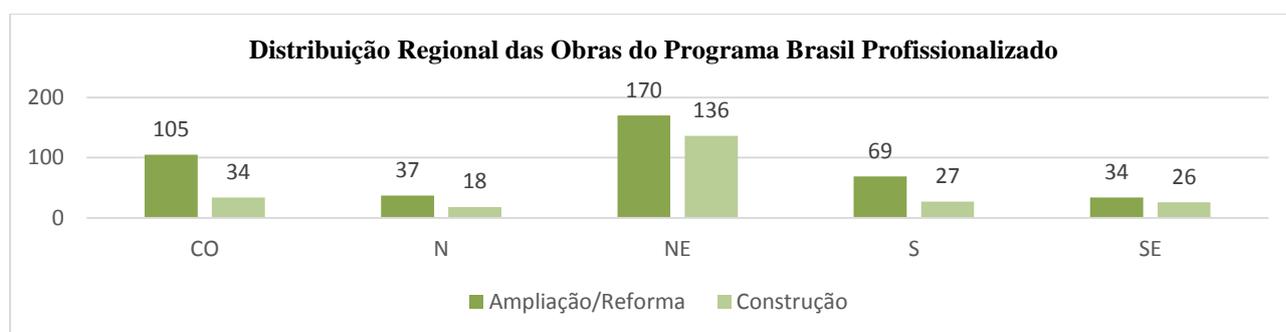
Em relação às obras financiadas pelo Programa, foram 211 obras concluídas, sendo 177 ampliações e reformas e 34 construções de escolas novas. Somente no exercício de 2013 foram finalizadas 90 ampliações e reformas e 13 construções, totalizando 103 obras concluídas no ano. Além disso, no decorrer do ano, o número de obras em situação de planejamento ou ainda não licitadas foi reduzido de 303 para 66.

No exercício de 2013, 74 obras que ainda estavam em planejamento foram canceladas, a pedido dos estados. Tais obras estavam previstas em convênios não integralmente pagos. Descontadas as obras canceladas, das 656 obras ativas no programa, há 241 construções e 415 ampliações e reformas, conforme quadro a seguir:

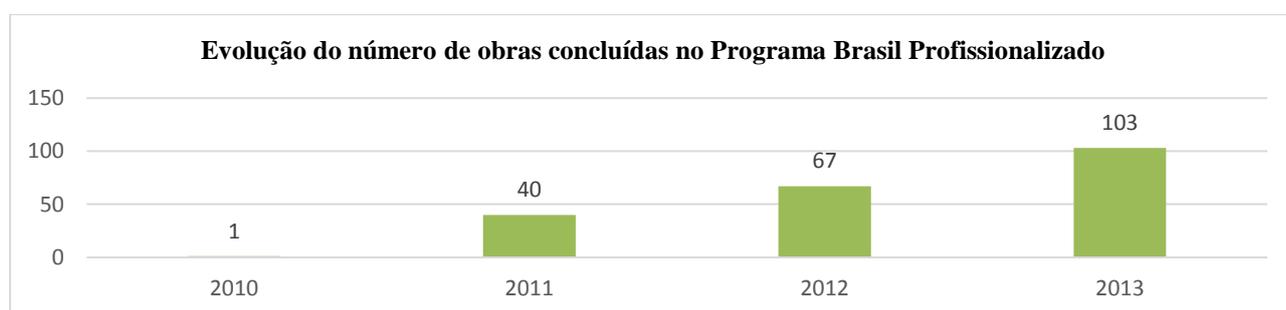
Quadro Distribuição de obras do Programa Brasil Profissionalizado por UF							
UF	AMPLIAÇÃO OU REFORMA	CONSTRUÇÃO	TOTAL POR UF	UF	AMPLIAÇÃO OU REFORMA	CONSTRUÇÃO	TOTAL POR UF
AC	4	1	5	PA	11	11	22
AL	9	2	11	PB	27	6	33
AP	11	-	11	PE	5	25	30
BA	43	14	57	PI	21	11	32
CE	8	55	63	PR	23	18	41
DF	-	4	4	RN	53	10	63
ES	-	9	9	RR	1	1	2
GO	2	7	9	RS	30	1	31
MA	1	12	13	SC	16	8	24
MG	-	15	15	SE	3	1	4
MS	70	3	73	SP	34	2	36

Quadro Distribuição de obras do Programa Brasil Profissionalizado por UF							
UF	AMPLIAÇÃO OU REFORMA	CONSTRUÇÃO	TOTAL POR UF	UF	AMPLIAÇÃO OU REFORMA	CONSTRUÇÃO	TOTAL POR UF
MT	33	20	53	TO	10	5	15

Regionalmente, a distribuição das obras é a seguinte:



Percebe-se, pelo quadro a seguir, que o número de obras concluídas teve um aumento significativo em 2013, o que resulta de um esforço de aprimoramento no modelo de monitoramento do Programa. Os números atuais de conclusão são:



Além das obras, o Brasil Profissionalizado também contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional em 2013.

Em 2013 também foram realizadas ações para aprimorar a execução e controle do programa. As solicitações de ações de infraestrutura e de recursos pedagógicos (equipamentos, mobiliários, acervo bibliográfico, ações de capacitação) passaram a ser inseridas diretamente no SIMEC, sendo os itens que compõem as sub-ações padronizados. Deverão ser anexados no SIMEC os Projetos Pedagógicos Preliminares de todas as escolas que serão beneficiadas, informando as matrículas em cursos técnicos dos três anos anteriores e a previsão de cursos e vagas para os próximos três anos, como forma de pactuação. Também foi disponibilizado o modelo de escola padrão para 600 estudantes, permitindo melhor adequação das novas escolas a municípios de menor população. Em 2013 foi feito, ainda, levantamento de necessidade de capacitação para gestores e professores das escolas contempladas pelo programa, em parceria com as secretarias estaduais. Tal levantamento orientará a oferta de cursos pelo programa em 2014.

2.5. Objetivo Estratégico 5: Ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, para atender, prioritariamente, a públicos com dificuldade de acesso a cursos presenciais

Diretoria de vinculação: DIR

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Expansão da Rede e-TEC Brasil Matrículas da Rede e-TEC Brasil	Reestruturar e ampliar a Rede e-Tec, com critérios para implantação de novos polos Expandir atuação da Rede e-Tec para cursos FIC e Cursos Superiores de Tecnologia Fomentar a formação continuada de profissionais de EPT na modalidade EaD Incorporar entidades do Sistema S na Rede e-Tec (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT) Reestruturar e expandir o SISTEC para acompanhamento de matrículas e polos da Rede e-Tec

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013/2014
Percentual de municípios brasileiros contemplados com polos EaD de EPT.	20%
Instituições da Rede Federal de EPT com estrutura de EaD implantada.	30
Novos polos da Rede e-Tec	600

A Rede e-Tec Brasil tem por finalidade a ampliação da oferta nacional de educação profissional e tecnológica, exclusivamente na metodologia a distância, pelo desenvolvimento e difusão de cursos, metodologias e tecnologias. As ações da Rede e-Tec Brasil compreendem formação de recursos humanos, a produção de material didático, a aquisição de equipamentos e laboratórios e o apoio à execução dos cursos. A execução do Programa é feita em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e municípios, conforme determina o [Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011](#).

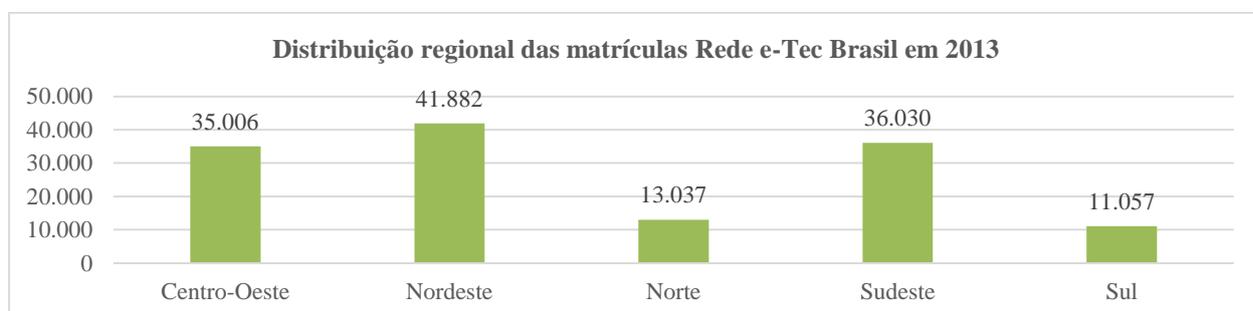
Em 2013, os Serviços Nacionais de Aprendizagem foram incluídos como parceiros ofertantes da Rede, por meio da Portaria MEC nº 562/2013 e da Resolução FNDE/CD nº 55/2013. Outra importante ação foi a criação de módulo da Rede e-Tec no SISTEC, permitindo registro específico do programa e maior controle sobre os polos de apoio presencial e sobre as matrículas.

Além da oferta de cursos técnicos de nível médio, a Rede e-Tec oferta cursos de Especialização em Educação a Distância, para ampliar o número de profissionais qualificados a atuarem na educação profissional e tecnológica nessa modalidade de ensino. Também são efetuados repasses de recursos para aquisição de serviços e de materiais necessários à manutenção e modernização dos espaços e equipamentos que compõem os polos de apoio presencial e são produzidos materiais didático-pedagógicos para a educação profissional a distância.

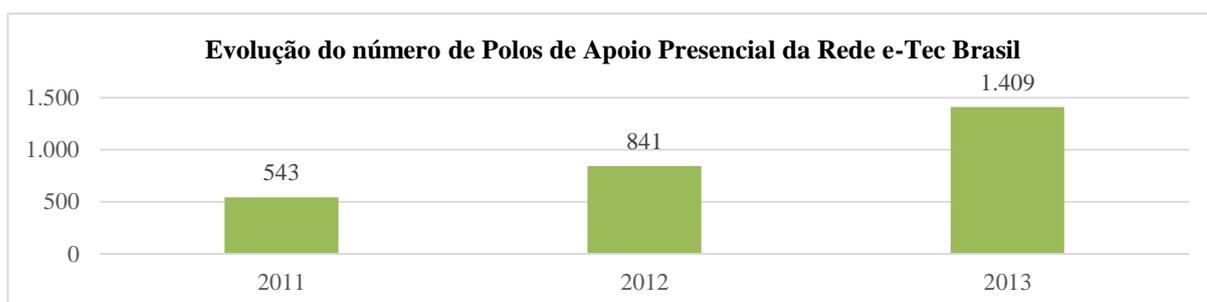
Em 2013, foram criadas mais de 137 mil novas matrículas na Rede e-Tec. Atualmente, a evolução anual das matrículas dessa ação está assim distribuída:



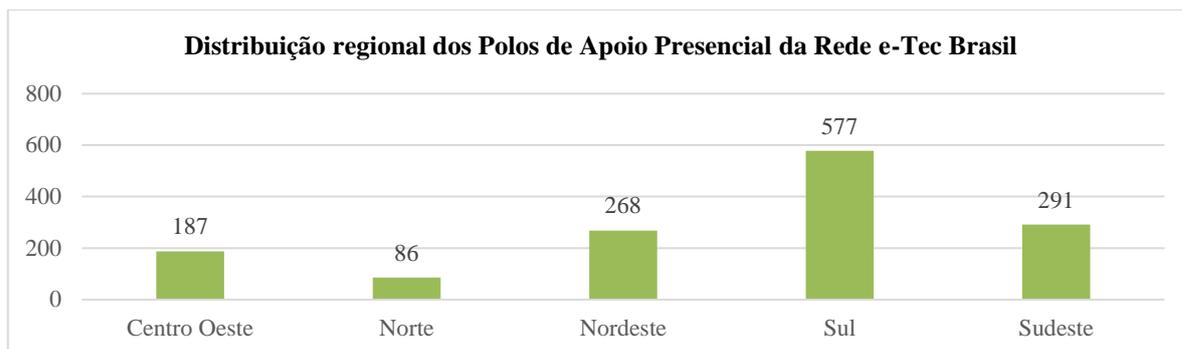
As matrículas realizadas em 2013 estão assim distribuídas no território:



Os cursos ofertados pela Rede e-Tec Brasil possuem polos de apoio presencial. Em 2013 foram instalados 568 polos, o que resulta na evolução anual que consta da figura a seguir:



Integraram a Rede e-Tec Brasil 45 instituições da Rede Federal e outras 13 das redes estaduais, atendendo todas as 27 unidades da federação, conforme a distribuição regional que segue:



Em 2013 também foi iniciada a estruturação de ações para aperfeiçoar a execução do Programa. Tais ações serão concluídas em 2014, mas já começaram a afetar diretamente a qualidade dos repasses e das ações da Rede e-Tec. São elas:

- Elaboração de critérios para implantação de novos polos de apoio presencial e requisitos para suas habilitações;
- Organização de repositório nacional para abrigar recursos educacionais produzidos e utilizados na oferta de cursos;
- Revisão dos registros das matrículas do período de 2011 a 2013 no SISTEC;
- Estruturação de cursos orientados a formação de pessoal para atuação na educação profissional na metodologia a distância.

2.6. Objetivo Estratégico 6: Promover o desenvolvimento da inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão para ampliar os impactos sociais e produtivos da educação profissional

Diretoria de vinculação: DDR

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Pesquisa aplicada e inovação tecnológica PMTE na Rede Federal	Criar indicadores para inovação, pesquisa aplicada e extensão tecnológica Fomentar a ampliação de cursos de mestrado profissional Fomentar o desenvolvimento de grupos de pesquisa aplicada
Eventos de promoção e divulgação da EPT	Fomentar a realização de eventos de promoção e divulgação da EPT
Parcerias e acordos internacionais para desenvolvimento da EPT	Ampliar as parcerias internacionais para desenvolvimento da EPT

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta (2013/2014)
Unidades de Polos de Inovação na Rede Federal	05

O Governo Federal estabeleceu como prioridade, no âmbito da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012/2015, a promoção da inovação nas empresas, a adoção de um novo padrão de financiamento público para o desenvolvimento científico e tecnológico, o fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica, e a formação e capacitação de recursos humanos.

Para a implantação da Política de Inovação do governo federal nos Institutos Federais, em consonância com as finalidades previstas na Lei nº 11.892/2008, a SETEC estruturou diversas ações articuladas com o CNPq, CAPES, Embrapa e Embrapii, além de iniciativas de qualificação de servidores e padronização e disseminação de boas práticas para a gestão e realização de PD&I nos IFs.

Considerando a necessidade de atuação em rede e a perspectiva de construção de ações engajadas, e com a participação ativa da própria Rede, a SETEC celebrou o Acordo de Cooperação nº 001/2013 com o Instituto Federal de Brasília – IFB, para agregar um grupo de servidores da Rede Federal, denominado Núcleo Estruturante dos Polos de Inovação – NEPI, com a finalidade de conduzir a política de inovação na Rede Federal, focado nos seguintes objetivos estratégicos:

- Propor, acompanhar e avaliar ações de fomento a grupos de pesquisa aplicada, extensão tecnológica, mestrados profissionais e polos de inovação na Rede Federal;
- Promover a sintonia das ações de inovação com as ofertas formativas e o desenvolvimento local e nacional;
- Implantar plano de comunicação, marketing e relacionamento institucional para a Rede Federal;
- Desenvolver Plano de Qualificação dos servidores da Rede Federal;
- Desenvolver normas e manuais para a realização de pesquisa aplicada, extensão e inovação na Rede Federal; e
- Promover a gestão, acompanhar e supervisionar as ações do Acordo de Cooperação.

2.7. Objetivo Estratégico 7: Realizar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da educação profissional e tecnológica para aperfeiçoar e ampliar as políticas e subsidiar os processos de tomada de decisão

Diretoria de vinculação: DPE

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Gestão de informações da EPT	Reestruturar e expandir o SISTEC
Planejamento estratégico da EPT	Revisar indicadores das dimensões de ensino e gestão Elaborar Mapa de EPT no Brasil, em articulação com o CGEE
Sistema de avaliação da EPT	Avaliar os egressos da EPT Avaliar os cursos técnicos Avaliar, de forma sistemática, os programas de EPT
Catálogos nacionais de EPT	Elaborar Catálogo Nacional de Cursos FIC, articulado com a CBO do MTE Reestruturar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, articulado com a CBO do MTE
Diretrizes curriculares e referenciais da EPT	Elaborar diretrizes curriculares de Cursos FIC Revisar diretrizes curriculares de cursos superiores de tecnologia
Políticas de formação de profissionais para a EPT Políticas de assistência estudantil para a EPT	Fomentar a formação de profissionais para a EPT Articular políticas de EPT com políticas de educação, inovação, trabalho e inclusão

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013	Meta 2014
Setores da economia incluídos no Mapa da EPT no Brasil.	19	
Mesorregiões incluídas no Mapa da EPT no Brasil.	67	
Dimensões da EPT com indicadores aprimorados.	6	
Avaliação de egressos de cursos de EPT.	1	1
Programas e ações de EPT monitorados ou avaliados.	10	

As ações desse objetivo se concentram nas seguintes iniciativas, que serão detalhadas a seguir: i) elaboração do mapa da educação profissional e tecnológica; ii) avaliação da educação profissional e tecnológica; e iii) manutenção e atualização dos catálogos nacionais de cursos de educação profissional e tecnológica.

2.7.1. Elaboração do Mapa da EPT

Em novembro de 2013, o MEC contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE para o desenvolvimento do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (Mapa da EPT). Além de estratégico, este é um projeto inovador no âmbito da educação profissional no Brasil.

O CGEE é uma organização social com contrato de gestão celebrado com o MCTI, para o fomento a atividades relacionadas à geração de subsídios para a gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como para a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias governamentais. O objetivo da contratação foi o Mapa da EPT identificará demandas de setores produtivos estratégicos da economia, para subsidiar o planejamento estratégico da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O Mapa servirá como base para a indução da oferta qualitativa de cursos nas diversas regiões do país, por meio de projeção da necessidade de formação de mão de obra.

Serão desenvolvidas uma metodologia e uma plataforma tecnológica que permitirão a atualização periódica das informações e o suporte ao planejamento estratégico das ofertas de educação profissional nas áreas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento nacional, em especial

as integrantes do Plano Brasil Maior. O uso dessa ferramenta possibilitará a projeção, a partir dos indicadores e insumos disponíveis, da necessidade de formação de mão de obra para atender as demandas do mercado de trabalho, considerando, ainda, o perfil do público habilitado para a formação profissional e o perfil dos profissionais disponíveis para a ocupação dos postos de trabalho correspondentes.

2.7.2. Avaliação da EPT

A ampliação da educação profissional demanda a verificação da qualidade com que esses serviços estão sendo prestados à população, bem como a propositura de medidas corretivas e adaptativas que melhorem o desenvolvimento da ação. Entre tais ações, destacam-se as ações de melhoria contínua do SISTEC e do Censo da Educação Básica. Em 2013, a SETEC manteve parceria com o INEP para alterar o formulário de coleta do Censo da Educação Básica, de forma a viabilizar a coleta de informações mais fidedignas em relação à ampliação da oferta de educação profissional no país. Além dos cursos técnicos de nível médio já coletados, pretende-se incluir os cursos de qualificação profissional articulados à educação básica e os cursos de EPT na modalidade a distância.

Outras importantes ações serão detalhadas a seguir: i) a avaliação de egressos de cursos técnicos e FIC; ii) a avaliação e o monitoramento de programas de EPT, em particular a Bolsa-Formação; e iii) o desenvolvimento de um sistema de avaliação da educação profissional e tecnológica, em especial dos cursos técnicos.

Avaliação de egressos de cursos técnicos e FIC

A pesquisa de avaliação de egressos de cursos técnicos e de formação inicial e continuada, iniciada em 2013 em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, tem como objetivo subsidiar a supervisão e o planejamento estratégico da oferta, por meio do acompanhamento da trajetória e da efetividade quanto à inserção socioprofissional e educacional dos egressos, da análise de indicadores de demanda no mercado de trabalho e de aderência dos cursos técnicos ofertados, utilizando ferramentas que subsidiarão prognósticos capazes de consolidar processos eficazes de gestão.

Avaliação e o monitoramento de programas de EPT

O acompanhamento e o monitoramento dos programas de educação profissional e tecnológica vêm sendo realizados desde 2012. Em 2013, foram realizadas ações relativas aos cursos ofertados no âmbito da Bolsa-Formação, tendo como principal procedimento a visita às unidades de ensino, por amostragem.

Na figura que segue, estão detalhadas as visitas realizadas nos anos de 2012 e 2013.

Figura Quantidade de visitas de monitoramento, avaliação e supervisão do Pronatec realizadas



Em abril de 2013, um novo instrumento de avaliação, com mudanças significativas em relação ao instrumento utilizado em 2012, foi aplicado em três unidades, para teste dos novos procedimentos. De agosto a novembro de 2013 foram realizadas 369 visitas a unidades para monitoramento, utilizando o novo instrumento de pesquisa e também um formulário próprio para a elaboração de um relatório de avaliação de cada unidade. Em outubro e novembro de 2013, foram realizados ajustes no Instrumento de Avaliação e no modelo do Relatório de Avaliação.

Desde 2012, quando começaram as rotinas de avaliações *in loco*, a SETEC tem divulgado amplamente o processo de seleção de avaliadores, através de Editais públicos, estabelecendo pré-requisitos para as candidaturas, critérios para a seleção e cursos de capacitação para os avaliadores. Através desses procedimentos, a SETEC formou um Banco de Avaliadores Especialistas em Educação Profissional e Tecnológica para o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas da SETEC/MEC.

A oferta dos cursos Pronatec/Bolsa-Formação alcança mais de 3.000 municípios, o que torna inviável a visita individual a cada um deles. Desse modo, o agendamento das visitas tem observado alguns critérios para estabelecer uma amostragem, até ser possível ter concluído a visita inicial a todas as unidades ofertantes. Os critérios de definição das visitas que vêm sendo realizadas levam em conta probabilidades matemáticas, tais como considerações sobre o número de alunos atendidos em cursos ofertados no âmbito do Pronatec, em municípios com mais de cem mil habitantes, e também prioridades indicadas pelo monitoramento de rotina.

As visitas às Unidades de Ensino são programadas pela SETEC e efetuadas por uma dupla de avaliadores pertencentes ao Banco de Avaliadores da SETEC. A Unidade de Ensino deve fornecer para os avaliadores toda a documentação solicitada em uma lista enviada previamente, pelos avaliadores, junto com o cronograma da visita.

Durante a visita, são observadas as instalações, com atenção para as informações solicitadas no Instrumento de Avaliação, e são feitas entrevistas com os estudantes, os docentes e os gestores. Os avaliadores também verificam os projetos pedagógicos e a documentação da unidade. A partir desses elementos, é preenchido o Instrumento de Monitoramento. Após a visita, os avaliadores devem preencher o formulário do Relatório de Avaliação.

A documentação gerada pelas visitas à Unidade de Ensino é inserida no MAP, sistema que oferece uma plataforma tecnológica de suporte a todos os processos de monitoramento e avaliação de programas, planos e ações desenvolvidos no âmbito da SETEC, disponível no endereço <https://map.mec.gov.br/>, de acesso restrito aos participantes da avaliação e gestores do Pronatec. Essa documentação inclui os dados do Instrumento de Avaliação, fotos e fotocópias de documentos de registros de matrículas dos alunos, planilha de dados dos professores e instrutores de cada unidade e o Relatório de Avaliação da Unidade.

A metodologia de avaliação prevê a elaboração dos relatórios de avaliação de cada unidade e um parecer técnico final, produzido por um grupo de trabalho composto por avaliadores externos e pelos membros da Comissão de Avaliação do Pronatec/ Bolsa Formação. Os pareceres finais serão enviados às unidades, com sugestões de melhoria nos casos em que forem detectadas falhas que comprometam a qualidade dos cursos ofertados.

Os resultados do monitoramento *in loco* estão sendo analisados para compor um relatório geral com dados estatísticos, além da avaliação qualitativa, gerados a partir das visitas.

Desenvolvimento de um sistema de avaliação da educação profissional e tecnológica

Com objetivo geral de elaborar uma proposta de avaliação para a educação profissional e tecnológica, a SETEC promoveu, a partir de junho de 2013, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, atividades que incluíram pesquisas, reuniões técnicas e oficinas que contaram com a participação de representantes dos conselhos nacional e estaduais de educação, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, das redes estaduais de educação profissional e tecnológica e dos serviços nacionais de aprendizagem.

Em dezembro de 2013, a Setec/MEC formalizou o grupo de trabalho responsável pela condução e sistematização da proposta, por meio da Portaria nº 40, de 09 de dezembro de 2013, tendo como atribuições: i) elaborar indicadores e padrões de qualidade para as dimensões Ensino e Gestão na educação profissional e tecnológica; ii) elaborar proposta de avaliação para cursos de educação profissional técnica de nível médio; e iii) propor elementos para o desenvolvimento de um sistema de avaliação da educação profissional e tecnológica.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas quatro oficinas entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, tendo como propósitos: i) realizar um diagnóstico da organização e das experiências de avaliação da EPT no Brasil; ii) levantar elementos para definição de bases teórico-conceituais e metodológicas para a avaliação da EPT; iii) apropriar conceitos e metodologias para a construção de indicadores para avaliação da EPT, elaborar indicadores e padrões de qualidade como subsídio para a avaliação da EPT, contemplando as dimensões gestão, educação e inovação; iv) discutir uma proposta de sistema nacional de avaliação. Cada uma das oficinas contou com cerca de 60 participantes, entre representantes da Rede Federal, dos serviços nacionais de aprendizagem, das redes estaduais de EPT, da SETEC e de outros órgãos da administração federal.

2.7.3. Manutenção e atualização dos Catálogos Nacionais de Cursos de EPT

O Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT visa disciplinar a oferta dos cursos técnicos oferecidos no país, estabelecendo padrões de nomenclatura, de carga horária mínima e de descrição do perfil profissional de conclusão.

Em 2013 foi iniciado o processo de reestruturação do CNCT, com o objetivo de ampliar as informações sobre os cursos apresentados e possibilitar que o catálogo se configure como um instrumento de avaliação e de regulação da oferta e orientando as instituições de ensino na abertura de novos cursos. A partir do cadastro de professores e outros especialistas em educação profissional – que se inscreveram para o banco de avaliadores da educação profissional, criado em 2013 – foram selecionados profissionais com atuação nos mais diversos cursos técnicos para o trabalho de reestruturação do catálogo.

Mantidos o título do curso e a carga horária mínima, foram promovidas as seguintes mudanças:

- o perfil profissional de conclusão foi revisto e aprimorado;

- a infraestrutura recomendada foi revista para ser considerada como infraestrutura requerida, com foco na utilização deste componente como parâmetro de avaliação de curso;
- as possibilidades de atuação foram revistas; e
- os temas a serem abordados na formação foram retirados, a fim de que sejam tratados numa outra ação.

Além das mudanças descritas, foram incluídos os seguintes campos descritivos:

- Verticalização: que sinaliza para quais cursos superiores o estudante poderia prosseguir na mesma linha profissional do curso técnico;
- Especialização técnica: curso regulamentado por meio da Resolução CNE/CEB nº 06/2012. Trata-se de curso posterior ao técnico, com o propósito de promover uma especialização em determinado aspecto, com carga horária correspondente a 25% do curso técnico ao qual se vincula.
- Certificação intermediária: possibilidades de certificação que o estudante do curso técnico pode vir a receber no momento da conclusão de módulos ou etapas do curso técnico.
- CBO associada: indicação, com base na Classificação Brasileira de Ocupações, de quais ocupações o profissional formado poderá exercer após a conclusão do curso.
- Normas associadas: Indicação de legislação nacional de regulamentação da profissão e da prática profissional diretamente relacionada ao campo de atuação do profissional.

O processo de reestruturação abordou, ainda, as propostas de atualização recebidas em 2012 e em 2013 e os cursos experimentais registrados no SISTEC, cuja análise foi realizada pelos profissionais incumbidos de analisar e oferecer um parecer técnico sobre as propostas de inclusão, exclusão e alteração de cursos.

O trabalho de reestruturação foi colocado em consulta pública e as contribuições recebidas serão objetos de análise durante a continuidade da ação, com previsão de publicação de nova edição do catálogo em julho de 2014. A finalização desse processo aguarda a instauração do Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CONPEP), instituído pela Portaria SETEC nº 45, de 23 de dezembro de 2013.

Paralelamente ao processo de reestruturação do CNCT, os avaliadores também participaram do processo de reestruturação do Guia Pronatec de Cursos FIC, previsto na Lei nº 12.513/2011, o qual contém os cursos que são financiados no âmbito do Pronatec/Bolsa Formação Trabalhador.

A primeira edição do Guia Pronatec foi lançada ainda em 2011 e sua atualização, considerando a demanda por oferta de cursos em mais áreas, esteve a cargo da DPE/SETEC dada sua atuação nos Catálogos de Educação Profissional.

O Guia Pronatec de Cursos FIC foi reestruturado na perspectiva de alinhamento e articulação com o CNCT, orientando a oferta de cursos da educação profissional e tecnológica em itinerários formativos.

Assim, no Guia Pronatec de Cursos FIC também foram alterados e incluídos campos descritores, de modo análogo ao processo do CNCT, a saber:

- Verticalização: sinalização dos cursos técnicos nos quais o estudante poderia ingressar para prosseguir a formação profissional no mesmo itinerário formativo do curso de qualificação profissional; e
- CBO associada: indicação, com base na Classificação Brasileira de Ocupações mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de quais ocupações o profissional formado poderá exercer após a conclusão do curso.

Em 2013 foram promovidas duas atualizações do Guia Pronatec de Cursos FIC e uma terceira foi preparada para publicação no início de 2014.

2.8. Objetivo Estratégico 8: Ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional para possibilitar a (re)inserção socioprofissional de jovens e trabalhadores

Diretoria de vinculação: DPE

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
EPT articulada à EJA	Expandir a oferta de cursos técnicos e FIC articulados à EJA por meio da Bolsa-Formação PRONATEC
Certificação Profissional	Reestruturar e expandir a Rede CERTIFIC de forma integrada ao PRONATEC
Mulheres Mil	Ampliar a oferta de vagas no Programa Mulheres Mil por meio da Bolsa-Formação PRONATEC

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013/2014
Número de matrículas em programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional	100.000
Número de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	200.000
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos articuladas à educação profissional	5%
Número de vagas em cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social	100.000

2.8.1. Articulação da EPT com Políticas de EJA e Trabalho

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído pelo Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006, tem como principal objetivo a integração de duas modalidades de ensino: a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos.

Comparando a demanda existente de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos sem o ensino fundamental completo e a oferta educativa existente de cerca de 4 milhões de matrículas (Relatório preliminar do Censo Escolar da Educação Básica, INEP/MEC, 2013), percebe-se que muito se precisa avançar para garantir oportunidades educativas para todo o contingente de brasileiros(as) sem o ensino fundamental.

Dando continuidade à política do Proeja e para contribuir com o alcance da Meta 10 do Plano Nacional de Educação, foram executadas, ao longo de 2013, as seguintes estratégias:

- i. Articulação política, junto aos sistemas e redes de ensino de EPT, para ampliação da oferta de cursos da educação profissional articulada à educação de jovens e adultos. No período de 14 a 16 de maio de 2013, a SETEC/MEC realizou, em Brasília/DF, o Seminário “Proeja no Pronatec” com o objetivo de sensibilizar as instituições para a oferta de Proeja e fornecer subsídios técnicos para o desenvolvimento dessa oferta no âmbito do Pronatec;
- ii. Elaboração de documento referência para a oferta de cursos Proeja no âmbito do Pronatec, em conjunto com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). A elaboração contou com a participação de especialistas de instituições ofertantes da Bolsa-Formação e da CNAEJA e com os subsídios técnicos fornecidos pelos participantes do Seminário “Proeja no Pronatec”;
- iii. Alocação de recursos na matriz orçamentária das instituições integrantes da Rede Federal e a disponibilização de recursos para pagamento de bolsa para formação continuada em nível

de aperfeiçoamento e especialização de docentes, gestores e demais profissionais da educação, responsáveis pelo desenvolvimento da proposta educacional do Proeja . Os cursos foram executados por meio da Rede e-Tec Brasil.

Além disso, a SETEC manteve articulação com a SECADI/MEC, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, demandantes da Bolsa-Formação cujo público possui o mesmo perfil dos sujeitos da EJA.

2.8.2. Rede CERTIFIC

A Rede Nacional de Certificação Profissional – Rede CERTIFIC destina-se ao atendimento de trabalhadores que buscam o reconhecimento formal de saberes, conhecimentos e competências profissionais desenvolvidos em processos formais e não-formais de aprendizagem e na sua trajetória de vida e trabalho, por meio de processos de certificação profissional.

A Rede Certific é resultado de uma ação conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego e busca atender ao que estabelece o art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996: “o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”.

O ano de 2013 foi dedicado à reorganização da Rede CERTIFIC, com o objetivo de possibilitar uma ampliação significativa das ações de reconhecimento de saberes, com base nas seguintes diretrizes:

- a aproximação dos perfis de certificação profissional com os catálogos nacionais de educação profissional, com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e com padrões dos conselhos profissionais;
- a incorporação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica e de instituições dos serviços nacionais e aprendizagem na oferta de certificação profissional;
- a definição de requisitos institucionais de oferta de cursos inscritos no mesmo eixo tecnológico, cuja formação tenha estreita relação com o perfil profissional de conclusão a ser certificado, por no mínimo dois anos nos últimos cinco anos;
- a elaboração e aprovação institucional de Projetos Pedagógicos de Certificação Profissional;
- a emissão de certificados e diplomas similares aos expedidos na oferta dos cursos equivalentes;
- a normatização adequada para utilização do processo de certificação como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC;
- a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica no processo de certificação profissional; e
- a preservação de princípios e concepções estabelecidos na Rede CERTIFIC, em particular, a gratuidade na oferta, a articulação com elevação de escolaridade, a possibilidade de complementação de estudos, a formação continuada de avaliadores institucionais, a integridade e confiabilidade do processo, a avaliação por equipe multiprofissional e o respeito à diversidade e especificidades dos trabalhadores e das ocupações.

Assim, em 2013 foi constituído um grupo de trabalho, com a participação de representantes da SETEC/MEC, do MTE e de especialistas (SNA, redes estadual e federal), para apresentar proposta de reestruturação da Rede, inclusive com a oferta da certificação profissional por meio do financiamento da Bolsa-Formação do Pronatec. Também foi elaborada proposta de legislação relativa à reestruturação da Rede (portaria interministerial MEC-MTE e portarias SETEC) e os documentos relativos à reestruturação da Rede CERTIFIC (Documento Orientador, Manual de

Gestão, Documento Referência Pronatec). Por fim, foi realizado um seminário para apresentação da Rede às instituições de EPT.

2.8.3. Programa Mulheres Mil

O Programa Mulheres Mil objetiva aumentar o acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social à educação e ao mundo do trabalho. Inserido no Plano Brasil sem Miséria, o Programa Mulheres Mil está articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo governo federal e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Nos três anos iniciais de execução, o programa alcançou o número expressivo de 37.183 mulheres qualificadas, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho. Até 2012, o Programa era executado em 210 campi da Rede Federal e, em 2013, apresentou uma expansão para 241 campi.

A meta de matrículas para 2013 era de 30 mil alunas. Entretanto, neste período foram beneficiadas 19.433 mulheres em todo o País, sendo executado, para tanto, aproximadamente, R\$ 17 milhões. Algumas dificuldades impactaram o desenvolvimento do Programa, como, por exemplo, o ajuste de calendário escolar em função da greve de servidores ocorrida no ano anterior e problemas relacionados ao repasse dos recursos financeiros, já que muitas instituições não cumpriram as metas de matrículas esperadas e devolveram os recursos descentralizados à SETEC.

No ano de 2013, em atendimento a demanda dos Institutos Federais, o Programa Mulheres Mil passou a integrar as modalidades da Bolsa Formação Trabalhador, conforme previsto pela Portaria MEC nº 168, artigo 5º, § 3º.

No âmbito do Mulheres Mil, em 2013, as principais ações realizadas foram as seguintes:

- Apresentação do Programa em reunião do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais-CONDETUF, com o objetivo de expandir a implantação do Programa para além dos Institutos Federais;
- Realização do Encontro Nacional dos Gestores Institucionais do Programa, com a participação de 37 gestores institucionais, em maio de 2013, com o objetivo de apresentar as diretrizes para execução do Programa na Bolsa Formação;
- Realização da III Oficina de Formação na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, em maio de 2013, com 260 participantes, entre gestores institucionais e locais do Programa, servidores de reitorias e representantes das escolas técnicas vinculadas;
- Elaboração de instrumento de coleta de informações socioeconômicas das participantes do Programa, com o objetivo de garantir comparabilidade e análise de âmbito nacional dos indicadores sociais coletados, como chefia da família, faixas etárias e indicadores sociais nacionais validados pelo IBGE.
- Continuidade às atividades da Pesquisa de Impacto do Programa Mulheres Mil, em articulação com pesquisadoras brasileiras e canadenses, do Niagara College;
- Elaboração de orientações a transição da execução do Programa Mulheres Mil para a Bolsa-Formação Trabalhador;
- Realização de monitoramento mensal de matrículas realizadas *versus* execução financeira nos Institutos Federais, com acompanhamento via SISTEC e SIAFI e realização de videoconferências com gestores institucionais e locais, para discussão dos fatores relacionados aos resultados alcançados;
- Início do Plano de Formação Continuada na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito, divulgando, por meio de webconferências, conteúdos e experiências da aplicação

da metodologia com vistas ao fortalecimento da execução do Programa nos Institutos Federais. Foram apresentados temas como Mapa da Vida, Portfólio, Educação e relações de Gênero, Elevação da escolaridade; e

- Articulação com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como demandante nacional do Mulheres Mil no âmbito do Pronatec, inclusive com treinamento da equipe do MDS na Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito.

2.9. Objetivo Estratégico 9: Organizar e normatizar processos, procedimentos e ações para promover o desenvolvimento institucional

Diretoria de vinculação: GAB

PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Relatórios e informações para órgãos de controle Servidores e consultores Agenda internacional Informações do SIC Relatórios de Prestação de Contas Plano de Providências Permanente Organização de eventos internos e externos Gestão orçamentário-financeira	Realizar contratações de consultorias e expandir o quadro de pessoal efetivo da SETEC Sistematizar a gestão do atendimento e da informação da SETEC Realizar a prestação de contas e o controle primário da SETEC Realizar o planejamento anual da SETEC Desenvolver a gestão orçamentário-financeira da SETEC Realizar o desenvolvimento de pessoal da SETEC Organizar fluxos e processos da SETEC

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013/2014
Percentual de atendimento realizados dentro do prazo	90%

Entre as ações estratégicas relativas a esse objetivo, algumas possuem capítulos específicos neste Relatório de Gestão. É o caso do quadro da gestão orçamentário-financeira e prestação de contas (capítulo 5), de pessoal (capítulo 6), do atendimento e informação (capítulo 8) e das consultorias (capítulo 10). O planejamento anual e o detalhamento dos fluxos e processos, por sua vez, estão detalhados no capítulo 2 deste Relatório, em que constam a sistemática de monitoramento, as vinculações entre o planejamento da SETEC, do MEC e do governo e as ações estratégicas e ações de cada unidade da Secretaria.

3. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este item está previsto na Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013.

As ações da SETEC são realizadas no âmbito do Programa 2031 do PPA – Educação Profissional e Tecnológica. As informações referentes ao Programa, Quadro A.2.2.1, serão apresentadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

3.1. Objetivos do PPA de responsabilidade da SETEC

No âmbito do Programa 2031, a SETEC é responsável por dois objetivos. Registramos que os números abaixo foram os detalhados no monitoramento do PPA, mas já sofreram atualizações decorrentes de novos cadastros por parte das instituições, no SISTEC. Os valores identificados no item 2 deste Relatório já estão atualizados.

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO 0582 - Expandir, Interiorizar, Democratizar e Qualificar a Oferta de Cursos de EPT

Identificação do Objetivo			
Descrição	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.		
Código	0582	Órgão	Ministério da Educação
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código	2031

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Elevar o número de escolas da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica para 562.	Unidades	562	40	470	83,63%
2	Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes	Vagas	8.000.000	2.749.668	5.571.312	69,64%
3	Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres	Matrículas	100.000	18.396	37.183	37,18%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Elevar a Relação Aluno/Professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.
2	Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.
3	Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020.

Fonte: SIMEC

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO 0588 – Ofertar vagas de EJA

Identificação do Objetivo			
Descrição	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.		
Código	0588	Órgão	Ministério da Educação
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código	2031

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional.
2	Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020.

Fonte: SIMEC

O detalhamento da execução das ações acompanhadas é feito no Capítulo 2 deste Relatório, denominado “Planejamento e resultados alcançados”.

No quadro abaixo pode-se identificar em que item é tratada cada meta dos objetivos.

Objetivo do PPA	Indicador do PPA	Item do Relatório em que as ações que subsidiam o indicador são abordadas	
0582	1	Elevar o número de escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para 562.	2.3.1
	2	Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes	2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5
	3	Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres	2.8.3
	1	Elevar a Relação Aluno/Professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.	2.3.3
	2	Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.	2.1
	3	Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020.	2.1

0588	1	Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional.	2.8.2
	2	Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020.	2.8

3.2. Ações Orçamentárias Executadas pela SETEC

Em relação à execução orçamentária e financeira das ações desenvolvidas pela SETEC, temos a destacar alguns pontos. Ao invés de estarem concentrados em um item como análise situacional, tais pontos estão detalhados juntamente com o quadro de cada ação.

A ação 20RW - Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica é responsável pela execução da iniciativa Bolsa-Formação do Pronatec. No decorrer do período, as matrículas por meio da Bolsa-Formação superaram a meta definida para o ano de 2013, o que gerou a necessidade de ampliação da disponibilidade orçamentária.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 20RW

Identificação da Ação						
Código	20RW			Tipo: Atividade		
Título	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica					
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.					
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)					
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input checked="" type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.398.188.000,00	2.889.484.534,00	2.753.473.655,76	2.611.594.393,48	2.596.559.369,13	15.035.024,35	141.879.262,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Bolsa Concedida		Unidade	795.506	-	1.575.202	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
58.973.437,84	31.521.575,34	(16.058.326,36)	Bolsa Concedida	Unidade	12.906

Fonte: SIAFI e SIMEC

A ação 8252 atende a Rede e-Tec Brasil. Quanto à baixa execução desta ação, apesar dos repasses terem sido efetuados pelo MEC, muitas instituições não executaram a totalidade dos recursos. Em relação ao alcance da meta prevista para 2013, o resultado foi impactado por inquérito policial envolvendo o IFPR, maior ofertante do programa. Tal inquérito ainda está em andamento e envolve a Diretoria de Educação a Distância do referido Instituto. Além de ofertante, o IFPR atua também como instituição de apoio à oferta em outras instituições, o que impactou diretamente o número de matrículas ofertadas no exercício.

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 8252

Identificação da Ação						
Código	8252		Tipo: Atividade			
Título	Educação Profissional e Tecnológica a Distância					
Iniciativa	029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.					
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
170.000.000,00	176.084.194,00	50.886.424,88	20.153.639,88	17.546.269,10	2.607.370,78	30.732.785,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Vaga Ofertada		Unidade	200.000	200.000	137.012	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
65.358.229,56	37.950.156,62	(4.122.164,16)	Vaga Ofertada		Unidade	-

Fonte: SIAFI e SIMEC

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÃO 8652

Identificação da Ação							
Código	8652					Tipo: Atividade	
Título	Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica						
Iniciativa	02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
340.660.000,00	311.203.419,00	192.941.086,41	23.417.084,26	12.925.045,22	10.492.039,04	169.524.002,15	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Escola Modernizada		Unidade	750	750	101		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
279.237.681,68	153.591.916,54	(217,15)	Escola Modernizada	Unidade	42		

Fonte: SIAFI e SIMEC

3.2.1. Ações/Subtítulos - OFSS

A Ação 20RG visa expandir e reestruturar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2013, a SETEC apoiou 40 projetos de Expansão e Reestruturação de 37 unidades de ensino. No primeiro semestre de 2013, foram realizadas reuniões de planejamento integrado com as instituições da Rede Federal visando consolidar as demandas a serem atendidas. Todavia, o atraso nas licitações para construção e reestruturação dos câmpus, somado ao contingenciamento do limite orçamentário para executar as ações, dificultou a descentralização do restante do orçamento. As licitações de obras ficaram prontas, em sua maioria, no segundo semestre de 2013, quando os projetos foram atendidos. As instituições empenharam as obras e assinaram os contratos, porém não realizaram as medições para que fosse possível liquidar as notas de empenho. Portanto, a meta da ação (22.000 vagas disponibilizadas) só será atingida no exercício de 2014, considerando o critério de registro do montante de recursos liquidados.

Cabe ressaltar que, em 2013, o orçamento para Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica não ficou acumulado na SETEC como em anos anteriores. Este valor foi destinado aos Institutos Federais diretamente na Unidade Orçamentária, quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual.

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS 20RG

Identificação da Ação							
Código	20RG			Tipo: Atividade			
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	80.000.000,00	116.449.097,00	87.389.618,40	12.346.016,96	5.148.416,97	7.197.599,99	75.043.601,44
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado*	Realizado	
0001	Vaga Disponibilizada		Unidade	22.000	22.000	1.360	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	353.027.446,54	210.598.239,99	(1.610.993,92)	Vaga disponibilizada	Unidade	21.160	

Fonte: SIAFI e SIMEC

A ação 6380 atende os projetos de apoio à Educação Profissional e Tecnológica, bem como ao custeio direto da SETEC (diárias, passagens, eventos, terceirizados, etc). Em 2013 foram atendidos os projetos específicos de *campi* e unidades avançadas, bem como projetos que atenderam várias unidades das Instituições. Essa ação apoiou os Jogos dos Institutos Federais do Nordeste, do Centro-Oeste, do Norte e a Etapa Nacional; Centro de Treinamento de Cães Guias; Custeio de *campi* em implantação; aquisição de equipamentos para laboratórios; aquisição de mobiliários em geral; a realização da XXXVII Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – REDITEC; Chamada Pública junto ao CNPQ para apoio financeiro a

projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológicas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; entre outros.

No primeiro semestre foram realizadas reuniões de planejamento integrado com as instituições da Rede Federal visando consolidar as demandas a serem atendidas no segundo semestre de 2013. O número elevado de demandas de projetos e o contingenciamento de limite orçamentário foram os fatores que dificultaram a execução da ação. Levando em consideração que as unidades atendidas com RAP 2012 coincidem com as unidades beneficiadas neste período e que elas já foram levadas em consideração quando da execução da meta física de 2012, o registro de execução da meta física implicará em contagem dobrada de instituições. Optou-se, então, por manter o registro na meta de 2013.

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS 6380

Identificação da Ação							
Código	6380			Tipo: Atividade			
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.						
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031	Tipo: Finalístico			
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	80.321.417,00	132.321.417,00	80.323.017,36	19.735.447,74	15.056.720,19	4.678.727,55	60.587.569,62
0012	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	-
0042	250.000,00	250.000,00	-	-	-	-	-
3298	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	-
3317	700.000,00	700.000,00	699.806,65	-	-	-	-
7000	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-
7002	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	-	-	-
7006	18.250.000,00	18.250.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		

0001	Instituição apoiada	Unidade	467	467	459	
0012	Instituição apoiada	Unidade	1	1	-	
0042	Instituição apoiada	Unidade	1	1	-	
3298	Instituição apoiada	Unidade	1	1	-	
3317	Instituição apoiada	Unidade	1	1	1	
7000	Instituição apoiada	Unidade	1	1	-	
7002	Instituição apoiada	Unidade	1	1	-	
7006	Instituição apoiada	Unidade	2	2	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001	100.863.510,55	53.380.991,37	(8.088.586,04)	Instituição Apoiada	Unidade	-

Fonte: SIAFI e SIMEC

A ação 6358 atendeu a descentralização de cinco projetos de capacitação. O Projeto relacionado ao Termo de Cooperação nº 640/2013 selecionou 25 alunos da Rede Federal para o Mestrado Profissional em Educação na UNB, sendo que as aulas iniciarão em fevereiro de 2014. O Termo de Cooperação 824/2013, firmado com o MCTI, visa atender o Programa Brasil Mais TI. Este projeto está em fase inicial e visa capacitar os profissionais de Tecnologia de Informação da Rede Federal. O Termo de Cooperação 967/2013 também atendeu projeto de Mestrado Profissional na UFPE, porém na área de Tecnologia da Informação. Este projeto teve inscrições abertas até 28/02/2014, para 123 vagas para profissionais e docentes da Rede Federal. O Termo de Cooperação 1063/2013, firmado com a CAPES, visa o aperfeiçoamento de 43 docentes da Rede Federal no Canadá. Os docentes selecionados já identificaram os respectivos *colleges* de atuação e se afastaram do país, para atuação nesse projeto, a partir de 15/02/2014. O Termo de Cooperação nº 1078/2013 visa oferecer 20 vagas no Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública da UNB. Este projeto foi atendido no final de 2013 e está em fase de preparação do edital para seleção de 20 alunos. Desta forma, os projetos atendidos irão capacitar os profissionais apenas em 2014.

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS 6358

Identificação da Ação	
Código	6358 Tipo: Atividade
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.
Objetivo	0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031 Tipo: Finalístico
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	10.000.000,00	24.917.769,00	4.535.969,52	1.747.734,03	1.747.734,03	-	2.788.235,49
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado*	Realizado	
0001	Pessoa Capacidade		Unidade	1.200	1.200	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001	3.472.057,12	664.237,75	(827.719,12)	Pessoa Capacitada	Unidade	-	

Fonte: SIAFI e SIMEC

3.2.2. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

A ação 1H10 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi fundida com a ação 8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, formando em 2012 a ação 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de EPT. Estas ações apresentaram restos a pagar anteriores a 2012 pagos em 2013. Os valores liquidados em 2013 referem-se a obras remanescentes que deram prosseguimento em 2013. Da ação 1H10, foi liquidado o montante de R\$ 21.386.453,16, que atendeu o andamento das obras de 22 institutos que integram a Rede. Já da ação 8650, o montante liquidado foi de R\$ 463.567,79, atendendo 7 institutos.

QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR – 1H10

Identificação da Ação					
Código	1H10		Tipo: Atividade		
Título	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
30.864.073,10	21.386.453,16	(2.170.257,93)	Unidade Implantada	Unidade	-

Fonte: SIAFI

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA SETEC

Este item está previsto na Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013.

Para embasar as decisões de gestão e aumentar a efetividade das ações da Secretaria, desde 2012 foram instituídas algumas instâncias consultivas de apoio à gestão. Tais instâncias têm como papel contribuir com o monitoramento e a supervisão das políticas que estão sob a gestão da SETEC, em articulação com as instituições da Rede Federal e com os demais parceiros do Pronatec. São elas:

- Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal – CPPG: instituído pela Portaria SETEC n.º 24/2012, visa subsidiar e apoiar a execução das políticas relacionadas ao desenvolvimento institucional da Rede Federal, envolvendo tanto as ações;
- Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno – CPG: instituído pela Portaria SETEC n.º 18, de 26 de maio de 2012, visa elaborar e implementar procedimentos e rotinas de acompanhamento e avaliação dos programas e ações sob a responsabilidade da Secretaria. Em termos práticos, trata-se da adoção do controle primário como estratégia de gestão da Secretaria;
- Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional: criado pelo art. 17 da Lei n.º 12.513/2011, objetiva acompanhar e avaliar a execução anual das ações que integram o Pronatec, em conjunto com os demais ministérios signatários da Lei que instituiu o Programa;
- Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional: instituído pela Portaria MEC n.º 471/2013, subsidiar a atuação do Conselho Deliberativo e promover a articulação, em cada unidade da Federação, de órgãos públicos e instituições privadas envolvidos na implementação de ações de educação profissional e tecnológica; e
- Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica – CONPEP: instituído pela Portaria SETEC n.º 45/2013, o Conpep possui caráter consultivo e tem a finalidade de subsidiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das políticas, programas e ações de educação profissional e tecnológica, no âmbito SETEC.

Atualmente, com o amadurecimento dessas instâncias, tem sido possível perceber os benefícios decorrentes da institucionalização desses canais, com rotinas de acompanhamento que oferecem aos gestores informações mais qualificadas, para pactuações mais efetivas com os diversos atores envolvidos com as políticas executadas pela SETEC. Com isso, a execução dos projetos se aproxima do que foi planejado e a transparência das ações no âmbito da Secretaria é fortalecida.

Destacamos a instalação do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional e do Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional, em novembro de 2013, e do CONPEP, que contempla, além do MEC, MTE e CNE, Conselho Nacional do Trabalho, Conselhos Estaduais de Educação e de Ciência, Tecnologia e Inovação, Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, Secretarias do Trabalho, instituições da Rede Federal, Serviços Nacionais de Aprendizagem e representantes de centrais sindicais. Apesar de criado em 2013, referido CONPEP será instalado em 2014.

Especificamente sobre o item 3.6 da parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013, que trata de indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos, a SETEC ainda não elaborou indicadores específicos para tratar do tema.

4.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Em relação à auto avaliação da SETEC sobre seus controles internos, o quadro a seguir foi preenchido por todos os coordenadores-gerais e diretores da SETEC. Após respostas pessoais não identificadas, foi feita a tabulação dos dados, com contagem simples do voto de cada resposta. No caso de empate entre mais de uma resposta, adotamos a que estava mais de acordo com a tendência das outras respostas do item. A análise crítica foi elaborada pelo Gabinete da SETEC e buscou analisar alguns pontos que surgiram com a tabulação das respostas dadas pelas áreas.

Sobre Ambiente de Controle, ficou claro que precisam ser aprimoradas as estratégias de comunicação e a padronização participativa de procedimentos, envolvendo servidores de diversos níveis da estrutura. Entendemos como importante uma atenção especial a esse ponto, já que o incentivo à participação dos servidores é uma estratégia central no cenário de força de trabalho precária que a SETEC possui hoje. Incentivar a participação pode contribuir para diminuir a rotatividade e criar laços mais significativos entre o servidor e o órgão. Por outro lado, entendemos que muito desse problema decorre do fato de as equipes serem pequenas e contarem com poucos quadros especializados o suficiente, o que tende a concentrar os trabalhos de formulação e as atividades mais estratégicas em poucos servidores, muitas vezes sendo necessário envolver mais de um coordenador-geral para concluir uma ação, por falta de quadros técnicos especializados suficientes na coordenação responsável pelo tema.

Sobre Avaliação de Risco, foi satisfatória a avaliação de que os objetivos e metas estão formalizados. Entendemos que as metas que a SETEC possui são de amplo conhecimento não somente por parte dos servidores, mas também da sociedade, da imprensa e do governo, já que trabalhamos com números pactuados quando do lançamento do Pronatec e mantemos o planejamento desde então, ajustando os pontos necessários, mas mantendo o norte estabelecido e divulgado desde então. Todos os pontos deste tópico foram bem avaliados, o que nos indica que o esforço de discutir as estratégias mais adequadas para cada nova ação repercute na compreensão que as áreas têm sobre a análise e a sistematização dos potenciais problemas que são identificados.

Quanto aos Procedimentos de Controle, este foi o tópico com maior divergência de respostas. Ao mesmo tempo em que fica demonstrado que há um esforço institucional de criar rotinas adequadas nesse quesito, não ficou claro se as atividades de controle adotadas são apropriadas e funcionam consistentemente, nem se estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. Esses pontos nos levam a refletir sobre a adequabilidade entre os procedimentos adotados e o objetivo das ações de controle. Por outro lado, ao serem indagados sobre Monitoramento, os respondentes indicaram de maneira convergente que há preocupação central com as ações de monitoramento, de forma constante, adequada e que contribui para a melhoria de desempenho das ações da Secretaria. Isso reflete, de fato, todo o esforço empreendido com as instâncias de apoio à gestão que foram criadas e com as dinâmicas de Ponto de Controle empreendidas desde o nível estratégico, envolvendo Ministro e Secretário, até o nível operacional, dos coordenadores e suas equipes e dos diretores com os coordenadores e técnicos de cada área. Na nossa compreensão, a rotina já sistematizada de monitoramento das ações é que contribuiu para a preocupação com as informações, refletindo diretamente na boa avaliação do tópico que trata de Informação e Comunicação.

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SETEC

Este item está previsto na Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

A variação dos valores totais destinados à SETEC entre 2012 e 2013 deriva da opção da gestão da SETEC em alocar créditos orçamentários destinados à expansão e à reestruturação diretamente nas Unidades Orçamentárias dos Institutos Federais, o que ocasionou um volume menor de descentralizações e conseqüentemente um volume menor de prestações de contas. Tal opção fundamentou-se no Planejamento Estratégico realizado entre a SETEC e as Instituições da Rede Federal, que culminou com a ação do aporte de créditos orçamentários que originalmente ficariam alocados na Unidade Orçamentária do Ministério da Educação para posterior repasse.

No exercício de 2013, houve a implementação de um módulo do SIMEC destinado à tramitação das descentralizações de créditos orçamentários. A partir desse sistema, todo o processo passou a ser informatizado, desde o cadastro da solicitação até a apresentação do relatório de cumprimento de objeto, o que melhorou o procedimento de acompanhamento e verificação da apresentação dos relatórios.

A SETEC, a partir de uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União e com o estabelecimento do Plano de Providências Permanente, criou um Grupo de Trabalho com a finalidade específica de executar os procedimentos de solicitação dos documentos de todos os processos que ainda não possuem prestação de contas, bem como para analisá-los e emitir os documentos de quitação. A partir dos processos analisados será estabelecida a Matriz de Risco que servirá de base para o estabelecimento de critérios para verificações in loco.

A Secretaria ainda tem feito comunicação sistemática com os órgãos proponentes, solicitando que enviem os documentos relativos ao cumprimento de objeto, com o objetivo de efetivar os procedimentos de análise. Destaca-se que a partir da implantação do módulo do SIMEC para este fim, será possível um controle mais efetivo por parte da SETEC.

As prestações de contas referentes ao exercício de 2013 que não foram apresentadas correspondem aos processos nos quais não havia encerrado o prazo de cumprimento do objeto, por este motivo não são consideradas inadimplentes.

5.1. Execução das despesas e Movimentação de Créditos Interna e Externa

Só foram registradas, em 2013, movimentações dentro da mesma UO, entre UJ distintas, relacionadas a despesas correntes. Portanto, excluiu-se do Quadro seguinte as informações relativas a movimentações de despesas de capital desta natureza e a movimentação entre UO do mesmo Órgão.

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	150016	152734	26101.12.363.2031.6380			94.867,40
Recebidos	152734	150016	26101.12.363.2031.6380			1.306.000,00

Fonte: SIAFI

5.2. Realização da Despesa

5.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	289.260,53	-	289.260,53
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão		289.260,53		289.260,53
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	-	38.083,98	-	37.932,13
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade		38.083,98		37.932,13
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.188.499,23	1.392.206,48	1.188.499,23	1.376.431,46
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	1.188.499,23	1.392.206,48	1.188.499,23	1.376.431,46
5. Outros	14.058,62	3.854.406,73	14.058,62	3.854.406,73
6. Total (1+2+3+4+5)	1.202.557,85	5.573.957,72	1.202.557,85	5.558.030,85

Fonte: SIAFI

5.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Foram excluídas do quadro a seguir as ocorrências não registradas pela SETEC em 2013. Não cabem à Secretaria despesas de pessoal, juros e encargos da dívida, investimentos, inversões financeiras nem amortização da dívida.

Em 2013, a UJ empenhou apenas recursos recebidos por movimentação interna com despesas com diárias civil, diárias com colaboradores eventuais e com ressarcimento de diárias e passagens. As demais despesas da SETEC, como passagens, contratos terceirizados e contrato de eventos foram empenhados pela UJ Subsecretaria de Assuntos Administrativos, vinculada à mesma Unidade Orçamentária.

Devido a essa mudança de organização interna, em que a UJ não é responsável pelos empenhos já citados, o valor de empenho na modalidade pregão ficou zerado em 2013. Destaca-se que não houve, em 2013, inscrição de restos a pagar.

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3. Outras Despesas Correntes								
Diárias - Civil	1.031.024,43	1.310.649,03	1.031.024,43	1.310.649,03	-	-	1.031.024,43	1.296.633,41
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	157.474,80	81.557,45	157.474,80	81.557,45	-	-	157.474,80	79.798,05
Indenizações e Restituições	14.058,62	19.153,73	14.058,62	19.153,73	-	-	14.058,62	19.153,73
Demais elementos do grupo	-	4.162.597,51	-	4.162.597,51	-	-	-	4.162.445,66

Fonte: SIAFI

5.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Em 2013, os restos a pagar inscritos em anos anteriores foram, em sua maioria, cancelados. Este fato não impactou a gestão financeira da Secretaria, devido ao baixo volume dos valores inscritos.

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	15.926,87	151,85	-	15.775,02
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2009	8.669,03	-	-	8.669,03
2008	105.364,40	-	100.000,00	5.364,40
2006	135.314,02	-	135.314,02	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2011	443.767,15	-	443.767,15	-
2010	116.927,93	-	116.927,93	-

Fonte: SIAFI

5.4. Transferências de Recursos

5.4.1. Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O Quadro A.4.4.1 – ‘Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência’ está detalhado no [Anexo III deste Relatório](#).

5.4.2. Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
CNPJ:	00.394.445/0532-13					
UG/GESTÃO:	150016/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	111	888	934	154.964.397,12	650.973.947,91	387.073.616,78
Termo de Compromisso						
Totais	111	888	934	154.964.397,12	650.973.947,91	387.073.616,78

Fonte: SETEC

5.4.3. Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
CNPJ: 00.394.445/0532-13		UG/GESTÃO: 150016/26000			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos Valores em R\$ 1,00 (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	14	-
		Montante Repassado	-	19.221.681,42	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	93	-
		Montante Repassado	-	129.378.444,24	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	192	-
		Montante Repassado	-	129.764.093,45	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	696	-
		Montante Repassado	-	521.209.854,46	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	268	-
		Montante Repassado	-	120.177.140,83	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	666	-
		Montante Repassado	-	266.896.475,95	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	2.837	-
		Montante Repassado	-	1.926.768.979,04	-

Fonte: Siafi Gerencial / SIMEC Módulo Programação Orçamentária

6. ESTRUTURA DE PESSOAL DA SETEC

Este item está previsto na Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013.

A gestão de pessoas, no âmbito do MEC, é de responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, que é subordinada à Secretaria Executiva e tem suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 7.690/2012. As informações referentes a pessoal serão detalhadas, portanto, no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

Em relação aos custos de pessoal da Secretaria, previstos para o Quadro A.5.1.3 – ‘Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores’, informamos que a CGGP/SAA/MEC elaborou o quadro que consta do [Anexo IV deste Relatório](#). Foram excluídas as informações de Membros de Poder e Agentes Políticos, Servidores com Contratos Temporários, Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença e de Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial, que não são computados por Secretaria.

Apesar das ponderações acima, como este é um dos problemas centrais para a gestão adequada da Secretaria, teceremos alguns comentários a respeito do tema, especialmente a partir do trabalho de elaboração do estudo ‘Proposta para a recomposição da força de trabalho da SETEC’, elaborado em dezembro de 2013.

A Controladoria-Geral da União constatou, por meio do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201203040, exercício 2011, a “ausência de implementação de políticas capazes de diminuir a deficiência da força de trabalho” da Secretaria e recomendou a realização de “estudo que demonstre a deficiência de sua força de trabalho, encaminhando-o aos órgãos responsáveis pela política de alocação de recursos humanos”. Em atendimento a essa recomendação, foi elaborado o referido documento.

Em dezembro de 2013, a SETEC contava com o seguinte quadro:

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	85	5	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	85	5	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	72		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	11	5	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	5	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	11	2	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	101	7	5

Fonte: SIAPE. Quadro elaborado pela CGGP/SAA/SE/MEC. Após SA CGU 201408282-002, atualizado em 05 de maio de 2014.

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	43	8	8
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	43	8	8
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	21	1	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	11	5	3
1.2.4. Sem Vínculo	0	11	2	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	21	0	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	21	0	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	64	8	10

Fonte: SIAPE. Quadro elaborado pela CGGP/SAA/SE/MEC. Após SA CGU 201408282-002, atualizado em 05 de maio de 2014.

QUADRO A.5.1.2.2 – SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	10	22	19	31	8
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	9	18	19	31	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	4	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	4	4	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	4	4	0	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	12	26	23	31	9

Fonte: SIAPE. Quadro elaborado pela CGGP/SAA/SE/MEC. Após SA CGU 201408282-002, atualizado em 05 de maio de 2014.

QUADRO A.5.1.2.3 – SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo	0	0	1	1	37	51	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	1	37	46	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	5	0	0	0
2. Provedimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	4	7	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	7	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	1	1	41	58	0	0	0
LEGENDA Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada..									

Fonte: SIAPE. Quadro elaborado pela CGGP/SAA/SE/MEC. Após SA CGU 201408282-002, atualizado em 05 de maio de 2014.

O atual modelo de organização da SETEC tem sido percebido como fator crítico para a execução das políticas sob sua responsabilidade, pois apresenta distorções, tais como:

- Cargos de coordenação não inseridos na linha hierárquica das Coordenações Gerais, o que sugere serem cargos de assessoria;
- As Coordenações Gerais padecem de 01 (um) nível hierárquico: Coordenadores – DAS 101.3, quando o razoável seria a existência de pelo menos 01 Coordenação, por nível hierárquico, o que corresponde a 08 (oito) DAS 101.3;
- Ausência de níveis hierárquicos nas Coordenações Gerais, que implica na acumulação de responsabilidades gerenciais para os níveis superiores – aumentando a amplitude gerencial;
- Inexistência de cargos de assessoria no âmbito das Diretorias;
- Existência de apenas um cargo de assessoria – DAS 102.4 no Gabinete da SETEC, quando o ideal seriam 03 (três), contemplando: planejamento estratégico, aspectos orçamentários e financeiros e controle primário das atividades de gestão;
- 02 (duas) Coordenações; 01 (uma) Chefia de Divisão, 01 (uma) Chefia de Serviço e 01 (um) assistente técnico, diretamente subordinado à autoridade máxima da Secretaria, que é um cargo estratégico – DAS 101.6;
- A Coordenação Geral de Desenvolvimento e Monitoramento de Programas de EPT, em que se situa a maioria das ações do Pronatec – Bolsa Formação, além de não possuir a Coordenação subordinada, também não possui Chefia de Divisão;
- Com a extinção da Coordenação Geral de Planejamento e Gestão, por meio do Decreto nº 7.690/2012, criou-se um vácuo no caso dos temas afetos ao planejamento e orçamento da Secretaria;
- As competências relativas ao planejamento e à execução orçamentária e financeira da Secretaria foram alocadas na Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de EPT (DDR), o que tem sobrecarregado aquela equipe;
- Com a revogação do Decreto nº 6.320/2008, em 2011, houve a extinção da antiga Diretoria de Regulação e Supervisão das Redes de Educação Profissional e Tecnológica e o

remanejamento de todos os cargos, funções e servidores para a atual Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, perfazendo um total de 8 (oito) cargos e cerca de 16 (dezesseis) servidores.

Em agosto de 2013, tomaram posse 5 novos Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS), dos quais 2 foram lotados na DPE e 3 na DIR. Posteriormente, outros dois ATPS lotados na Secretaria Executiva entraram em exercício na DIR, reduzindo assim o déficit de pessoal qualificado daquela Diretoria. Em que pese esse esforço de recomposição, alguns fatores contribuíram para que não houvesse uma alteração significativa no “saldo” de servidores da SETEC, tais como aprovações de servidores em concursos públicos, aposentadorias e licenças.

A SETEC possuía, em dezembro de 2013 e considerando os DAS 101 e 102, uma amplitude média de supervisão de 1,22 servidores por chefe imediato, o que indica que as equipes estão esvaziadas. Além disso, outro fator preocupante é a idade média dos servidores. Mais de 60% da Secretaria está acima de 40 anos, sendo que 42 estão na faixa etária acima de 51 anos. Além disso, 20 servidores estão recebendo o Abono Permanência, o que indica direito adquirido à aposentadoria, que poderá ser solicitada a qualquer momento.

Tais problemas, combinados com o número insuficiente de servidores técnicos e administrativos nas unidades subordinadas, implicam a sobrecarga de atividades para o segmento gerencial. Os riscos, no médio prazo, são de diferentes ordens: problemas de saúde; dificuldades de gerenciamento; não aplicação das ferramentas de desenvolvimento da equipe; sobrecarga de trabalho; aposentadorias iminentes, entre outros.

Com a implementação da ‘Proposta para a recomposição da força de trabalho da SETEC’, elaborada em dezembro de 2013, a Secretaria buscou destacar a necessidade de aumento do nível de governança da Secretaria e de fortalecimento do seu quadro técnico especializado.

7. TRATAMENTO DAS DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Este item está previsto na Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013.

7.1. Deliberações de Acórdãos do TCU

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.062/2011-9	506/2013	9 9.1 9.1.1		Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete/SETEC					

A principal ação dos órgãos de controle envolvendo a SETEC, em 2013, foi a elaboração de Relatório de Acompanhamento da Execução de Programa de Governo, em julho de 2013, envolvendo a Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – Pronatec Bolsa-Formação. O referido relatório resultou em recomendações que foram divididas em sete dimensões, dez ações e vinte e dois produtos, sendo que os responsáveis e os prazos foram definidos individualmente para cada um deles. As ações elencadas contribuirão efetivamente para a melhoria das ações da Secretaria. Seu desenvolvimento foi incorporado ao planejamento das áreas e o andamento dos trabalhos está ocorrendo dentro dos prazos previstos, de forma satisfatória. O quadro a seguir e a síntese dos resultados obtidos até março de 2014 demonstram esse esforço:

Síntese dos Resultados Obtidos:

DIMENSÃO 1. AÇÕES PARA A REDUÇÃO DA EVASÃO.

AÇÃO 1.1. Realizar diagnóstico da evasão nos cursos da Rede Federal.

Produto 1.1.1. Relatório dos índices de evasão, retenção e conclusão desagregados para diferentes modalidades de cursos.

Responsáveis: DDR, DPE e CONIF.

Prazo: Fevereiro de 2014.

Providência Adotada: Portaria SETEC para composição do GT CONIF e CONDETUF publicada.

Produto 1.1.2. Manual de orientação para o combate à evasão, incluindo o diagnóstico de aluno ingressante com propensão à evasão, identificação das causas e utilização de monitorias, tutorias e reforço escolar.

Responsáveis: DPE, em conjunto com o FDE/CONIF.

Prazo: Abril de 2014. Providência Adotada: Portaria SETEC para composição do GT CONIF e CONDETUF publicada.

Produto 1.1.3. Modelo para distribuição de códigos de vagas de assistente social, pedagogo ou psicólogo, para as Instituições da Rede Federal.

Responsáveis: DDR e CONIF.

Prazo: Abril de 2014.

Providência Adotada: Modelo realizado e implementado deste setembro/2013. **Produto finalizado**

AÇÃO 1.2. Aumentar os recursos de assistência estudantil na matriz orçamentária dos Institutos Federais.

Produto 1.2.1. Previsão no PLOA 2014 de R\$ 354 milhões na ação 2994, correspondendo a um incremento de 43,11%, de 2013 para 2014.

Responsáveis: DDR.

Prazo: Aprovação do PLOA 2014.

Providência Adotada: GT de Assistência estudantil do CONIF elaborou a proposta do incremento e a Lei Orçamentária foi aprovada em Dez/2013. **Produto finalizado**

AÇÃO 1.3. Repactuar as metas para os indicadores de Evasão, Retenção e Conclusão entre os Institutos Federais e a SETEC.

Produto 1.3.1. Firmar Termo de Metas entre a SETEC e os Institutos Federais.

Responsáveis: DDR, em conjunto com a DPE e CONIF.

Prazo: Abril de 2014.

Providência Adotada: Repactuação do TAM bienal, com base nas diretrizes publicadas (será validado com CPPG ou verificada proposta para outra estratégia)

DIMENSÃO 2. ESTÍMULO À FORMAÇÃO DE PARCERIAS:

AÇÃO 2.1. Elaborar e divulgar diretrizes para o estabelecimento de parcerias entre os Institutos Federais e demais instituições da sociedade civil organizada.

Produto 2.1.1. Manual de orientação para a realização de parcerias pelos Institutos Federais com os setores produtivos e demais instituições da sociedade civil organizada. O Manual deverá conter modelos de instrumentos de parceria para atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, realizadas, cooperativamente, com parceiros externos.

Responsáveis: DDR e FORPROEX/CONIF.

Prazo: Abril de 2014.

Providência Adotada: Minuta de manual em elaboração pelo FORPROEX (aguardando manual do Polo de Inovação e decretos de convênios das fundações de apoio a serem publicados).

Reunião em janeiro para validação e consolidação da minuta do manual.

Produto 2.1.2. Manual de Gestão dos Polos de Inovação dos Institutos Federais, para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em parceria com empresas e com a participação de Fundações de Apoio.

Responsáveis: DDR e FORPOG/CONIF.

Prazo: Abril de 2014.

Providência Adotada: Equipe do Núcleo Estruturante em processo de finalização do manual de gestão dos Polos de Inovação (**70% concluído**).

DIMENSÃO 3. ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E INOVAÇÃO NA REDE FEDERAL:

AÇÃO 3.1. Apoiar a criação dos Polos de Inovação dos Institutos Federais.

Produto 3.1.1. Documento-base para a constituição dos Polos de Inovação dos Institutos Federais, contendo: base legal, organização e regulamento, macroprocessos de supervisão e controle, acompanhamento, avaliação e operação, plano de ação e orçamento.

Responsáveis: DDR e FORPOG/CONIF.

Prazo: Maio de 2014.

Providência Adotada: Minutas do Decreto de aquisição e contratação e do Decreto de Convênios com as Fundações em elaboração.

Produto 3.1.2. Publicação de Edital para criação de Polos de Inovação dos Institutos Federais, como unidades associadas à Embrapii.

Responsáveis: DDR e Embrapii.

Prazo: Maio de 2014.

Providência Adotada: Minuta de edital em elaboração, aguardando as normativas e planejamento da Embrapii para alinhamento. **Previsão de lançamento do edital em maio de 2014.**

AÇÃO 3.2. Elaborar programas de fomento à pesquisa aplicada e à inovação, articulados com a CAPES, o CNPq e a Embrapa.

Produto 3.2.1. Projeto de Curso de Mestrado Profissional em rede, formatado de acordo com o modelo da CAPES.

Responsáveis: DDR e IFCE.

Prazo: Maio de 2014.

Providência Adotada: Pactuado com a CAPES entrega de proposta de Mestrado Profissional em Rede (APCN) até abril/2014.

Produto 3.2.2. Edital SETEC/CAPES de fomento à abertura de Mestrados Profissionais em Rede, no mesmo modelo do produto anterior.

Responsáveis: DDR, FORPOG/CONIF e CAPES.

Prazo: Setembro de 2014.

Providência Adotada: Pactuado com a CAPES o lançamento do Edital em agosto de 2014

Produto 3.2.3. Edital SETEC/CNPq para fomento à pesquisa aplicada e extensão tecnológica na Rede Federal de EPT.

Responsáveis: DDR, FORPROEX/FORPOG/CONIF e CNPq.

Prazo: Abril de 2014. Prazo sujeito ao cronograma de atividades da CAPES.

Providência Adotada: Primeiro edital publicado (Edital n. 94/2013 CNPq) e em processo de análise dos resultados pelo Núcleo estruturante dos Polos. Após análise e contribuições. Será publicado novo edital com previsão de lançamento em abril de 2014

Produto 3.2.4. Relatório com requisitos para adequação do Diretório de Grupos de Pesquisa, para possibilitar o registro e acompanhamento do desenvolvimento de parcerias, projetos de pesquisa aplicada e inovação, no âmbito dos Institutos Federais.

Responsáveis: DDR, FORPROEX/FORPOG/CONIF e CNPq.

Prazo: Fevereiro de 2014.

Providência Adotada: Relatório elaborado e encaminhado para análise do CNPq. Aguardando resultado da análise.

Produto 3.2.5. Firmar Acordo de Cooperação com a Embrapa e CONIF para transferência de tecnologia, elaboração de material didático, formação continuada de estudantes e cooperação técnico-científica entre grupos de pesquisa e atuação do corpo técnico da Embrapa nos mestrados profissionais e Polos de Inovação dos Institutos Federais.

Responsáveis: DDR, CONIF e Embrapa.

Prazo: Fevereiro de 2014.

Providência Adotada: Minuta de acordo em análise na SETEC/MEC.

Formação de Extensionista por meio do Pronatec pactuado com Embrapa e CONIF

DIMENSÃO 4. ESTÍMULO À INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES:

AÇÃO 4.1. Realizar ações de apoio ao empreendedorismo.

Produto 4.1.1. Elaboração de manual para criação de Empresa Júnior e Hotel de Projetos.

Responsáveis: DDR, FORPROEX/CONIF.

Prazo: Abril de 2014.

Providência Adotada: Minuta do manual em elaboração pelo FORPROEXT.

Reunião marcada para o final de janeiro para consolidação das informações.

Produto 4.1.2. Acordo de cooperação com o SEBRAE Nacional para estender as ações do Programa PRONATEC Empreendedor para os cursos regulares da Rede Federal.

Responsáveis: DPE e SEBRAE Nacional.

Prazo: Março de 2014. Prazo sujeito ao cronograma de atividades do SEBRAE Nacional.

Providência Adotada: Acordo elaborado e enviado à CONJUR/MEC;

Apresentação do Acordo ao CPPG (nov/2013), aos dirigentes do CONDETUF (dez/2013) e ao FDE/CONIF (dez/2013)

Produto 4.1.3. Termo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento de pesquisa de avaliação de egressos de cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC), com análise da trajetória socioprofissional e educacional.

Responsáveis: DPE e IPEA.

Prazo: Março de 2014. Prazo sujeito ao cronograma de atividades do IPEA.

Providência Adotada: Termo de cooperação assinado/Produto finalizado. Possível ampliação da ação com Acordo de Cooperação (previsão 2014).

Produto 4.1.4. Acordo de cooperação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para intermediar a colocação e recolocação de egressos de cursos técnicos no mercado de trabalho (Atendimento ao Acórdão nº 4759 – TCU – 1ª Câmara. Prazo sujeito ao cronograma de atividades do MTE).

Responsáveis: DPE, DIR e SPPE/MTE.

Prazo: Março de 2014.

Providência Adotada: Acordo assinado/Produto finalizado.

DIMENSÃO 5. DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES:

AÇÃO 5.1. Distribuir as funções de confiança e cargos de docentes e técnico-administrativos criados pela Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, mediante modelo que considera o quantitativo de servidores já alocados e o total definido para cada unidade da Rede Federal.

Produto 5.1.1. Portarias conjuntas do Ministério do Planejamento e Ministério da Educação, para aumento do Banco de Professores Equivalentes e do Quadro de Referência TAE dos Institutos Federais.

Responsáveis: DDR e MPOG.

Prazo: Ação condicionada à aprovação da LOA de cada ano e à autorização do Ministério do Planejamento.

- **Providência Adotada:** As demandas da SETEC/MEC estão sendo preparadas, conforme orientação do MPOG de acordo com a disponibilidade orçamentária proposta para o exercício 2014.

DIMENSÃO 6. OPORTUNIZAR A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES:

AÇÃO 6.1. Realizar formação continuada dos servidores da Rede Federal

Produto 6.1.1. Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal. As ações do Plano de Formação Continuada deverão conter as seguintes iniciativas: 1) Integração de novos servidores; 2) Formação continuada de gestores em geral; 3) Formação continuada de gestores em TI; 4) Ampliação da oferta de vagas em programas de mestrado no país; 5) Estágio de docência em educação profissional no exterior, por meio do Programa Ciência sem fronteiras.

Responsáveis: DDR e FORGEP/CONIF.

Prazo: Abril de 2014.

Providência Adotada: Enquete para Levantamento das Necessidades de Capacitação e Qualificação – Individual;
Assinatura do Termo de cooperação com ENAP, para 200 (duzentos) gestores;
Levantamento das demandas de cursos de curta duração e solicitação ao PRONATEC para a oferta dos cursos demandados.

Produto 6.1.2. Proposta de Programa Institucional de Qualificação de Servidores da Rede Federal – PIQTec, no âmbito da CAPES.

Responsáveis: DDR e IFCE.

Prazo: Abril de 2014.

Providência Adotada: A CAPES, em articulação com a SETEC/MEC, inseriu a Rede no PRODUUTORAL e ocorreu a inscrição de 1500 profissionais (A CAPES encaminhará diagnóstico para avaliação do atendimento da demanda).

A SETEC lançou "enquete" para levantamento de demandas por Mestrado no Brasil e no exterior.

DIMENSÃO 7. AVALIAÇÃO DE CURSOS DE EPT.

AÇÃO 7.1. Acordo de cooperação com o INEP para desenvolvimento de processo de avaliação de cursos técnicos.

Produto 7.1.1. Relatório com proposta de processo de avaliação de cursos técnicos.

Responsáveis: DPE, INEP e CONIF.

Prazo: Abril de 2014. Prazo sujeito ao cronograma de atividades do INEP.

Providência Adotada: Minuta de acordo em elaboração conjunta DPE/SETEC e DAES/INEP;

Proposta trabalhada no GT Avaliação da EPT (participação de servidores do INEP) e nas oficinas realizadas;

Avaliação dos cursos técnicos no primeiro semestre de 2014 para IES privadas

7.2. Recomendações da CGU

7.2.1. Recomendações da CGU atendidas no exercício

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	OS 201203040	TODOS	OF.XXX
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SETEC			1977
Descrição da Recomendação			
PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE DA SETEC – PPP/SETEC			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Todas as unidades da Secretaria			1977
Síntese da Providência Adotada			
Em observância ao PPP/SETEC, no ano de 2013, foram atendidas 11 recomendações constantes da OS 2101203040, conforme detalhamento constante do quadro demonstrativo sintético, apresentando no capítulo 12 – Outras informações sobre a gestão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A implementação do PPP vem permitindo um aperfeiçoamento das práticas administrativas da SETEC, o que gera uma maior eficiência normativa. Esses resultados implicam diretamente nas boas práticas de execução dos controle por parte do Gestor, possibilitando, assim, mais racionalidade e efetividade na implementação das políticas da Secretaria.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor.			
O PPP/SETEC contribuiu para a organização e racionalização de processos, procedimentos, atividades e tarefas. Exigiu um esforço de normatização - estabelecimento de regras – e, dada a carência de pessoal da Secretaria, foram constituídos grupos de estudo e trabalho com servidores dos Institutos Federais e autarquias vinculadas ao MEC.			

Recomendações da OS CGU nº 201203040 atendidas pela SETEC	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
4	30/04/2013
Descrição Sumária	
Autorização de descentralizações de créditos em desacordo a normas internas nos termos de cooperação para o Programa Certific - Pesca e Aquicultura.	
Texto da Recomendação	
Que a SETEC se abstenha de estipular valor para o objeto da descentralização de crédito orçamentário. A apresentação da descrição do objeto e valor a ser descentralizado, bem como a execução orçamentária do objeto da descentralização deverão ser efetuadas pela unidade proponente, conforme determina a Portaria SETEC nº 28, de 21.8.2012.	

Último histórico: Posição do Gestor	
A SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22/11/2012, após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. O cumprimento das regras estabelecidas nos chamamentos públicos já está em execução nos Editais de n.º 1, 2 e 3 de 2012. 2. A SETEC aportará recursos diretamente da Matriz Orçamentária das instituições da Rede Federal, por meio da identificação prévia das políticas prioritárias de EPT."	
Último histórico: posição do SFC	
Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
5	31/12/2013
Descrição Sumária	
Custeamento da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) sem comprovação de ter destino restrito a projetos de pesquisa.	
Texto da Recomendação	
A SETEC deve fazer gestões junto aos órgãos responsáveis pelo orçamento do MEC, visando criar ação orçamentária própria com a finalidade de fomento da pesquisa.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819/2013, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "a SETEC fez gestão junto à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC) para a criação da ação orçamentária destinada ao fomento da pesquisa aplicada na Rede Federal, conforme mensagens eletrônicas acostadas a este Processo (Anexo I). Entretanto, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MP) não aprovou a criação da referida ação orçamentária. A alternativa encontrada para atender essa demanda se deu por meio da adequação do descritor da Ação 6380. Também houve mudança no texto da caracterização do Plano Orçamentário nº 0008 da Ação 6380.	
Último histórico: posição do SFC	
As ações desenvolvidas pelo Gestor demonstraram o atendimento da recomendação. - Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
5	31/03/2013
Descrição Sumária	
Custeamento da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) sem comprovação de ter destino restrito a projetos de pesquisa.	
Texto da Recomendação	
A SETEC deve realizar estudo para avaliar e aperfeiçoar a gestão da RENAPI, tendo em vista as competências da DTI e as diretrizes da área de tecnologia da informação	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "a RENAPI cumpriu o seu objetivo geral de induzir o processo colaborativo de pesquisa, inovação, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, formando recursos humanos de excelência, congregando grupos de pesquisa similares, homogeneizando os conhecimentos entre as instituições. Os resultados dos projetos da RENAPI foram compilados no documento denominado 'Relatório de Produção Científica da RENAPI - 2006', que segue como anexo III." A SETEC decidiu não mais custear projetos de pesquisa colaborativa neste modelo, não cabendo mais elaborar novo modelo de gestão para a RENAPI.	
Último histórico: posição do SFC	
Em análise à documentação enviada pelo Gestor, consideramos atendida a recomendação. - Recomendação Atendida	

Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
5	31/08/2013
Descrição Sumária	
Custeamento da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) sem comprovação de ter destino restrito a projetos de pesquisa.	
Texto da Recomendação	
A SETEC deve solicitar às UJs beneficiárias de recursos da RENAPI o envio dos documentos listados na Portaria SETEC nº 213, quanto ao relatório de cumprimento do objeto, fazer o levantamento dos dados dos beneficiários, separando o que é projeto de pesquisa e o que é prestação de serviços. Em relação à prestação de serviços, preparar a relação dos beneficiários e informar à Receita Federal os montantes pagos nos exercícios de 2008 a 2012.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "a SETEC elaborou relatório consolidado 'RENAPI - Pesquisas realizadas", anexo III, em que conceitua os projetos e informa os resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito da RENAPI	
Último histórico: posição do SFC	
Após análise da documentação enviada pelo Gestor, consideramos atendida a recomendação. - Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
7	31/03/2013
Descrição Sumária	
Ausência de Implementação de Políticas Capazes de Diminuir a Deficiência de Força de Trabalho.	
Texto da Recomendação	
Realizar estudo que demonstre a deficiência de sua força de trabalho encaminhando-o aos órgãos responsáveis pela política de alocação de recursos humanos.	
Último histórico: Posição do Gestor	
A SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22/11/2012 - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, encaminhou formalmente as providências: "1. Encontra-se em elaboração o documento "FORÇA DE TRABALHO NA SETEC - Breve Estudo", com apoio da CGGP. 2. Para atenuar os efeitos da ausência de RH, a nova gestão iniciou um trabalho de mobilização, com apoio da CGGP, no sentido de recompor, de forma emergencial, quantitativamente o quadro de pessoal da SETEC, agregando mais 20 servidores. Até o momento foram recebidos 14 servidores, a maioria de nível médio, e 4 estagiários de nível superior. 3. Foram executados remanejamentos internos de servidores para alocação na DIR, no total de 4 servidores e 2 terceirizados. 4. Realizadas Oficinas de mobilização para o trabalho tendo mais de 150 participantes."	
Último histórico: posição do SFC	
Considerada atendida. - Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
9	31/12/2013
Descrição Sumária	
Manutenção de valores em Restos a Pagar Não Processados sem atender alguma das hipóteses previstas no art.35 do Decreto nº 93.872/86.	
Texto da Recomendação	
A SETEC deve efetuar o cancelamento das inscrições em restos a pagar não processados daquelas notas de empenho que não atendem os requisitos legais.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "a SETEC efetuou o	

cancelamento de todos os empenhos inscritos em restos a pagar não processados , conforme documentação anexa (Anexo VII)."	
Último histórico: posição do SFC	
Em análise à documentação enviada pelo Gestor, consideramos atendida a recomendação. - Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
28	31/12/2013
Descrição Sumária	
Os indicadores de desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram implementados sem fundamentação em estudos prévios e não estão sendo utilizados para tomada de decisões e para a melhoria da gestão.	
Texto da Recomendação	
Aperfeiçoar o SISTEC de forma a validar as informações registradas pelas Instituições de ensino.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "o cumprimento desta recomendação depende da atuação da DTI/MEC, que é o setor do Ministério da Educação responsável pelo desenvolvimento do SISTEC. O texto mais adequado para essa recomendação seria: 'Instruir a DTI/MEC para que sejam feitos ajustes no SISTEC, necessários a implantação dos procedimentos da validação das informações registradas pelas Instituições de Ensino.' Entretanto, a SETEC elaborou a Nota Técnica nº 509/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC (Anexo X), em que descreve o processo de apropriação da estrutura de dados e a dinâmica de registros de informações do SISTEC. Isso permitiu o desenvolvimento de uma metodologia de extração e importação dos dados para uma base local, estruturada e integrada com outros conjuntos de dados da Rede Federal, tais como o de acompanhamento da expansão e o de modelagem da distribuição de recursos humanos. Essa base de dados contém os registros primários - por matrícula individualizada - que possibilitam o cálculo dos indicadores desagregado por modalidade, nível de ensino, tipo e nome de curso, tipo de oferta e campus. A partir do controle de dados descrito acima será possível identificar potenciais inconsistências, tais como: a) duplicidade de matrículas; b) retenção excessiva; c) relação entre a carga horária e a duração de um determinado curso. Tais inconsistências poderão motivar procedimentos de supervisão, a partir da solicitação de documentos comprobatórios ou por meio de averiguação 'in loco'. Estes procedimentos de auditoria terão início com os trabalhos de preparação de dados para a elaboração dos relatórios de gestão do exercício de 2013. Pro fim, cabe ressaltar que a SETEC tem feito gestão junto às instituições da Rede Federal para estabelecer a equivalência de dados dos SISTEC e do Censo da Educação Básica (Anexo XI). Consideramos que o conjunto de procedimentos descritos permitirá a validação das informações registradas	
Último histórico: posição do SFC	
Em análise à documentação enviada pelo Gestor, consideramos atendida a recomendação. - Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
28	31/12/2013
Descrição Sumária	
Os indicadores de desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram implementados sem fundamentação em estudos prévios e não estão sendo utilizados para tomada de decisões e para a melhoria da gestão.	
Texto da Recomendação	
Desenvolver uma metodologia de gestão de risco que permita a auditoria dos dados do SISTEC.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "com base na Nota	

Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, (Anexo X), que trata da metodologia desenvolvida pela SETEC para cálculo dos indicadores para o relatório de gestão, foi sistematizado o conjunto de parâmetros que possibilita identificar potenciais inconsistências nos dados registrados no SISTEC, o que permite a auditoria desses registros pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal. O processo de auditoria será realizado pela SETC, por meio de uma varredura na base de dados, não havendo necessidade de incorporação de novas funcionalidade no SISTEC. Consideramos que a recomendação foi plenamente atendida e sugerimos sua baixa no PPP.	
Último histórico: posição do SFC	
Em análise à documentação enviada pelo Gestor, consideramos atendida a recomendação. - Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
29	31/12/2013
Descrição Sumária	
Indicadores do Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica são insuficientes para proporcionar informações sobre o seu desempenho.	
Texto da Recomendação	
A Setec deve propor o aperfeiçoamento dos indicadores do Programa 2031 com foco na estruturação de métodos, técnicas e instrumentos que possibilitem a correta aferição dos processos e dos resultados esperados.	
Último histórico: Posição do Gestor	
A SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: " Realização de estudos dos indicadores utilizados pela SETEC no monitoramento das ações relacionadas, objetivando a identificação dos indicadores a serem propostos para o Programa 2031." As ações do Programa 2031 são: 20RG, 6380, 6358, 20RW, 8252, 8652, 20RL, 2994, 6330.	
Último histórico: posição do SFC	
Recomendação foi registrada como atendida, conforme orientação da DC (Moisés). - Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
30	31/03/2013
Descrição Sumária	
Instituição da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) sem os requisitos necessários à área de Tecnologia da Informação.	
Texto da Recomendação	
A SETEC deve efetuar gestões, junto aos órgãos responsáveis pela política da informação no âmbito do MEC, para o compartilhamento da gestão dos projetos que envolvam o desenvolvimento de sistemas, garantindo para a SETEC o controle da dimensão educacional desse processo.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 2520, de 22/11/2012 a SETEC apresentou as providências: "1. Com o reinício dos investimentos nesses projetos, suas ações farão parte do Planejamento Estratégico e constarão no PDTI do MEC, quando será garantido o controle da dimensão educacional do processo de desenvolvimento dos sistemas, por meio da elaboração de um plano de acompanhamento compartilhado dos projetos entre a DTI e a SETEC. 2. Das instituições fomentadas exigir-se-à o cumprimento dos requisitos relacionados na Portaria SETEC nº 28/2012, especialmente no que se refere à comprovação do cumprimento do objeto relativo aos recursos oriundos da SETEC."	
Último histórico: posição do SFC	
Recomendação foi registrada como atendida, conforme orientação da DC (Moisés). - Recomendação Atendida	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
31	31/12/2013
Descrição Sumária	

Falta de fiscalização e de controle nos recursos executados por meio de transferências (convênios e Termos de cooperação).
Texto da Recomendação
A Setec deve desenvolver uma metodologia de gestão de risco para acompanhamento das transferências.
Último histórico: Posição do Gestor
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "com a finalidade de aprimorar a gestão das descentralizações orçamentárias dos Ministério da Educação, a Coordenação Geral de Suporte e Gestão Orçamentária da SPO/MEC desenvolveu o Módulo de Descentralização de Créditos no Sistema Integrado no Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). Com esse novo módulo todas as descentralizações orçamentárias do MEC passaram a ser executadas exclusivamente por meio desse sistema, incluindo as operações de acompanhamento e comprovação do cumprimento de objetos. O manual do referido módulo se encontra no Anexo XIII. O sistema gera um documento assinado eletronicamente, denominado termo de cooperação, onde constam os dados de identificação dos órgãos proponente e concedente, bem como o objeto e a justificativa da descentralização de crédito. O documento apresenta, ainda, o enquadramento legal e as obrigações das instituições signatárias, como segue: ' I - Integra este termo... II - constituem obrigações da CONCEDENTE... III- constituem obrigações da PROPONENTE...' Consideramos que a recomendação foi plenamente atendida e sugerimos sua baixa no PPP.
Último histórico: posição do SFC
Em análise à documentação enviada pelo Gestor, consideramos atendida a recomendação. - Recomendação Atendida

7.2.2. Recomendações da CGU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	OS 201203040	EXCETO ITEM 7 DA OS	OF.XXX
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Descrição da Recomendação			
O PPP/SETEC constam, atualmente, com 13 recomendações em atendimento, das quais 04 da OS 201203040, 02 com status de “em análise”, 01 com status de “reiterada” e 01 com status de “prorrogada”. Encontram-se ainda pendentes 09 recomendações da OS 902807.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Justificativa para o seu não Cumprimento			

As recomendações pendentes encontram-se no prazo de cumprimento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A complexidade de algumas providências para cumprimento das recomendações exige maior tempo de execução e recursos humanos qualificados, o que ainda é um grande gargalo administrativo da Secretaria.

Recomendação da OS CGU nº 201203040 reiterada à SETEC	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
06	31/12/2014
Descrição Sumária	
Contratação de consultores para realização de atividades que poderiam ser realizadas por servidores da própria SETEC.	
Texto da Recomendação	
Abster-se de contratar consultores para executar atividades que não se configuram como de cooperação técnica internacional. Caso tenha contratações previstas para 2012/13, apresentar um cronograma de substituição, solicitando vagas para servidores efetivos.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "a SETEC lançou 4 Editais em 2013, visando à contratação de 14 consultores, dos quais 4 estão em atividade (Anexo V). Os objetos dos editais configuram atividades distintas das que poderiam ser desenvolvidas por servidores, atendendo à Cartilha de Contratação de Consultores, da Controladoria Geral da União, e ao Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004. Os produtos dessas consultorias são essenciais à gestão dos programas Brasil Profissionalizado e Rede e-Tec Brasil. O processo de seleção e a análise dos produtos ficarão sob a responsabilidade da Comissão de Seleção de Consultores. O processo de seleção obedece a critérios rígidos de análise curricular e entrevista, realizados por, pelo menos 3 membros da Comissão. Além disso, no desenvolvimento dos produtos e das atividades a serem realizadas por consultoria, observou-se, além da legislação pertinente, a necessidade de adequação da gestão dos programas e dos sistemas envolvidos. O Gabinete da SETEC efetuou o remanejamento de servidores e disponibilizou os Analistas Técnicos de Políticas Sociais, efetivados em julho de 2013, para as Diretorias de Integração das Redes e de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, a SETEC elaborou um documento em que apresenta proposta de recomposição da força de trabalho da Secretaria (Anexo VI). Esse documento foi encaminhado à Secretaria Executiva deste Ministério. Consideramos que os contratos de consultores da SETEC estão de acordo com as orientações da CGU e do Decreto nº 5.151, de 25 de julho de 2004. Com o encaminhamento da proposta de recomposição da força de trabalho, consideramos que a recomendação nº 001 das Constatações nº 006 foi atendida, motivo pelo qual solicitamos sua baixa no PPP.	
Último histórico: posição do SFC	
A contratação de consultores deve se pautar pelos princípios da constitucionais da Administração Pública, assim sendo, seguir as orientações da CGU e do Decreto nº 5.151 é uma boa prática do Gestor. Entretanto, o que a CGU recomendou foi a apresentação de um cronograma de substituição dos consultores, o que até o momento não foi demonstrado, além do aumento da contratação de novos consultores. Assim sendo, considera-se que a recomendação não foi atendida. - Reiteração pela não implementação plena da recomendação	

Recomendação OS CGU nº 201203040 prorrogada para a SETEC	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
34	30/05/2014

Descrição Sumária
Ausência de indicadores próprios para avaliar o desempenho da SETEC.
Texto da Recomendação
A SETEC deve criar indicadores próprios para avaliação de seu desempenho, atentando que tais indicadores devem possuir os seguintes quesitos: de utilidade (completude e validade) e de mensurabilidade (comparabilidade, economicidade, auditabilidade, acessibilidade e compreensão) e dessa forma, serem úteis para a tomada de decisões.
Último histórico: Posição do Gestor
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "a SETEC vem elaborando Termo de Referência para a contratação de consultores no âmbito do Programa de Cooperação Internacional com a Unesco. Entretanto, o cronograma para a deflagração do edital de seleção impedirá que o procedimento de contratação seja efetivado em 2013. Por esse motivo, será necessário o estabelecimento de novo prazo para o cumprimento dessa providência, para o qual propomos a data de 30 de março de 2013. Apresentamos no anexo XIV o conjunto de produtos planejados pela SETEC para essa consultoria. A recomendação ainda não foi cumprida e solicitamos a prorrogação do prazo de atendimento para 30 de março de 2014."
Último histórico: posição do SFC
Conforme solicitado pelo Gestor, prorroga-se o prazo para verificação do atendimento dessa recomendação. - Prorrogação (solicitação Gestor)

Recomendações OS CGU 201203040 em análise pela CGU	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
19	31/10/2013
Descrição Sumária	
Permanência do cumprimento parcial dos Acórdãos nºs 2.267/2005 – Plenário, 360/2006 – Plenário, 220/2008 – 1ª Câmara, 2.375/2008 – 1ª Câmara, 2.572/2010 – 2ª Câmara, 104/2011 – Plenário.	
Texto da Recomendação	
Revisar e propor nova matriz de indicadores de desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com base em fundamentações teóricas e metodológicas, que possibilitem uniformizar conceitos, classificações e nomenclaturas e que permitam a construção e a seleção de indicadores que melhor se adaptem ao conceito de desempenho da Rede Federal.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "a SETEC criou, mediante Portaria nº 25/2012/SETEC/MEC (Anexo VIII), um Grupo de Trabalho (GT) composto por 2 servidores do MEC e 6 dos Institutos Federais, com o objetivo de propor um novo conjunto de indicadores de gestão para a Rede Federal. Este GT encaminhou para a SETEC o documento intitulado "Proposta de Matriz de Indicadores para a Rede Federal de EPCT" (Anexo IX), que apresenta um conjunto de indicadores elaborados com base no "Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores (MPOG, 2009). A matriz de indicadores está em fase de teste com um piloto de Institutos Federais, que realizam a conferência dos valores e buscam utilizá-los em seus processos de gestão. Consideramos que o produto apresentado pelo GT cumpre integralmente a Recomendação 001 da Constatação nº 019 e sugerimos seu encerramento no PPP.	
Último histórico: posição do SFC	
O produto está em fase de teste e a CGU fará análises, visando verificar sua adequação.	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
28	31/12/2013

Descrição Sumária	
Os indicadores de desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram implementados sem fundamentação em estudos prévios e não estão sendo utilizados para tomada de decisões e para a melhoria da gestão.	
Texto da Recomendação	
Criar Grupo de Trabalho com servidores do MEC e da Rede Federal para realização dos estudos necessários à proposição da nova matriz de indicadores.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1819, de 22/11/2013, acompanhado da Nota Técnica nº 510/2013/CGPG/DDR/SETEC/MEC, de 22/11/2013, o Gestor informa que "a SETEC criou, mediante Portaria nº 25/2012/SETEC/MEC um Grupo de Trabalho (GT) composto por 2 servidores do MEC e 6 dos Institutos Federais, com o objetivo de propor um novo conjunto de indicadores de gestão para a Rede Federal (Anexo VIII)." Consideramos que este ato do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica atende plenamente a recomendação nº 001 da Constatação nº 028, motivo pelo qual sugerimos o encerramento desta demanda no PPP.	
Último histórico: posição do SFC	
O produto está em fase de teste e a CGU fará análises, visando verificar sua adequação.	

Recomendações OS CGU nº 902807 em análise pela CGU	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
500	30/06/2014
Descrição Sumária	
1. Os parâmetros de dimensionamento dos cursos estão adequados às necessidades do mercado? 1.3. O valor definido para a bolsa-formação é compatível com os preços de mercado?	
Texto da Recomendação	
Desenvolver metodologia de cálculo do valor da hora-aula, utilizando, como base, orçamento detalhado e padronizado, que contenha o valor de todos os itens envolvidos no valor da bolsa-formação, considerando as especificidades de cada curso ofertado, quais sejam, eixo tecnológico, modalidade do curso e complexidade da infraestrutura necessária para a oferta do curso.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Em 30/01/2013 - Posicionou-se a SETEC: 4. A bolsa-formação do Pronatec consiste na oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada por meio da compatibilização ente a demanda por qualificação profissional, apresentada pelos parceiros demandantes (Ministérios e Secretarias Estaduais de Educação), e a oferta de vagas pelas principais redes de educação profissional e tecnológica do país. Essa ação se caracteriza como uma inovação no modelo de formação profissional no país e, por esse motivo, ainda apresenta elevado grau de complexidade em sua operacionalização. 5. Dentre as estratégias adotadas pela SETEC/MEC para a implantação da bolsa formação, a adoção de um valor médio por hora-aula, como referência para a remuneração das instituições de ensino, foi de fundamental importância para alavancar o programa e alcançar a magnitude necessária a premente demanda por qualificação profissional do trabalhador brasileiro. 6. A partir de 2014, a SETEC/MEC realizará estudos para definir uma metodologia de cálculo do valor da hora-aluno dos cursos ofertados no âmbito da bolsa formação do Pronatec, em consonância com o §5 do art. 6º da lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Pelo fato do planejamento da oferta de vagas para o ano de 2014 já ter sido finalizado, a nova metodologia de cálculo somente poderá ser utilizada para as vagas a serem ofertadas a partir do ano de 2015.	
Último histórico: posição do SFC	
Considerando que o planejamento, pactuações e homologações das vagas para 2014 já foi realizado, conforme informação da SETEC concede-se a prorrogação de prazo. O processo de elaboração da nova metodologia será acompanhado pelo Controle Interno. - Prorrogação (solicitação Gestor)	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento

Recomendações OS CGU nº 902807 em análise pela CGU	
501	28/02/2014
Descrição Sumária	
2. Os alunos matriculados atendem às condicionalidades do programa? 2.2. Os alunos matriculados atendem às condicionalidades do programa de forma prioritária? (OFERTANTE/SETEC)	
Texto da Recomendação	
(3) Implementar controles que garantam o atendimento às condicionalidades do Pronatec Bolsa Formação na pré-matrícula e matrícula de candidatos interessados em receber o benefício;	
Último histórico: Posição do Gestor	
<p>Por meio do Ofício nº 1199, de 30/12/2013 - Em relação a recomendações 3, 4 e 5, cumpre-nos esclarecer que a gestão do SISTEC é de responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI/MEC, a quem cabe responder a essas recomendações. Na data de 12 de novembro de 2013, esta Diretoria (DIR/SETEC) encaminhou o memorando nº 1475/2013, em que solicitou o posicionamento da DTI sobre este assunto, cuja resposta foi encaminhada por meio do Memorando nº 1522/2013/DTI/SE/MEC, de 7 de Dezembro de 2013, Especificamente em relação à recomendação (3) "Implementar controles que garantam o atendimento às condicionalidades do Pronatec/Bolsa-Formação na pré-matrícula e matrícula de candidatos interessados em receber o benefício", a DTI/MEC posicionou-se da seguinte forma: "Em relação às regras para impedir matrículas de menores de 14 anos, bem como não permitir alunos com mais de 3 (três) cursos FIC por ano, informamos que o sistema foi adequado por manutenções evolutivas realizadas em Agosto de 2013 e que atualmente as críticas pertinentes já estão sendo realizadas". Ainda sobre a recomendação houve o seguinte posicionamento da DTI: "Sobre o fato de ter sido encontrado um aluno registrado no Sistema de Controle de Óbito (SISOBNET) e matriculado em um curso do programa com data posterior ao seu suposto falecimento, afirmamos que a DTI verificará a viabilidade de integração entre os sistemas considerando inclusive a economicidade de tal ação, já que foi identificado apenas 01 (um) caso no universo de aproximadamente dois milhões de alunos matriculados no Pronatec (por exemplo)".</p>	
Último histórico: posição do SFC	
<p>Os ajustes realizados pela DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação do MEC serão revisados pelo Controle Interno em julho de 2014, quando a integração entre as bases de dados estará concluída, de acordo com as informações prestadas pela DTI. Em relação à integração com o sistema SISOBNET, entende-se que mesmo tendo sido apontado apenas um caso, o dano à imagem do Programa pela divulgação de matrículas nos cursos do Pronatec de um beneficiário já falecido é muito superior que o custo de integração entre dois sistemas, principalmente com os recursos tecnológicos disponíveis para este tipo de operação (consulta simples) - Reiteração pela não implementação plena da recomendação</p>	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
501	28/02/2014
Descrição Sumária	
(4) Assegurar que os alunos matriculados no Pronatec Bolsa-Formação não sejam contabilizados em duplicidade em cursos também desenvolvidos para atender outros programas gratuitos de EPT, principalmente o Acordo de Gratuidade dos SNA.	
Texto da Recomendação	
(4) Assegurar que os alunos matriculados no Pronatec Bolsa-Formação não sejam contabilizados em duplicidade em cursos também desenvolvidos para atender outros programas gratuitos de EPT, principalmente o Acordo de Gratuidade dos SNA.	
Último histórico: Posição do Gestor	
<p>Por meio do Ofício nº 1199, de 30/12/2013 - Em relação a recomendações 4, o posicionamento da SETEC, através do Memorando da DTI, encaminhado como anexo ao ofício 1199 é o seguinte: "Em relação à falta de integração do banco de dados do Pronatec Bolsa-Formação com o Acordo de</p>	

Recomendações OS CGU nº 902807 em análise pela CGU	
<p>Gratuidade, favorecendo um possível acúmulo de benefícios de Programas distintos por um mesmo aluno, cabe esclarecer que realmente até o presente momento tais bases não estão integradas, porém há um projeto de integração destas bases para relacionar todas as informações dos candidatos e participantes dos cursos oferecidos pelas diversas modalidades de financiamento contempladas pelo programa. A estimativa é de que as informações poderão ser conferidas a partir de julho de 2014."</p>	
Último histórico: posição do SFC	
<p>Conforme solicitação a implementação da recomendação será revisada em Julho de 2014. - Prorrogação (solicitação Gestor)</p>	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
502	28/02/2014
Descrição Sumária	
<p>1. Os parâmetros de dimensionamento dos cursos estão adequados às necessidades do mercado? 1.4. Há compatibilidade entre as vagas pactuadas junto aos demandantes, homologadas pela SETEC e as vagas ofertadas? (SETEC/OFERTANTE)</p>	
Texto da Recomendação	
<p>(2) Reavaliar o processo de homologação, convertendo-o em número de vagas em cada curso, bem como estabelecer critérios objetivos de priorização dos cursos pactuados, inclusive por região, uma vez que a Secretaria tem a função de cooperar com o parceiro demandante no atendimento de suas necessidades</p>	
Último histórico: Posição do Gestor	
<p>Por meio do Ofício 1199, de 30/12/2013 - A SETEC informou que está desenvolvendo uma metodologia para apoiar o processo de homologação de vagas, após a aprovação do demandante. A metodologia apresentada apresenta diversas ações contemplando: Homologação das propostas com valor total de vagas, Homologação das propostas com valor parcial de vagas e Homologação das propostas de oferta em novos municípios no que se refere a cursos FIC. Em relação aos cursos técnicos concomitantes a aprovação é de acordo com o valor total de vagas. Além dessas ações de apoio à homologação de vagas e dada a complexidade desse processo e para fortalecer essa ação, o MEC elaborou acordo de cooperação com o MTE no âmbito do PRONATEC que, entre outras ações, prevê o estudo das principais ocupações que demandam formação profissional no país, a partir da análises das fontes de dados sobre ocupação e mercado de trabalho do MTE.</p>	
Último histórico: posição do SFC	
<p>Durante o processo de Auditoria Anual de Contas o Controle Interno analisará as melhorias implementadas no processo de homologação de vagas do PRONATEC. - Reiteração pela não implementação plena da recomendação</p>	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
503	28/02/2014
Descrição Sumária	
<p>4. A execução financeira dos recursos ocorre de forma adequada?4.1. Há controle da prestação de contas? (SETEC/FNDE)</p>	
Texto da Recomendação	
<p>(6) Aprimorar o sistema de geração de relatórios, em no máximo 30 dias, de forma a evidenciar a situação de frequência do bolsista no SISTEC, a partir da geração de relatórios consolidados para fins de prestação de contas do objeto pactuado;</p>	
Último histórico: Posição do Gestor	
<p>Por meio do Ofício nº 1199, de 30/12/2013 - A SETEC encaminhou como resposta à recomendação o Memorando nº 1522 da DTI/MEC.</p>	
Último histórico: posição do SFC	
<p>O memorando encaminhado não faz referência à recomendação. - Reiteração por decurso de prazo (sem manifestação)</p>	

Recomendações OS CGU nº 902807 em análise pela CGU	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
503	28/02/2014
Descrição Sumária	
4. A execução financeira dos recursos ocorre de forma adequada?4.1. Há controle da prestação de contas? (SETEC/FNDE)	
Texto da Recomendação	
(7) Apresentar, em no máximo 30 dias, Plano de Ação que detalhe mecanismos de comprovação da realização do curso e o do cumprimento dos objetivos do Programa para os recursos liberados em 2011 a 2013 para fins de análise e aprovação da prestação de contas.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1199, de 30/12/2013 - A SETEC/MEC tem realizado diversas ações de monitoramento <i>in loco</i> desde agosto de 2012, no âmbito do Pronatec/Bolsa-Formação, conforme prevê a Portaria MEC nº 168, de março de 2013. Até o momento foram realizadas 468 visitas em unidades de ensino que ofertam cursos do Pronatec. Em 2013, a SETEC/MEC inseriu em seu processo de monitoramento uma regra de verificação das informações de matrículas inseridas no SISTEC. Os avaliadores são instruídos a selecionar turmas para confrontar toda a documentação física (diários de classe, termo de compromisso do estudante, etc) com as documentações dos alunos matriculados no SISTEC. Essa regra permitiu que a SETEC elaborasse os relatórios de cumprimento do objeto da bolsa- formação, conforme previsto no § 2 do Art. 8º da Resolução FNDE Nº 7, de 20 de março de 2013. É oportuno informar que todos os registros documentais e fotográficos de cada uma das unidades do ensino visitadas estão disponíveis para consulta no sistema hospedado em http://map.mec.gov.br .	
Último histórico: posição do SFC	
O procedimento será analisado na Auditoria Anual de Contas, especificamente nas prestações de contas recebidas e aprovadas tecnicamente pela SETEC. -	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
503	28/02/2014
Descrição Sumária	
4. A execução financeira dos recursos ocorre de forma adequada?4.1. Há controle da prestação de contas? (SETEC/FNDE)	
Texto da Recomendação	
(8) Normatizar os processos de monitoramento e de prestação de contas do Pronatec Bolsa-Formação.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1199, de 30/12/2013 - Desde 2012, a SETEC sistematizou o processo de monitoramento das unidades de ensino que ofertam cursos da Bolsa-Formação, conforme detalhado na resposta à recomendação. Além disso, o processo de pactuação de vagas, oferta de turmas pelas unidades de ensino, realização de pré-matrículas exclusivamente pelas unidades demandantes e confirmação de matrículas pelas unidades de ensino ocorre exclusivamente no SISTEC, que requer a informação obrigatória do CPF do estudante no ato da pré-matrícula e matrícula. Por esta razão, o processo de monitoramento <i>in loco</i> tem sido utilizado como mecanismo de verificação do cumprimento dos atos normativos do Pronatec, bem como para validação das informações registradas no SISTEC, inclusive para efeito de prestação de contas. O processo de monitoramento realizado pela SETEC/MEC tem passado por constantes aprimoramentos, em função do próprio processo de implantação do Pronatec. Com os resultados do monitoramento realizado no ano de 2012, foram incorporadas novas dimensões no processo de monitoramento e avaliação, a partir do segundo semestre de 2013. Com insumos obtidos até então e o processo de monitoramento e avaliação já em curso a SETEC/MEC poderá concluir o processo de monitoramento e avaliação, que inclui diretamente no processo de amostragem para efeito de prestação de contas, ainda no	

Recomendações OS CGU nº 902807 em análise pela CGU	
primeiro semestre de 2014, quando também será disponibilizado um documento sistematizando a avaliação da execução do Pronatec Bolsa-Formação.	
Último histórico: posição do SFC	
O documento sistematizando a avaliação do Pronatec Bolsa-Formação será avaliado durante o processo de Auditoria Anual de Contas, pois conforme informação da SETEC será disponibilizado ainda no primeiro semestre. - Prorrogação (solicitação Gestor)	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
503	28/02/2014
Descrição Sumária	
4. A execução financeira dos recursos ocorre de forma adequada? 4.1. Há controle da prestação de contas? (SETEC/FNDE)	
Texto da Recomendação	
(9) Informar, no prazo de 30 dias, os motivos da exclusão de 17.122 matriculados; e	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1199, de 30/12/2013 - De maneira análoga às recomendações 3, 4 e 5, as respostas às recomendações 8 e 9 são de responsabilidade direta da DTI/MEC e foram anexadas a este ofício por meio do Memorando nº 1522/2013/DTI/SE/MEC, de 07 de dezembro de 2013. No memorando 1522 a DTI informou que: ... "foi constatado, em duas extrações realizadas em datas com intervalo de aproximadamente três meses, registrou-se uma diferença de 17.122 alunos matriculados no Bolsa Formação nos anos 2011 e 2012. Esclarecemos que a ferramenta de extração de dados utilizada à época era o "SPP Relatório". Após análise das consultas de matrículas constatou-se que a contagem era realizada considerando a data de pré-matrícula do aluno. Posteriormente, tal regra foi alterada por ser considerada incorreta e passou-se a utilizar a data de início da turma para determinação do montante de matrículas de cada ano. Além deste fato, a consulta realizada pelo "SPP Relatório" considerava ainda os alunos excluídos logicamente da base. Este último problema ocorreu pois a aplicação não previa situações como evasão ou desistência de alunos, forçando o usuário do sistema a excluir estes alunos a fim de obter a formalização das referidas situações. Tal problema já foi resolvido e atualmente o sistema já trata das situações de alunos previstas pela SETEC. Cabe ressaltar ainda que, dada as limitações impostas pela ferramenta "SPP" Relatório, esta foi substituída por uma ferramenta de BI que permite a extração e análise de dados do Pronatec (Bolsa Formação) de maneira confiável e viabiliza a manutenção do histórico diário de todos os dados. Esta é atualmente a principal fonte de consulta para análise das informações do Bolsa Formação.	
Último histórico: posição do SFC	
Cabe destacar que a responsabilidade pelo sistema de gestão do PRONATEC é da SETEC, como proprietária dos dados, a DTI/MEC trata-se do órgão provedor do sistema e como tal deve ter seu serviço atestado e cancelado pela SETEC.	
Nº Constatação	Prazo atualização/ atendimento
503	28/02/2014
Descrição Sumária	
4. A execução financeira dos recursos ocorre de forma adequada? 4.1. Há controle da prestação de contas? (SETEC/FNDE)	
Texto da Recomendação	
(10) Ajustar o SISTEC de forma a manter o histórico das transações realizadas disponível aos usuários do SISTEC.	
Último histórico: Posição do Gestor	
Por meio do Ofício nº 1199, de 30/12/2013, a DTI informou: ... "a consulta realizada pelo "SPP Relatório" considerava ainda os alunos excluídos logicamente da base. Este último problema ocorreu pois a aplicação não previa situações como evasão ou desistência de alunos, forçando o	

Recomendações OS CGU nº 902807 em análise pela CGU

usuário do sistema a excluir estes alunos a fim de obter a formalização das referidas situações. Tal problema já foi resolvido e atualmente o sistema já trata todas as situações de alunos previstas pela SETEC. Cabe ressaltar ainda que, dada as limitações impostas pela ferramenta "SPP" Relatório", esta foi substituída por uma ferramenta de BI que permite a extração e análise de dados do Pronatec (Bolsa Formação) de maneira confiável e viabiliza a manutenção do histórico diário de todos os dados. Esta é atualmente a principal fonte de consulta para análise das informações do Bolsa Formação.

Último histórico: posição do SFC

Considerando a substituição da ferramenta os procedimentos de exclusão de registros serão analisados quando da Auditoria Anual de Contas.

8. RELACIONAMENTO DA SETEC COM A SOCIEDADE

Este item está previsto na Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, de 15/5/2013.

A SETEC estabelece variadas formas de interação com o cidadão e com atores sociais organizados e não organizados, visando ampliar a participação da sociedade nos processos de formulação, implementação e controle de políticas públicas de educação profissional. Nessa perspectiva, a garantia de instrumentos de participação é uma constante preocupação e um desafio para a gestão da SETEC.

O principal canal de relacionamento da SETEC com a sociedade é o Fale Conosco, disponível no endereço eletrônico www.mec.gov.br, na seção Secretarias, link SETEC. Ele se destina ao atendimento de demandas da sociedade em geral, com destaque para as diversas iniciativas do Pronatec, em especial Bolsa-Formação, SISUTEC e SISTEC.

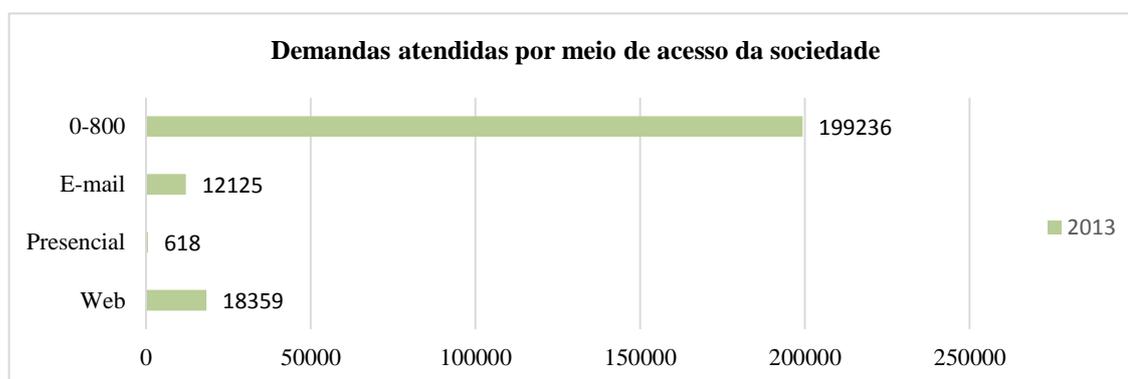
As demandas são originadas a partir dos seguintes canais:

- Atendimento Telefônico, por meio do 0800 616161, opção 8;
- Portal www.mec.gov.br, na seção Secretarias, link SETEC;
- Pelo e-mail setec@mec.gov.br e;
- Atendimento Presencial no MEC, no Ed. Anexo II, sala 210, Brasília/DF.

O processo de Gestão do Fale Conosco, no âmbito da SETEC, é realizado por um Gestor diretamente ligado ao Gabinete da Secretaria, e a operacionalização compete a uma equipe de teleatendentes que realizam o atendimento receptivo, respondem as dúvidas dos usuários e registram as demandas em um Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Demandas, onde todas as solicitações ficam armazenadas.

O Fale Conosco funciona como um filtro das demandas que chegam à SETEC, a partir de uma base de conhecimento construída com o Gestor, que permite o atendimento dos questionamentos gerais e recorrentes. Outras demandas de caráter específico são encaminhadas para as áreas internas para análise e posterior inserção na base de conhecimento. No ano de 2013, foram registradas 230.338 demandas, sendo 65% ingressadas por meio de atendimento telefônico (0800).

Abaixo, apresentamos um detalhamento quantitativo e percentual dos números atendidos pelo Fale Conosco da Setec:



Fonte: SDM e Redmine/Setec

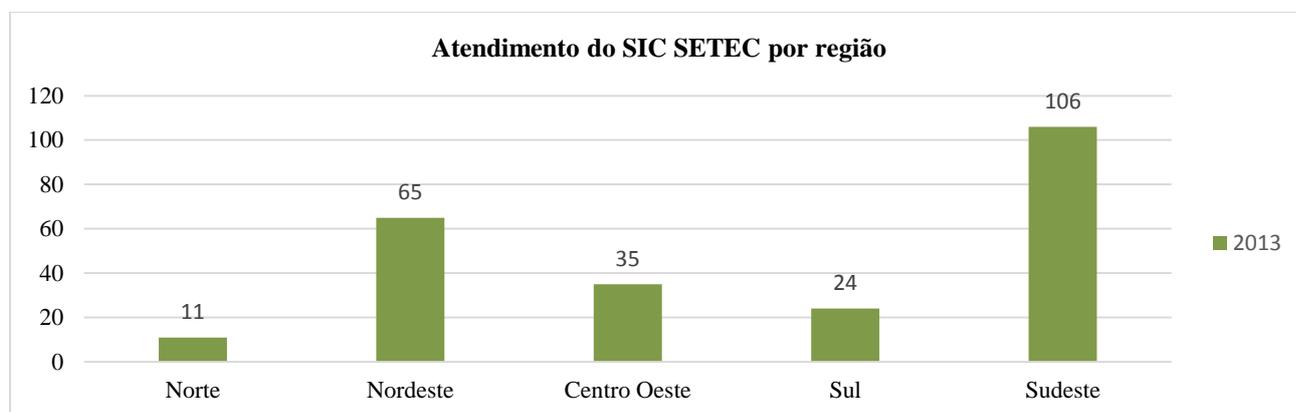
Entre as demandas atendidas, as referentes ao Pronatec como um todo atingem 62% do total, além de 27% especificamente sobre o SISUTEC. Além disso, outros 11% das demandas referem-se ao SISTEC, o que demonstra a centralidade do sistema, seja para a gestão acadêmica das instituições

ou para os alunos envolvidos na educação profissional. Nos casos que envolvem denúncias e reclamações em desfavor das instituições supervisionadas pela Secretaria, como os Institutos Federais e as instituições integrantes do Pronatec, a Setec aciona as instituições, que apresentam os esclarecimentos devidos, subsidiando as avaliações/apurações devidas. Posteriormente, as informações são endereçadas aos interessados. O teor das denúncias e das reclamações direcionadas à Setec são utilizadas como balizadores no processo de supervisão, pois podem indicar descumprimento de leis e normas aplicáveis àquelas instituições e aos programas que estão sob gestão da Setec.

Especificamente sobre o Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, ele foi implementado no MEC em junho de 2012. A partir de então, a SETEC instituiu um grupo de trabalho responsável por capacitar os servidores para atender aos pedidos eletrônicos e presenciais de cidadãos. A Gestão do SIC no âmbito da SETEC fica a cargo de um Gestor ligado diretamente ao Gabinete da Secretaria, que recebe pelo Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC os pedidos protocolados junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC, administrado pela Controladoria-Geral da União – CGU. O Gestor do SIC é responsável por acompanhar e monitorar junto às áreas técnicas da Secretaria o atendimento dos prazos estabelecidos pela lei e por encaminhar ao Núcleo de Atendimento à Informação – NAI do MEC as respostas. O NAI, enquanto órgão gestor do SIC/MEC, disponibiliza ao cidadão as informações prestadas pela Setec.

Ao longo de 2013, a Setec recebeu 282 pedidos. O tempo médio de atendimento foi de 15 dias, quando a Lei permite o atendimento em até 20 dias.

Nos quadros abaixo são apresentadas as principais indicadores de atendimento ao SIC no âmbito da SETEC em 2013. Analisando os dados mensais de atendimento, a SETEC percebeu que as demandas são regulares ao longo do ano, tendo havido um crescimento de 100% quando do lançamento do SISUTEC, em agosto de 2013. Os Estados em que um número maior de cidadãos aciona a SETEC são RJ, SP e DF. Regionalmente, a distribuição é a seguinte:



Fonte: SIMEC

Quanto ao atendimento dos pleitos, 86% foram finalizados, 12,4% cancelados, 10,4% tiveram recurso em 1ª instância e 6% em recurso em segunda instância, isso incluindo um caso de um cidadão que entrou com dezenas de consultas sobre o mesmo tema, recorrendo em muitas delas até a instância máxima do sistema SIC.

9. CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Este item está previsto na Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC**, que apresenta o Relatório de Gestão.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 31 de Março de 2014.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Núcia Ferreira da Silva', written over a faint circular stamp.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada

10. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE PRODUTO

Este item está previsto na Parte B, item 15, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013.

O processo de contratação de consultores pela SETEC, desde 2012, sofreu mudanças orientadas à participação mais efetiva do Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e Acordos de Empréstimos Internacional do MEC – CGCOP e da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – Unesco na fase de elaboração dos termos de referência e dos produtos a serem contratados.

Através do Projeto 914BRZ1137, a SETEC, por meio da Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica – DIR, realizou, em 2013, quatro processos seletivos para a contratação de 15 consultores para atuarem nos Programas Brasil Profissionalizado e Rede e-Tec Brasil, conforme detalhamento que segue:

- Edital nº 001/2013 – Contratação de 04 consultores especialistas pedagógicos para desenvolvimento de estudos relativos à execução pedagógica dos convênios firmados no período de 2008 a 2012, contemplando a avaliação das metas pactuadas pelo Programa Brasil Profissionalizado e a análise das necessidades e dificuldades dos entes federativos na execução do programa, de forma a subsidiar a SETEC no fortalecimento da Rede Estadual de Ensino Profissional e Técnico de Nível Médio;

- Edital nº 002/2013 – Contratação de 03 consultores especialistas pedagógicos para desenvolver estudos relativos à execução pedagógica das ações promovidas pela Rede e-Tec Brasil, contemplando a avaliação das metas pactuadas, a análise das necessidades e dificuldades dos entes federativos na execução do programa e propostas de ações e metodologias para progresso qualitativo e quantitativo do programa;

- Edital nº 003/2013 – Contratação de 02 consultores especialistas financeiros para desenvolver estudos analíticos sobre a execução orçamentária dos recursos financeiros descentralizados para as Redes de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando novos modelos de planos de trabalho e a elaboração e implantação instrumentos de acompanhamento e avaliação contínuos, subsidiando a SETEC nas ações de apoio ao desenvolvimento da educação profissional na modalidade a distância;

- Edital nº 004/2013 – Contratação de 05 consultores especialistas em convênios para desenvolver estudos relativos à execução dos convênios e termos de compromisso firmados no período de 2008 a 2013, contemplando a execução física e financeira das ações de infraestrutura e de aquisição de recursos pedagógicos, a análise da oferta de cursos e matrículas, em relação a proposta original, seu lançamento no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, e análise das solicitações de cursos de formação solicitados pelas unidades federativas, no ano de 2014.

A contratação referente ao Edital nº 001/2013 foi realizada no primeiro semestre de 2013, sem, contudo, haver a entrega efetiva dos produtos relacionados durante aquele ano, por problemas ocorridos nos relatórios de matrículas e nos dados coletados do SISTEC, imprescindíveis ao desenvolvimento dos produtos. Tais problemas foram solucionados em novembro de 2013 e só a partir de então os consultores puderam ter acesso aos subsídios para a elaboração dos produtos. Ainda que o atraso na entrega não tenha acarretado prejuízos para a gestão do Programa, eles são ferramentas essenciais para o aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas do programa, fortalecendo a expansão e o desenvolvimento da educação profissional nos Estados.

O processo seletivo referente ao Edital nº 002/2013 foi cancelado por falta de candidatos suficientes que atendessem ao número mínimo de candidatos exigidos no próprio edital. Assim, para garantir a transparência e a impessoalidade na contratação, a SETEC optou pelo cancelamento do referido processo.

As contratações decorrentes dos Editais nº 003 e 004/2013 ocorreram em dezembro de 2013. Os produtos previstos nessas contratações serão essenciais para o fortalecimento das ferramentas de gestão dos Programas Brasil Profissionalizado e Rede e-Tec Brasil.

Em 2013 estavam em vigência contratações efetuadas por meio do Projeto 914BRZ1136.8, em que foram selecionados 17 consultores, com atuações nos referidos programas. As contratações visavam, precipuamente: diagnóstico da execução administrativa e financeira dos programas e a propositura de ações corretivas; diagnóstico e proposta de equipamentos para modernização dos laboratórios do Programa Brasil Profissionalizado; diagnóstico e avaliação da oferta de educação profissional e tecnológica nos estados e sua adequação aos arranjos produtivos locais; e estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, subsidiando a elaboração do currículo específico de educação a distância.

Os produtos das contratações efetuadas em 2012 e cuja execução deu-se em 2013 foram primordiais para o aprimoramento da gestão dos programas, fornecendo elementos necessários para a avaliação dos resultados alcançados e da necessidade de melhorias na execução, no acompanhamento e na avaliação das ações.

Ainda que possam ser identificadas mudanças estruturais na contratação de consultores, a SETEC continua empreendendo esforços para aprimorar ainda mais o processo de seleção e contratação nesta modalidade, visando contratar produtos com maior qualidade e que tenham efetiva aplicabilidade no trabalho da Secretaria.

A seguir estão detalhados todos os contratos vigentes em 2013, conforme especifica a DN TCU nº 127, de 15/5/2013:

**QUADRO B.15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM
ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho			914BRZ1136.8		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 235/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	76.500,00	76.500,00	76.500,00	76.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico, analítico e descritivo contendo o processo de identificação e análise da ação de			23/01/2013	21.800,00	

adequação/correção dos ambientes propostos à recepção de equipamentos para os laboratórios já instalados, e proposta de adequação/correção para implementação de nova demanda de laboratórios padrão já definidos, com relação à infraestrutura.		
Documento técnico contendo orientações e recomendações de infraestrutura para montagem de cada um dos novos laboratórios padrão MEC/SETEC.	25/02/2013	24.100,00
Documento técnico, analítico e descritivo, contendo mapeamento e diagnóstico do uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), com proposta de alternativas de utilização do RDC para infraestrutura dos laboratórios.	15/04/2013	10.300,00
Documento técnico contendo estudo analítico das questões relacionadas à infraestrutura dos laboratórios, contemplando subsídios para apoiar o processo de adaptação a partir das interferências verificadas entre os projetos de edificações e de layout.	20/06/2013	20.300,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria Teresa Pessoa Gonçalves	CPF: 135.936.118-99	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 190/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	76.500,00	76.500,00	76.500,00	76.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 1.417,20					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico descritivo com diagnóstico e avaliação geral da execução dos convênios no aspecto financeiro e respectivo resumo executivo, abrangendo os anos de 2008-2012, nos Estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio de Janeiro			23/01/2013	19.100,00	
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados do Ceará e Rio de Janeiro			25/02/2013	15.500,00	
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados da Bahia e do Piauí			15/04/2013	23.000,00	
Relatório técnico analítico descritivo e propositivo constando sugestões de ações corretivas e afirmativas, relação de boas práticas administrativas e minutas de orientações para implementação de ações/atividades destinadas à superação de dificuldades e fragilidades administrativas identificadas nos Estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio de Janeiro			20/06/2013	19.100,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Aline Sá Cavalcanti				CPF: 616.527.843-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 191/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	76.500,00	76.500,00	76.500,00	76.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 1.514,68					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico descritivo com diagnóstico e avaliação geral da execução dos convênios no aspecto financeiro e respectivo resumo executivo, abrangendo os anos de 2008-2012, nos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe			23/01/2013	19.100,00	
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe			25/02/2013	15.500,00	
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte			15/04/2013	23.000,00	
Relatório técnico analítico descritivo e propositivo constando sugestões de ações corretivas e afirmativas, relação de boas práticas administrativas e minutas de orientações para implementação de ações/atividades destinadas à superação de dificuldades e fragilidades administrativas identificadas nos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe			20/06/2013	19.100,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Andrea Perotti Harrop				CPF: 932.180.284-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 1203/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	76.500,00	76.500,00	76.500,00	76.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 1.995,40					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico descritivo com diagnóstico e avaliação geral da execução dos convênios no aspecto financeiro e respectivo resumo executivo, abrangendo os anos de 2008-2012, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima			23/01/2013	19.100,00	
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados do Amapá, Amazonas e Rondônia			25/02/2013	15.500,00	
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados do Acre, Pará e Roraima			15/04/2013	23.000,00	
Relatório técnico analítico descritivo e propositivo constando sugestões de ações corretivas e afirmativas, relação de boas práticas administrativas e minutas de orientações para implementação de ações/atividades destinadas à superação de dificuldades e fragilidades administrativas identificadas nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima			20/06/2013	19.100,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Katiene Holanda da Silva				CPF: 654.800.312-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 189/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	76.500,00	76.500,00	76.500,00	76.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico analítico descritivo com diagnóstico e avaliação geral da execução dos convênios no aspecto financeiro e respectivo resumo executivo, abrangendo os anos de 2008-2012, nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.				23/01/2013	19.100,00
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.				25/02/2013	15.500,00
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados do Paraná.				15/04/2013	23.000,00
Relatório técnico analítico descritivo e propositivo constando sugestões de ações corretivas e afirmativas, relação de boas práticas administrativas e minutas de orientações para implementação de ações/atividades destinadas à superação de dificuldades e fragilidades administrativas identificadas nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.				20/06/2013	19.100,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Luciana Pinto Pereira				CPF: 981.905.631-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 883/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações na Rede e-Tec Brasil, contemplando a formalização dos instrumentos e métodos propostos, além da identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, tendo como referência as ações executadas de janeiro a outubro de 2012, nos Estados indicados, integrantes da rede				23/03/2013	10.500,00
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, com destaque para os Polos e cursos implementados, tendo como referência o período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, nos Estados indicados, integrantes da rede.				25/05/2013	16.400,00
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, no período de março a junho de 2013, e subsídios para elaboração de currículo específico de EAD, e sugestão de critérios para criação de novos Polos e aderência dos cursos aos APL's, nos Estados indicados, integrantes da rede.				20/06/2013	20.600,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marcio Henrique Guedes Senise				CPF: 184.810.191-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 875/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	43.000,00	43.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento descritivo e analítico das ações e atividades desenvolvidas para oferta de cursos técnicos, com identificação das dificuldades, sobreposições, ausências, incluindo a análise de possíveis interações entre as redes federal, estadual, municipal e privada, nos Estados indicados.				23/03/2013	10.200,00
Documento descritivo e analítico da situação dos arranjos produtivos locais e regionais, do Ensino Médio e do Ensino Fundamental nos Estados indicados participantes do Programa Brasil Profissionalizado, articulados a EPT e considerando os níveis populacionais.				25/05/2013	13.700,00
Documento Técnico contendo estudo analítico do processo de articulação da oferta de EPT com os Ensinos Médio e Fundamental e, com os arranjos produtivos locais, contemplando as ações de planejamento e execução das medidas integradoras para o estabelecimento do plano articulado de desenvolvimento de EPT, nos Estados indicados				20/06/2013	4.500,00
Documento Técnico contendo estudo analítico do resultado da pesquisa de avaliação da EPT, contemplando a proposta de indicadores de ajustamento de oferta de vagas das redes de Educação Profissional e Tecnológica à educação básica, aos arranjos produtivos locais e a disposição das microrregiões, nos Estados indicados participantes do Programa Brasil Profissionalizado.				30/06/2013	14.600,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Francisco da Costa e Silva Sobrinho				CPF: 039.197.653-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 892/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	43.000,00	43.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento descritivo e analítico das ações e atividades desenvolvidas para oferta de cursos técnicos, com identificação das dificuldades, sobreposições, ausências, incluindo a análise de possíveis interações entre as redes federal, estadual, municipal e privada, nos Estados indicados.				23/03/2013	10.200,00
Documento descritivo e analítico da situação dos arranjos produtivos locais e regionais, do Ensino Médio e do Ensino Fundamental nos Estados indicados participantes do Programa Brasil Profissionalizado, articulados a EPT e considerando os níveis populacionais.				25/05/2013	13.700,00
Documento Técnico contendo estudo analítico do processo de articulação da oferta de EPT com os Ensinos Médio e Fundamental e, com os arranjos produtivos locais, contemplando as ações de planejamento e execução das medidas integradoras para o estabelecimento do plano articulado de desenvolvimento de EPT, nos Estados indicados				20/06/2013	4.500,00
Documento Técnico contendo estudo analítico do resultado da pesquisa de avaliação da EPT, contemplando a proposta de indicadores de ajustamento de oferta de vagas das redes de Educação Profissional e Tecnológica à educação básica, aos arranjos produtivos locais e a disposição das microrregiões, nos Estados indicados participantes do Programa Brasil Profissionalizado.				30/06/2013	14.600,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Elaine Filomena Cárceres Vitor				CPF: 638.358.609-25	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 881/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações na Rede e-Tec Brasil, contemplando a formalização dos instrumentos e métodos propostos, além da identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, tendo como referência as ações executadas de janeiro a outubro de 2012, nos Estados indicados, integrantes da rede			23/03/2013	10.500,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, com destaque para os Polos e cursos implementados, tendo como referência o período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, nos Estados indicados, integrantes da rede.			25/05/2013	16.400,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, no período de março a junho de 2013, e subsídios para elaboração de currículo específico de EAD, e sugestão de critérios para criação de novos Polos e aderência dos cursos aos APL's, nos Estados indicados, integrantes da rede.			20/06/2013	20.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Alessandra Paula de Sousa Anjos				CPF: 727.017.901-82	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 889/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações na Rede e-Tec Brasil, contemplando a formalização dos instrumentos e métodos propostos, além da identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, tendo como referência as ações executadas de janeiro a outubro de 2012, nos Estados indicados, integrantes da rede			23/03/2013	10.500,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, com destaque para os Polos e cursos implementados, tendo como referência o período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, nos Estados indicados, integrantes da rede.			25/05/2013	16.400,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, no período de março a junho de 2013, e subsídios para elaboração de currículo específico de EAD, e sugestão de critérios para criação de novos Polos e aderência dos cursos aos APL's, nos Estados indicados, integrantes da rede.			20/06/2013	20.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Deusa de Nazaré Martins Lobato				CPF: 305.423.592-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 783/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	76.500,00	76.500,00	76.500,00	76.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 496,20					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico descritivo com diagnóstico e avaliação geral da execução dos convênios no aspecto financeiro e respectivo resumo executivo, abrangendo os anos de 2008-2012, nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás e Distrito Federal			23/01/2013	19.100,00	
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul			25/02/2013	15.500,00	
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal			15/04/2013	23.000,00	
Relatório técnico analítico descritivo e propositivo constando sugestões de ações corretivas e afirmativas, relação de boas práticas administrativas e minutas de orientações para implementação de ações/atividades destinadas à superação de dificuldades e fragilidades administrativas identificadas nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás e Distrito Federal			20/06/2013	19.100,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Sofia Mendes Marinho				CPF: 845.830.101-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 207/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	76.500,00	76.500,00	76.500,00	76.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 2.161,20					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico analítico descritivo com diagnóstico e avaliação geral da execução dos convênios no aspecto financeiro e respectivo resumo executivo, abrangendo os anos de 2008-2012, nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo				23/01/2013	19.100,00
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados do Maranhão e São Paulo				25/02/2013	15.500,00
Documento técnico analítico descritivo com detalhamento dos pontos de estrangulamento e fragilidades administrativas verificadas no cumprimento do Plano de Trabalho e a utilização do sistema informatizado, no período compreendido entre os anos de 2008-2012, com destaque para o nível de execução nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais				15/04/2013	23.000,00
Relatório técnico analítico descritivo e propositivo constando sugestões de ações corretivas e afirmativas, relação de boas práticas administrativas e minutas de orientações para implementação de ações/atividades destinadas à superação de dificuldades e fragilidades administrativas identificadas nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo				20/06/2013	19.100,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Carla Cristhine Soares Fonseca Ramos				CPF: 866.817.026-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 882/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações na Rede e-Tec Brasil, contemplando a formalização dos instrumentos e métodos propostos, além da identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, tendo como referência as ações executadas de janeiro a outubro de 2012, nos Estados indicados, integrantes da rede				23/03/2013	10.500,00
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, com destaque para os Polos e cursos implementados, tendo como referência o período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, nos Estados indicados, integrantes da rede.				25/05/2013	16.400,00
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, no período de março a junho de 2013, e subsídios para elaboração de currículo específico de EAD, e sugestão de critérios para criação de novos Polos e aderência dos cursos aos APL's, nos Estados indicados, integrantes da rede.				20/06/2013	20.600,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Eleuse de Almeida Mousinho				CPF: 097.424.841-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 891/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 0,00					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações na Rede e-Tec Brasil, contemplando a formalização dos instrumentos e métodos propostos, além da identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, tendo como referência as ações executadas de janeiro a outubro de 2012, nos Estados indicados, integrantes da rede				23/03/2013	10.500,00
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, com destaque para os Polos e cursos implementados, tendo como referência o período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, nos Estados indicados, integrantes da rede.				25/05/2013	16.400,00
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, no período de março a junho de 2013, e subsídios para elaboração de currículo específico de EAD, e sugestão de critérios para criação de novos Polos e aderência dos cursos aos APL's, nos Estados indicados, integrantes da rede.				20/06/2013	20.600,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Herbert Soares Ferreira				CPF: 675.683.006-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

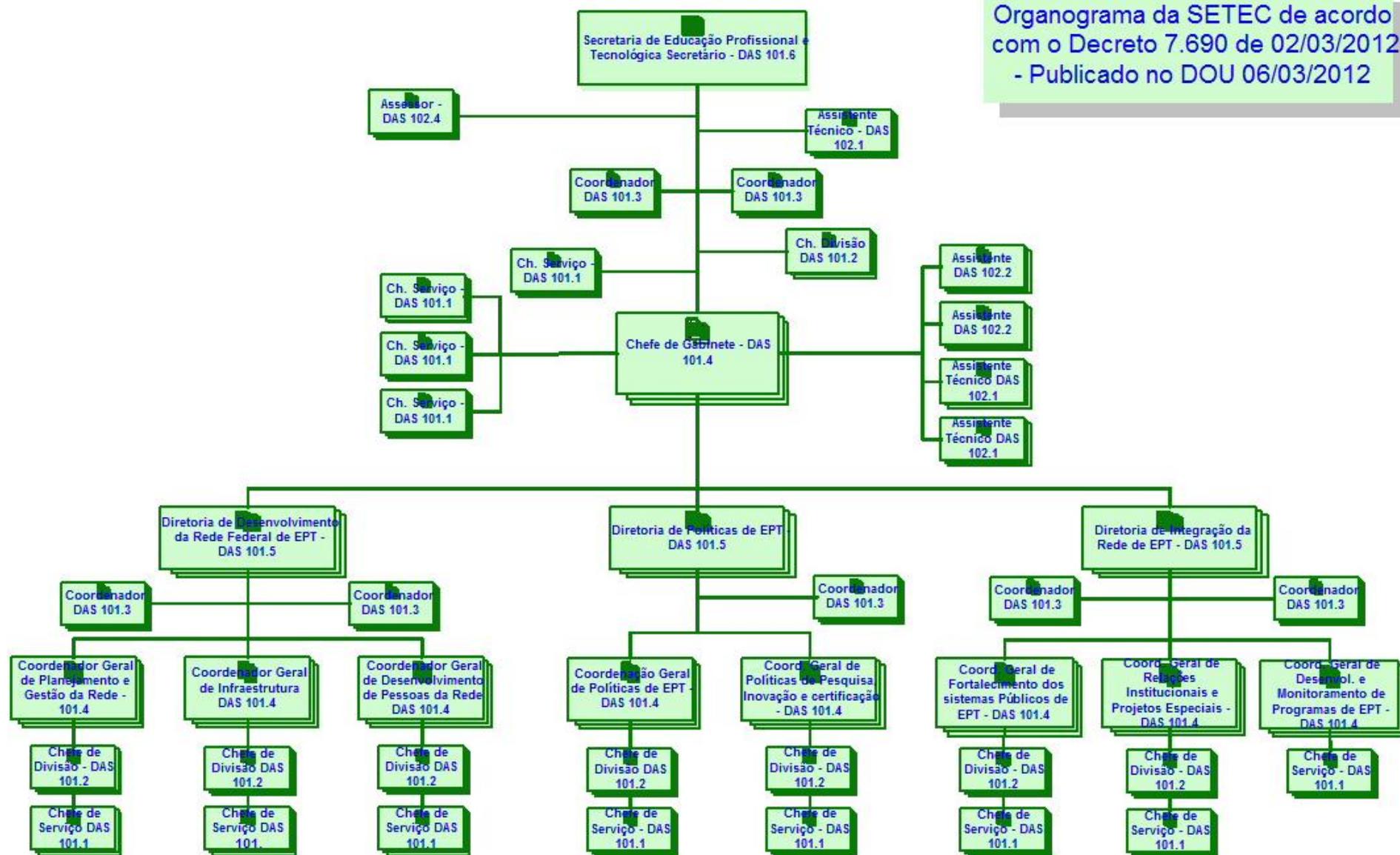
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 893/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 2.846,20					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações na Rede e-Tec Brasil, contemplando a formalização dos instrumentos e métodos propostos, além da identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, tendo como referência as ações executadas de janeiro a outubro de 2012, nos Estados indicados, integrantes da rede			23/03/2013	10.500,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, com destaque para os Polos e cursos implementados, tendo como referência o período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, nos Estados indicados, integrantes da rede.			25/05/2013	16.400,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, no período de março a junho de 2013, e subsídios para elaboração de currículo específico de EAD, e sugestão de critérios para criação de novos Polos e aderência dos cursos aos APL's, nos Estados indicados, integrantes da rede.			20/06/2013	20.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Luis Claudio de Almeida				CPF: 045.110.658-02	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho				914BRZ1136.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 880/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 3.967,20					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações na Rede e-Tec Brasil, contemplando a formalização dos instrumentos e métodos propostos, além da identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, tendo como referência as ações executadas de janeiro a outubro de 2012, nos Estados indicados, integrantes da rede			23/03/2013	10.500,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, com destaque para os Polos e cursos implementados, tendo como referência o período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, nos Estados indicados, integrantes da rede.			25/05/2013	16.400,00	
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, no período de março a junho de 2013, e subsídios para elaboração de currículo específico de EAD, e sugestão de critérios para criação de novos Polos e aderência dos cursos aos APL's, nos Estados indicados, integrantes da rede.			20/06/2013	20.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rosa Maria Lopes de Sousa				CPF: 479.272.753-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – Educação Científica, Tecnológica e Formação para o Trabalho					914BRZ1136.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 878/2013					
Orientações e diretrizes para a avaliação interna dos impactos do Programa junto às unidades da federação com execução dos convênios já avançados e com unidades escolares concluídas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/01/2013	30/06/2013	47.500,00	47.500,00	47.500,00	47.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – 4.864,00					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações na Rede e-Tec Brasil, contemplando a formalização dos instrumentos e métodos propostos, além da identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, tendo como referência as ações executadas de janeiro a outubro de 2012, nos Estados indicados, integrantes da rede				23/03/2013	10.500,00
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, com destaque para os Polos e cursos implementados, tendo como referência o período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, nos Estados indicados, integrantes da rede.				25/05/2013	16.400,00
Documento Técnico contendo o estudo analítico dos resultados verificados no processo de aplicação do instrumento e metodologia de avaliação do processo de implantação/implementação das ações da Rede e-Tec Brasil, contemplando a identificação das principais dificuldades ocorridas e, sugestões de aperfeiçoamento do processo em execução, no período de março a junho de 2013, e subsídios para elaboração de currículo específico de EAD, e sugestão de critérios para criação de novos Polos e aderência dos cursos aos APL's, nos Estados indicados, integrantes da rede.				20/06/2013	20.600,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Waldete Pereira Rosa				CPF: 190.107.101-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

ANEXO I – ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DA SETEC

Organograma da SETEC de acordo com o Decreto 7.690 de 02/03/2012 - Publicado no DOU 06/03/2012



ANEXO II - DETALHAMENTO DOS REPASSES REALIZADOS EM 2013 PARA AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS, POR MANTENEDORA, EM R\$.

SISTEC - RELATÓRIO PAGAMENTO - 07/12/13		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
MANTENEDORA		Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repasses
CNPJ	TOTAL	347		36,536		80,305		10,972		192		128,352	56.692.601,84
32.697.294/00 01-49	ABES - SOCIEDADE BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA					272	81.328,00	53	15.847,00			325	97.175,00
07.991.012/00 01-74	ADEA - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANÇADO LTDA					121	42.350,00	467	126.946,00			588	169.296,00
05.793.817/00 01-88	ANDREIA LEITE DOS SANTOS			1,05	618.836,00	1,043	614.813,76	36	20.463,12			2,129	1.254.112,88
83.649.830/00 01-71	ASSOCIACAO BENEFICENTE DA INDUSTRIA CARBONIFERA DE SANTA CATARINA (SATC)					387	152.865,00	4	1.580,00			391	154.445,00
31.886.146/00 01-00	ASSOCIACAO CARIOCA DE ENSINO SUPERIOR							190	80.180,00	105	44.400,30	295	124.580,30
09.993.940/00 01-01	ASSOCIACAO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR - ASCES			141	23.016,00	142	23.168,00	5	764,00			288	46.948,00
01.923.317/00 01-62	ASSOCIACAO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL			216	65.736,00	195	59.755,00					411	125.491,00
78.231.024/00 01-49	ASSOCIACAO DE ENSINO JERONIMO GOMES DE MEDEIROS	8	4.200,00	184	96.600,00	183	96.075,00	31	16.275,00			406	213.150,00
96.509.583/00 01-50	ASSOCIACAO EDUCACIONAL AMERICANENSE					1,293	527.596,55	196	79.314,24	15	6.028,57	1,504	612.939,36
56.569.197/00 01-39	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR			271	79.065,00	329	96.262,00	28	8.988,43			628	184.315,43
32.478.380/00 01-60	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE VITORIA			127	44.704,00	126	44.352,00					253	89.056,00
43.374.768/00 01-38	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO			3,644	1.570.634,00	3,553	1.529.865,50	295	125.625,15			7,492	3.226.124,65
01.203.528/00 01-20	ASSOCIACAO EDUCATIVA E CULTURAL DE CAMACARI					156	62.388,00	29	11.310,00			185	73.698,00
51.483.907/00 01-90	ASSOCIACAO LIMEIRENSE DE EDUCACAO ALIE			874	342.000,00	829	324.600,00	5	2.040,00			1,708	668.640,00
06.210.266/00 01-45	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARA-ADEPA			404	167.054,00	403	166.639,00					807	333.693,00
76.659.820/00 01-51	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	18	9.198,00	20	10.220,00	20	10.220,00					58	29.638,00
49.094.048/00 01-03	ASSOCIACAO PAULISTA DE EDUCACAO E CULTURA							535	182.165,00			535	182.165,00
08.867.659/00 01-51	CAIC EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA ME			1,351	604.870,00	1,991	891.890,00	4	1.800,00			3,346	1.498.560,00
04.630.378/00 01-20	CENAP - CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL S/S LTDA.			122	105.943,00	122	105.943,00	121	105.570,46			365	317.456,46

SISTEC - RELATÓRIO PAGAMENTO - 07/12/13		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
MANTENEDORA		Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repasses
07.358.406/00 01-90	CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL DELTA LTDA			255	149.613,00	255	149.613,00	191	111.626,39			701	410.852,39
07.285.642/00 01-23	CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL LTDA			212	108.654,00	207	106.194,00	12	5.785,89			431	220.633,89
00.903.975/00 01-20	CENTRO DE ENSINO METODO LTDA			77	40.656,00	77	40.656,00					154	81.312,00
03.220.293/00 01-00	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOM ALBERTO LTDA			282	127.908,00	282	127.908,00	1	440,00			565	256.256,00
03.371.400/00 01-00	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA					242	72.358,00	83	24.817,00			325	97.175,00
00.078.220/00 01-38	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL LTDA					238	110.500,00	18	9.000,00			256	119.500,00
08.297.432/00 01-18	CENTRO EDUCACIONAL DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES SANTA RITA			267	141.962,00	266	141.235,00	26	14.103,00			559	297.300,00
01.428.030/00 01-66	CENTRO EDUCACIONAL HYARTE-ML LTDA					101	47.470,00	28	13.160,00			129	60.630,00
08.241.911/00 01-12	CENTRO INTEGRADO PARA FORMACAO DE EXECUTIVOS					501	200.400,00	309	123.600,00	3	1.200,00	813	325.200,00
02.271.913/00 01-78	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA			72	36.000,00	72	36.000,00					144	72.000,00
10.390.780/00 01-87	CENTRO TECNICO EDUCACIONAL SOMARTI LTDA			138	44.038,00	138	44.038,00	2	634,00			278	88.710,00
60.243.961/00 01-59	CENTRO UNIFICADO DE EDUCACAO BARRETOS LTDA					12	4.983,00	4	1.668,23			16	6.651,23
41.268.053/00 01-75	CEPROSC CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL SAO CAMILO LTDA					353	157.331,00	3	1.254,36			356	158.585,36
00.422.333/00 01-09	CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA					2,26	1.072.593,18	110	55.071,28			2,37	1.127.664,46
07.761.676/00 01-47	CETEC EDUCACIONAL S.A.			3,045	1.649.228,00	3,037	1.644.613,00	1	498,67	1	498,67	6,084	3.294.838,34
04.304.344/00 01-45	CETEF - CENTRO DE ENSINO TECNOLOGICO FLORIANOPOLIS LTDA			157	68.883,00	157	68.883,00	75	31.663,75			389	169.429,75
04.801.617/00 01-67	CETEM-CENTRO DE ENSINO TECNICO MATOGROSSENSE LTDA			292	112.440,00	292	112.440,00	218	84.298,40			802	309.178,40
06.123.247/00 01-81	CETTA - CENTRO DE EDUCACAO TECNICA E TECNOLOGICA ALVARES DE AZEVEDO LTDA			1,155	606.203,00	1,152	604.632,00	1	575,38			2,308	1.211.410,38
02.843.943/00 01-01	CEUDESP - CENTRO DE EDUCACAO UNIVERSITARIO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA			2,582	1.588.241,00	3,912	2.380.545,00	1,088	645.265,12			7,582	4.614.051,12
06.168.866/00 01-92	COLEGIO AMERICA DO NORTE LTDA					270	55.096,00	31	5.434,43			301	60.530,43
02.344.550/00 01-53	COLEGIO EDUCACIONAL DE SUPLENCIA E TECNICO LTDA			986	410.825,18	906	377.986,48	21	8.731,66			1,913	797.543,32
05.661.250/00 01-96	COLEGIO EDUCACIONAL METROPOLE LTDA					306	99.447,85	27	9.228,75			333	108.676,60

SISTEC - RELATÓRIO PAGAMENTO - 07/12/13		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
MANTENEDORA		Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repasses
08.856.098/00 01-95	CONGREGACAO REDENTORISTA NORDESTINA			171	74.742,00	171	74.742,00					342	149.484,00
62.984.091/00 01-02	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.					951	382.100,00	10	4.000,00			961	386.100,00
02.599.032/00 01-80	DAMA CENTRO REGIONAL DE ENSINO TECNICO LTDA - ME			312	139.021,00	312	139.021,00	10	4.559,66			634	282.601,66
04.509.290/00 01-54	EACON - ESCOLA DE AVIACAO CONGONHAS - SANTOS LTDA EPP			582	196.101,00	614	207.142,00	1	325,00			1,197	403.568,00
38.733.648/00 01-40	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A			1,244	643.710,00	1,228	635.441,00	194	97.225,00			2,666	1.376.376,00
04.167.858/00 01-04	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA			256	138.880,00	232	125.176,00	21	8.463,00			509	272.519,00
08.596.573/00 01-31	ELAN EMPREENDIMENTOS CULTURAIS L. A NUNES LTDA			625	282.805,40	621	281.182,40	47	20.872,00			1,293	584.859,80
03.884.793/00 01-47	EMPREENDIMENTO EDUCACIONAL MARACANAU LTDA.			96	19.499,00	90	18.363,00	6	1.332,00			192	39.194,00
06.009.809/00 01-60	ESCOLA DE ENSINO MEDIO E TECNICO LTDA			64	22.784,00	64	22.784,00					128	45.568,00
60.960.416/00 01-83	ESCOLA JOAO XXIII S/S LTDA - EPP	81	30.122,28	96	35.700,48	91	33.821,72	12	4.462,56			280	104.107,04
24.728.008/00 01-37	ESCOLA TECNICA DE COMERCIO TIRADENTES					25	13.800,00	25	13.800,00			50	27.600,00
08.690.642/00 01-71	ESSA ESCOLA DE SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO LTDA			282	56.302,00	282	56.308,00	25	5.365,90			589	117.975,90
21.420.856/00 01-96	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS			71	21.165,00	71	21.165,00					142	42.330,00
59.764.555/00 01-52	FUNDACAO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS			141	57.014,00	166	65.272,00	23	7.659,00			330	129.945,00
20.533.295/00 01-79	FUNDACAO EDUCACIONAL ALTO MEDIO SAO FRANCISCO					194	63.747,00	9	3.159,00			203	66.906,00
84.714.682/00 01-94	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE			47	18.523,00	46	17.996,00	30	12.126,00			123	48.645,00
22.075.444/00 01-29	FUNDACAO EDUCACIONAL DE LAVRAS					100	33.040,00	96	31.520,00			196	64.560,00
53.893.582/00 01-49	FUNDACAO EDUCACIONAL DE PENAPOLIS					49	15.043,00	5	1.535,00			54	16.578,00
45.164.654/00 01-99	FUNDACAO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA					671	394.586,00	66	39.059,07			737	433.645,07
96.216.841/00 01-00	FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA			40	24.730,00	34	21.318,00					74	46.048,00
92.034.321/00 01-25	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO			103	48.056,00	103	48.056,00	15	6.591,63			221	102.703,63
04.298.309/00 01-60	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A			358	196.764,00	357	196.189,00					715	392.953,00

SISTEC - RELATÓRIO PAGAMENTO - 07/12/13		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
MANTENEDORA		Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repasses
10.297.324/00 01-97	GUATAG ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA EDUCACIONAL			39	17.745,00	39	17.745,00	39	17.745,00			117	53.235,00
06.011.788/00 01-18	GUIDE EMPREENDIMENTOS LTDA					114	59.280,00					114	59.280,00
08.101.441/00 01-91	IEB - INSTITUTO EDUCACIONAL BH LTDA ME			654	240.640,00	638	234.652,00	334	124.333,00			1,626	599.625,00
60.553.724/00 01-94	INACI ASSOCIACAO DE ENSINO			2,02	810.242,00	2,018	809.500,00	85	33.739,91	2	856,00	4,125	1.654.337,91
04.778.588/00 01-60	INSTITUTO DE ENSINO SAO SEBASTIAO LTDA					61	20.313,00	28	9.324,00			89	29.637,00
03.791.661/00 01-70	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE INDAIATUBA LTDA					783	513.231,00	25	16.448,00			808	529.679,00
63.182.539/00 01-29	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR JUVENCIO TERRA LTDA - ME					265	79.235,00	9	2.691,00			274	81.926,00
05.102.134/00 01-37	INSTITUTO EDUCACIONAL GUILHERME DORCA S/S LTDA			44	20.005,00	44	20.005,00					88	40.010,00
03.211.847/00 01-03	INSTITUTO EDUCACIONAL JAGUARY LTDA					575	369.355,00	14	9.332,00			589	378.687,00
78.624.202/00 01-00	INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA					1,272	887.960,00	7	5.145,00			1,279	893.105,00
05.969.033/00 01-68	INSTITUTO MAUA DE PESQUISA E EDUCACAO - ME			312	101.088,00	305	98.820,00	97	31.428,00			714	231.336,00
09.386.873/00 01-59	INSTITUTO MERIDIONAL DE EDUCACAO E PESQUISA			66	33.000,00	66	33.000,00					132	66.000,00
44.351.146/00 01-57	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR					53	21.025,00					53	21.025,00
93.005.494/00 01-88	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA							20	10.300,00			20	10.300,00
62.881.099/00 01-35	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR					3,191	1.171.421,67	596	265.814,98	11	5.078,67	3,798	1.442.315,32
02.745.324/00 01-84	INSTITUTO SUMARE DE EDUCACAO SUPERIOR ISES LTDA					3,539	1.522.009,00	389	166.949,34	7	3.005,66	3,935	1.691.964,00
05.571.232/00 01-13	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO AGATA LTDA.			85	23.990,00	121	34.430,00					206	58.420,00
09.321.750/00 01-30	INSTITUTO TECBRASIL DE EDUCACAO E TECNOLOGIA			119	68.093,00	119	68.093,00					238	136.186,00
33.005.265/00 01-31	IUNI EDUCACIONAL S.A			930	497.767,00	917	491.301,00					1,847	989.068,00
07.453.262/00 01-50	IZIDORO E POGIAN LTDA - ME					152	75.010,24	71	35.033,16			223	110.043,40
05.648.257/00 01-78	MINAS GERAIS EDUCACAO SA			137	73.021,00	136	72.488,00	21	11.199,93			294	156.708,93
75.118.406/00 01-72	OPET ORGANIZACAO PARANAENSE DE ENSINO TECNICO LTDA	18	7.866,00	161	70.357,00	161	70.357,00	16	7.000,00			356	155.580,00

SISTEC - RELATÓRIO PAGAMENTO - 07/12/13		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
MANTENEDORA		Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repasses
74.000.738/00 01-95	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA			294	180.810,00	283	174.045,00	170	104.550,00			747	459.405,00
03.239.470/00 01-09	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA			1,2	634.548,00	1,186	627.152,00	226	119.720,00			2,612	1.381.420,00
12.316.217/00 01-94	PREMIERCEDTEC EDUCACAO PROFISSIONAL LTDA ME			78	38.704,00	78	38.704,00					156	77.408,00
43.395.177/00 01-47	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA					384	161.087,00	47	19.719,95	6	2.400,00	437	183.206,95
04.986.320/00 01-13	SER EDUCACIONAL S.A.					19,173	6.983.102,00	2,27	802.199,20	1	375,33	21,444	7.785.676,53
34.078.881/00 01-85	SERVICO SOCIAL EDUCACIONAL BENEFICENTE SESEBE					46	17.526,00	21	8.001,00			67	25.527,00
92.959.600/00 01-08	SIND DOS TRAB NAS INDS MET MEC E DE MAT ELET DE PALEGRE			41	16.892,00	41	16.892,00					82	33.784,00
45.099.843/00 01-25	SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCACAO E CULTURA					58	13.668,00	7	1.923,00			65	15.591,00
13.013.263/00 01-87	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA					2,08	520.250,00	229	54.371,12			2,309	574.621,12
07.623.555/00 01-39	SOCIEDADE DE ENSINO DIVINOPOLIS LTDA			492	215.496,00	484	211.992,00	27	11.828,52			1,003	439.316,52
70.118.716/00 01-73	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA SOCIEDADE SIMPLES LTDA					69	45.954,00	5	3.330,00			74	49.284,00
00.127.468/00 01-41	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE CIENCIAS E TECNOLOGIA SC - ME			21	4.746,00	21	4.746,00					42	9.492,00
07.584.894/00 01-53	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE JUIZ DE FORA LTDA			645	310.172,00	644	309.734,00	10	5.880,00			1,299	625.786,00
84.684.182/00 01-57	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA			2,604	1.058.595,00	2,595	1.058.251,00	139	53.070,48	1	410,25	5,339	2.170.326,73
03.286.216/00 02-34	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO FUTURO LTDA					582	305.382,91	149	70.761,56			731	376.144,47
04.656.940/00 01-94	SOCIEDADE EDUCACIONAL ID LTDA			456	319.200,00	454	317.800,00					910	637.000,00
01.894.432/00 01-56	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA			52	27.352,00	51	26.826,00	1	526,00			104	54.704,00
03.665.246/00 01-70	SOCIEDADE EDUCACIONAL PINTO E MENEZES LTDA - ME					95	38.380,00	73	29.492,00	37	14.948,00	205	82.820,00
09.108.340/00 01-05	SOCIEDADE EDUCACIONAL RIOGRANDENSE LTDA.			45	22.500,00	45	22.500,00					90	45.000,00
54.281.373/00 01-07	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	15	5.565,00	172	63.812,00	168	62.328,00	123	45.641,80	3	1.115,64	481	178.462,44
50.005.735/00 01-86	SOCIEDADE EMPRESARIA DE ENSINO SUPERIOR DO LITORAL NORTE LTDA					63	24.775,00	74	29.600,00			137	54.375,00
41.805.938/00 01-66	SUPERE SERVICOS E MARKETING LTDA	199	103.506,00	202	105.003,00	202	105.003,00	153	80.031,79			756	393.543,79

SISTEC - RELATÓRIO PAGAMENTO - 07/12/13		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
MANTENEDORA		Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repass e	Matrículas	Repasses
69.111.227/00 01-00	TABLEAU EDUCACIONAL S/C LTDA			420	177.030,00	417	175.710,00	19	7.391,00			856	360.131,00
03.724.185/00 01-75	TJACAREI COLEGIO LTDA-EPP			353	160.990,00	348	158.698,00	168	77.394,18			869	397.082,18
07.134.096/00 01-20	UNEPI UNIAO DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA LTDA			698	165.100,00	1,313	316.435,00	78	19.829,00			2,089	501.364,00
04.492.733/00 01-41	UNIAO DE FACULDADES DO AMAPA LTDA			635	337.820,00	632	336.224,00	77	40.964,00			1,344	715.008,00
01.208.350/00 01-00	UNIAO DINAMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA					163	80.054,50	114	57.226,73			277	137.281,23
02.304.386/00 01-50	UNIAO POTIGUAR DE ENSINO LTDA			311	75.382,00	569	141.478,00	79	20.294,80			959	237.154,80
14.793.478/00 01-20	UNIC EDUCACIONAL LTDA			218	115.480,00	214	113.360,00	46	24.380,00			478	253.220,00
02.959.800/00 01-60	UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E CULTURA LTDA.			507	267.762,00	498	263.008,00	72	38.160,00			1,077	568.930,00
01.207.056/00 01-84	UNINGA - UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR INGA LTDA	8	2.000,00	113	28.218,00	107	26.720,00	1	249,67			229	57.187,67

ANEXO III – INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO

Este anexo contém o Quadro A.4.4.1 – ‘Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência’, referente ao item 5.4.1 deste Relatório: Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	
CNPJ: 00.394.445/0532-13	UG/GESTÃO: 150016/00001
Informações sobre as Transferências	

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	17	IF-Paraná	423.685,29	-	423.685,29	423.685,29	19/07/2013	19/01/2014	1
3	42	IF-Tocantins	1.677.462,00	-	1.677.462,00	1.677.462,00	19/07/2013	19/03/2014	1
3	102	IF-Farroupilha	1.660.000,00	-	1.660.000,00	1.660.000,00	19/07/2013	19/01/2014	1
3	108	IF-Farroupilha	857.960,37	-	857.960,37	857.960,37	12/11/2013	12/11/2014	1
3	211	IF-Paraíba	436.250,00	-	436.250,00	436.250,00	10/07/2013	10/08/2013	1
3	219	IF-Rio Grande do Norte	5.998.876,05	-	4.500.000,00	4.500.000,00	02/10/2013	02/08/2014	1
3	221	IF-Rio Grande do Norte	5.978.712,57	-	4.500.000,00	4.500.000,00	02/10/2013	02/08/2014	1
3	223	IF-Goiano	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00	10/07/2013	10/08/2013	1
3	224	IF-Triângulo Mineiro	1.266.523,30	-	1.266.523,30	1.266.523,30	19/07/2013	19/12/2013	1
3	231	IF-Rio Grande do Norte	570.000,00	-	570.000,00	570.000,00	14/08/2013	14/02/2014	1
3	232	IF-Rio Grande do Norte	570.000,00	-	570.000,00	570.000,00	14/08/2013	14/02/2014	1
3	233	IF-Rio Grande do Norte	570.000,00	-	570.000,00	570.000,00	14/08/2013	14/02/2014	1
3	236	IF-Pará	212.146,00	-	212.146,00	212.146,00	10/07/2013	10/11/2013	1
3	241	IF-Fluminense	3.470.000,00	-	3.470.000,00	3.470.000,00	09/09/2013	09/10/2013	1
3	242	IF-Maranhão	1.200.000,00	-	1.200.000,00	1.200.000,00	19/07/2013	19/02/2014	1

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	260	IF-Rio Grande do Norte	303.209,00	-	303.209,00	303.209,00	22/08/2013	22/02/2014	1
3	261	IF-Rio Grande do Norte	1.607.376,51	-	1.607.376,51	1.607.376,51	17/09/2013	17/09/2014	1
3	264	IF-Paraná	511.240,00	-	511.240,00	511.240,00	10/07/2013	10/02/2014	1
3	278	IF-Rio Grande do Norte	42.994,73	-	42.994,73	42.994,73	22/08/2013	22/02/2014	1
3	283	IF-Rio Grande do Norte	1.028.431,03	-	1.028.431,03	1.028.431,03	22/08/2013	22/12/2013	1
3	286	IF-Rio Grande do Norte	455.542,89	-	455.542,89	455.542,89	26/08/2013	26/02/2014	1
3	288	IF-Rio Grande do Norte	1.596.611,38	-	1.596.611,38	1.596.611,38	18/09/2013	18/07/2014	1
3	289	IF-Rio Grande do Norte	352.899,00	-	352.899,00	352.899,00	26/08/2013	26/02/2014	1
3	290	IF-Rio Grande do Norte	655.889,25	-	655.889,25	655.889,25	22/08/2013	22/01/2014	1
3	291	IF-Rio Grande do Norte	301.645,07	-	301.645,07	301.645,07	26/08/2013	26/11/2013	1
3	293	IF-Rio Grande do Norte	699.776,20	-	699.776,20	699.776,20	26/08/2013	26/02/2014	1
3	298	IF-Rio Grande do Norte	187.489,71	-	187.489,71	187.489,71	26/08/2013	26/12/2013	1
3	301	IF-Rio Grande do Norte	260.000,00	-	260.000,00	260.000,00	18/09/2013	18/02/2014	1
3	304	IF-Rio Grande do Norte	1.100.000,00	-	1.100.000,00	1.100.000,00	22/08/2013	22/12/2013	1
3	310	IF-Rio Grande do Norte	1.209.860,00	-	1.209.860,00	1.209.860,00	18/09/2013	18/03/2014	1
3	338	IF-Rio Grande do Norte	800.000,00	-	800.000,00	800.000,00	03/09/2013	03/12/2013	1
3	339	IF-Rio Grande do Norte	800.000,00	-	800.000,00	800.000,00	18/09/2013	18/12/2013	1
3	340	IF-Rio Grande do Norte	800.000,00	-	800.000,00	800.000,00	18/09/2013	18/12/2013	1
3	344	IF-Alagoas	351.476,00	-	351.476,00	351.476,00	28/08/2013	28/02/2014	1
3	377	IF-Catarinense	909.526,31	-	909.526,31	909.526,31	21/10/2013	21/06/2014	1
3	536	IF-Baiano	1.518.259,34	-	1.518.259,34	1.518.259,34	14/11/2013	14/05/2014	1
3	539	IF-Baiano	2.870.435,18	-	2.870.435,18	2.870.435,18	14/11/2013	14/11/2014	1
3	545	IF-Baiano	926.426,82	-	926.426,82	926.426,82	21/10/2013	21/11/2013	1
3	546	IF-Baiano	2.870.435,16	-	2.870.435,16	2.870.435,16	14/11/2013	14/11/2014	1
3	550	IF-Sul de MG	200.105,00	-	200.105,00	200.105,00	01/11/2013	01/04/2014	1
3	555	IF-Sul de MG	167.284,83	-	167.284,83	167.284,83	01/11/2013	01/04/2014	1

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	557	IF-Baiano	2.870.435,16	-	2.870.435,16	2.870.435,16	14/11/2013	14/11/2014	1
3	558	IF-Baiano	2.870.378,52	-	2.870.378,52	2.870.378,52	14/11/2013	14/11/2014	1
3	559	IF-Sul de MG	449.557,53	-	449.557,53	449.557,53	03/12/2013	03/08/2014	1
3	560	IF-Baiano	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	21/10/2013	21/10/2014	1
3	562	IF-Baiano	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	08/11/2013	08/11/2014	1
3	563	IF-Baiano	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	21/10/2013	21/10/2014	1
3	566	IF-Baiano	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	29/10/2013	29/10/2014	1
3	576	IF-Minas Gerais	5.904.454,56	-	5.904.454,56	5.904.454,56	12/12/2013	12/03/2014	1
3	585	IF-Sul de MG	721.502,29	-	721.502,29	721.502,29	03/12/2013	03/08/2014	1
3	586	IF-Sul de MG	1.146.915,79	-	1.146.915,79	1.146.915,79	03/12/2013	03/08/2014	1
3	594	IF-Espírito Santo	4.000.000,00	-	4.000.000,00	4.000.000,00	12/12/2013	12/12/2014	1
3	598	IF-Espírito Santo	669.236,09	-	669.236,09	669.236,09	29/10/2013	29/03/2014	1
3	599	IF-Espírito Santo	1.193.048,07	-	1.193.048,07	1.193.048,07	29/10/2013	29/03/2014	1
3	600	IF-Catarinense	995.528,32	-	995.528,32	995.528,32	08/11/2013	08/04/2014	1
3	602	IF-Espírito Santo	1.836.207,26	-	1.836.207,26	1.836.207,26	05/11/2013	05/11/2014	1
3	623	IF-Ceará	1.065.952,02	-	1.065.952,02	1.065.952,02	13/11/2013	13/05/2014	1
3	640	FUB	649.325,80	-	61.972,00	61.972,00	19/11/2013	19/11/2015	1
3	667	IF-Ceará	2.282.635,21	-	2.282.635,21	2.282.635,21	01/10/2013	01/08/2014	1
3	672	IF-Santa Catarina	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	08/10/2013	08/02/2014	1
3	675	IF-Santa Catarina	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	30/10/2013	30/02/2014	1
3	688	IF-Santa Catarina	1.581.653,30	-	1.581.653,30	1.581.653,30	25/10/2013	25/12/2013	1
3	739	IF-Farroupilha	335.452,94	-	335.452,94	335.452,94	01/11/2013	01/11/2014	1
3	771	IF-Minas Gerais	236.644,05	-	236.644,05	236.644,05	01/11/2013	01/04/2014	1
3	775	CNPQ	3.000.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	25/09/2013	25/07/2014	1
3	799	IF-Santa Catarina	136.570,45	-	136.570,45	136.570,45	18/10/2013	18/12/2013	1
3	805	IF-Santa Catarina	397.902,62	-	397.902,62	397.902,62	18/10/2013	18/12/2013	1

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	806	IF-Santa Catarina	24.589,06	-	24.589,06	24.589,06	31/10/2013	31/12/2013	1
3	811	IF-Santa Catarina	457.322,56	-	457.322,56	457.322,56	31/10/2013	31/12/2013	1
3	815	IF-Santa Catarina	110.694,36	-	110.694,36	110.694,36	31/10/2013	31/12/2013	1
3	824	SEPIN - MCTI	7.000.000,00	-	3.500.000,00	3.500.000,00	05/11/2013	05/11/2014	1
3	836	IF-Espírito Santo	1.284.831,46	-	1.284.831,46	1.284.831,46	12/12/2013	12/12/2014	1
3	851	IF-Santa Catarina	2.330.295,19	-	2.330.295,19	2.330.295,19	10/10/2013	10/03/2014	1
3	852	IF-Santa Catarina	4.675.600,00	-	4.675.600,00	4.675.600,00	12/11/2013	12/11/2014	1
3	855	IF-Espírito Santo	2.202.200,28	-	2.202.200,28	2.202.200,28	29/10/2013	29/10/2014	1
3	875	CNPQ	20.000.000,00	-	20.000.000,00	20.000.000,00	21/10/2013	21/10/2015	1
3	915	IF-Farroupilha	178.894,35	-	178.894,35	178.894,35	01/11/2013	01/11/2014	1
3	916	IF-Farroupilha	135.168,16	-	135.168,16	135.168,16	01/11/2013	01/11/2014	1
3	917	IF-Farroupilha	135.168,16	-	135.168,16	135.168,16	01/11/2013	01/11/2014	1
3	919	IF-Farroupilha	1.710.819,29	-	1.710.819,29	1.710.819,29	01/11/2013	01/11/2014	1
3	920	IF-Farroupilha	288.834,72	-	288.834,72	288.834,72	01/11/2013	01/11/2014	1
3	921	IF-Farroupilha	1.280.560,00	-	1.280.560,00	1.280.560,00	01/11/2013	01/11/2014	1
3	922	IF-Goiano	870.918,58	-	870.918,58	870.918,58	08/11/2013	08/01/2014	1
3	923	IF-Goiano	430.000,00	-	430.000,00	430.000,00	01/11/2013	01/02/2014	1
3	930	IF-Goiano	399.999,23	-	399.999,23	399.999,23	08/11/2013	08/02/2014	1
3	931	IF-Santa Catarina	127.822,02	-	127.822,02	127.822,02	25/10/2013	25/12/2013	1
3	936	IF-Santa Catarina	3.279.859,68	-	3.279.859,68	3.279.859,68	12/11/2013	12/01/2014	1
3	948	IF-Goiano	453.759,84	-	453.759,84	453.759,84	08/11/2013	08/02/2014	1
3	949	IF-Goiano	399.964,46	-	399.964,46	399.964,46	08/11/2013	08/02/2014	1
3	950	IF-Goiano	400.006,86	-	400.006,86	400.006,86	01/11/2013	01/02/2014	1
3	951	IF-Goiano	401.740,00	-	401.740,00	401.740,00	01/11/2013	01/02/2014	1
3	953	IF-Goiano	1.120.352,00	-	1.120.352,00	1.120.352,00	29/10/2013	29/01/2014	1
3	961	IF-Goiás	2.500.000,00	-	2.500.000,00	2.500.000,00	05/11/2013	05/01/2014	1

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	963	IF-Goiás	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	05/11/2013	05/01/2014	1
3	967	UFPE	3.690.000,00	-	174.600,00	174.600,00	14/11/2013	14/01/2018	1
3	968	MCTI	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	11/11/2013	11/04/2014	1
3	996	IF-Sul-Rio-Grandense	443.803,32	-	443.803,32	443.803,32	08/11/2013	08/12/2013	1
3	998	IF-Goiano	1.030.335,00	-	1.030.335,00	1.030.335,00	08/11/2013	08/01/2014	1
3	999	IF-Goiano	1.030.335,00	-	1.030.335,00	1.030.335,00	08/11/2013	08/01/2014	1
3	1008	IF-Sudeste de MG	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	14/11/2013	14/07/2014	1
3	1021	IF-Catarinense	7.391.548,49	-	7.391.548,49	7.391.548,49	14/11/2013	14/06/2015	1
3	1034	IF-Farroupilha	2.600.000,00	-	2.600.000,00	2.600.000,00	14/11/2013	14/11/2014	1
3	1038	IF-Goiano	808.365,19	-	808.365,19	808.365,19	14/11/2013	14/03/2014	1
3	1039	IF-Sul-Rio-Grandense	3.655.568,86	-	3.655.568,86	3.655.568,86	13/11/2013	13/08/2014	1
3	1063	CAPES	784.014,45	-	784.014,45	784.014,45	14/11/2013	14/12/2013	1
3	1078	FUB	750.000,00	-	10.000,00	10.000,00	12/12/2013	12/06/2016	1
3	1083	FNDE	520.000,00	-	520.000,00	520.000,00	19/11/2013	19/01/2014	1
3	1096	IF-Maranhão	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	23/12/2013	23/01/2014	1
3	1097	IF-Maranhão	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	23/12/2013	23/01/2014	1
3	1108	IF-Maranhão	2.000.000,00	-	2.000.000,00	2.000.000,00	23/12/2013	23/01/2014	1
3	1128	IF-Sul de MG	700.000,00	-	700.000,00	700.000,00	12/12/2013	12/02/2014	1

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio. 2 - Contrato de Repasse. 3 - Termo de Cooperação.
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente. 2 - Inadimplente. 3 - Inadimplência Suspensa. 4 - Concluído.
5 - Excluído. 6 - Rescindido. 7 - Arquivado

Fonte: SIMEC

ANEXO IV – CUSTOS DE PESSOAL DA SETEC

Este quadro é um dos obrigatórios no que se refere à gestão de pessoal. Ele está citado no capítulo 6 deste Relatório.

A CGGP/SAA/MEC é responsável pela gestão de pessoal do MEC. Ela elaborou o quadro a seguir. Foram excluídas as informações de Membros de Poder e Agentes Políticos, Servidores com Contratos Temporários, Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença e de Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial, que não são computados por Secretaria.

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	500.767,96	15.814,23	130.969,95	28.756,23	109.271,58	38.752,39	421.470,31	-	-	1.245.802,65
	2012	1.172.627,97	21.605,22	253.237,17	59.732,69	188.342,13	102.240,20	870.438,15	-	-	2.668.223,53
	2011	992.660,66	15.453,39	219.953,02	59.735,52	184.809,86	87.850,66	758.890,08	-	400,52	2.319.753,71
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	1.113.676,89	1.160.115,94	367.192,17	93.484,09	188.653,67	102.596,67	618.503,43	-	-	3.644.222,86
	2012	1.006.129,25	951.441,01	295.869,47	87.098,02	138.131,44	100.920,99	479.274,59	-	231,75	3.059.096,52
	2011	1.321.845,57	916.712,54	360.172,92	109.326,19	169.264,95	101.770,06	505.464,25	-	482,86	3.485.039,34
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	308.219,02	2.002,61	75.904,00	17.179,47	69.919,25	39.287,21	284.425,46	-	-	796.937,02
	2012	397.309,89	14.843,46	83.802,65	20.104,36	73.069,34	57.907,97	281.107,59	-	-	928.145,26
	2011	532.147,93	6.842,50	122.839,62	35.082,45	94.331,44	57.946,69	416.614,90	-	235,17	1.266.040,70

Fonte: SIAPE. Quadro elaborado pela CGGP/SAA/SE/MEC.